

Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Economia Política

A promoção do *empowerment* numa perspetiva de género e
desenvolvimento – O Toolkit de Ativismo Feminista

Andreia Cristina Gomes Veríssimo

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos de Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais

Orientador:

Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2016

Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Economia Política

A promoção do *empowerment* numa perspetiva de género e
desenvolvimento – O Toolkit de Ativismo Feminista

Andreia Cristina Gomes Veríssimo

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos de Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais

Orientador:

Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2016

AGRADECIMENTOS

Depois de escrever dezenas de páginas seria de esperar que uma não fosse tão difícil. No entanto, é complicado tentar encontrar as palavras certas que nunca serão suficientes para agradecer realmente a quem realmente fez esta tese acontecer.

Ao professor Rogério Roque Amaro pelas inúmeras reuniões, trocas de chamadas, mensagens e emails, mas acima de tudo pela paciência, compreensão e preocupação para que tudo corresse bem. Estes dois anos foram uma aprendizagem constante e muito do conhecimento adquirido foi graças ao professor.

Às mulheres do Centro Maria Alzira Lemos – Casa das Associações e em especial à Alexandra que me acolheu na PpDM não só pela disponibilidade imediata para participarem na investigação e pelo conhecimento partilhado mas também porque me fizeram crescer imenso ao longo destes meses.

À Jovana que entrou comigo nesta aventura, ainda ontem estávamos a entrar pela primeira vez no ISCTE à procura da sala e agora chegou ao fim esta etapa. Foi bom não só ter alguém que me acompanhasse nestas novas descobertas mas que também tivesse paciência para estar horas a trabalhar na biblioteca e por isso agradeço também ao João porque aparentemente só trabalhava a sério nos dias em que vocês estavam lá comigo. À malta do MESDES que mesmo não tendo pedalada para aturar a minha energia excessiva viu sempre o potencial desta investigação e foi um contributo fundamental para voltar ao rumo certo.

Aos meus pais por todas as oportunidades e apoio que me deram, pela disponibilidade total e por me deixarem descobrir o meu caminho por mais imprevisível que ele seja. Tudo o que sou hoje e que um dia virei a ser é graças a vocês e à pessoa que me ensinaram a ser. Ao meu irmão um obrigada pela paciência porque lidar com uma irmã mais nova cheia de energia não é nada fácil.

Ao Rafael foste o grande companheiro desta jornada. Acreditaste sempre mais nas minhas capacidades do que eu e deste-me a força para continuar. Por tudo até agora e por tudo o que virá.

Um muito obrigada do fundo do coração.

RESUMO

Este estudo é realizado como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Estudos de Desenvolvimento – Diversidades Locais e Desafios Mundiais. Procura perceber de que forma pode o ativismo feminista facilitar o *empowerment* das mulheres numa perspetiva de género e desenvolvimento. Para tal, é feita uma reflexão crítica sobre o Toolkit de Ativismo Feminista da Plataforma portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM). Os objetivos centrais passam por compreender de que forma conceitos-chave são abordados e promovidos no Toolkit, analisar a perceção de membros de organizações não-governamentais de direitos das mulheres (ONGDM) sobre a utilização do Toolkit, sugerir a partir dos diferentes contributos alterações ou aspetos/conteúdos a serem integrados com vista a melhorar o Toolkit existente e analisar a relação que se estabelece entre o ativismo feminista e desenvolvimento numa perspetiva de *empowerment*. Através do recurso a investigação documental, a observação participante e a entrevistas semi-diretivas foi possível perceber a importância do ativismo feminista e das ONGDM para o *empowerment* das mulheres e a relevância que um instrumento como o Toolkit, com os seus aspetos mais positivos bem como os menos conseguidos, traz para o desempenho deste papel.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano; Género e Desenvolvimento; Igualdade de Género; Mainstreaming de Género; Empowerment; Participação; Ativismo Feminista.

JEL Classification System: J16; L31

ABSTRACT

This study is conducted as a partial requirement for the attainment of a Master's degree in Development Studies - Local Diversities and Global Challenges. It seeks to understand how the feminist activism can facilitate the empowerment of women in a gender and development perspective. To this end, a critical reflection is made on the "Toolkit de Ativismo Feminista" from the Portuguese Platform for Women's Rights (PpDM). The main objectives are to understand in what way key concepts are addressed and promoted in the Toolkit, to analyze the perception of members of non-governmental organizations of women's rights (ONGDM) on using the Toolkit, to suggest from the different contributions changes or aspects/contents to be integrated to improve the existing Toolkit and to analyze the relation established between feminist activism and development from an empowerment perspective. Through the use of documentation research, participant observation and semi-directive interviews it was possible to realize the importance of feminist activism and ONGDM for the empowerment of women and the importance that an instrument like the Toolkit with its more positive aspects as well as the less successful ones, brings for this role.

Keywords: Human Development; Gender and Development; Gender equality; Gender Mainstreaming; Empowerment; Participation; Feminist Activism.

JEL Classification System: J16; L31

INDICE

AGRADECIMENTOS.....	II
RESUMO	III
ABSTRACT.....	IV
INDICE	V
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	VII
INTRODUÇÃO	1
PARTE I. QUADRO TEÓRICO	5
1. O conceito de Desenvolvimento	5
1.1. Do conceito económico à sua renovação	5
1.2. “A Fileira Ambiental”	8
1.3. “A Fileira das Pessoas e Comunidades”	10
1.4. “A Fileira dos Direitos Humanos”	13
2. O conceito de Género.....	17
2.1. Entre Género e Sexo.....	17
2.1.1. Igualdade de Género.....	21
2.1.2. Gender Mainstreaming ou Integração da perspetiva de género	22
2.2. Género e Desenvolvimento	24
2.3. Feminismo e Ativismo Feminista	27
3. Empowerment	32
3.1. O <i>empowerment</i> e a participação.....	32
3.2. <i>Empowerment</i> de género	35
4. Desenvolvimento, Género e Empowerment.....	38
PARTE II. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO E ANÁLISE DO TOOLKIT DE ATIVISMO FEMINISTA	43
1. Metodologia	43
1.1. Pergunta de Partida e Objetivos	43
1.2. Métodos de Investigação	44
2. Toolkit de Ativismo Feminista.....	48
2.1. O que é?.....	48
2.2. Destinatárias/os	48
2.3. Objetivo(s).....	49

2.4. O Toolkit de Ativismo Feminista.....	50
3. Análise dos Resultados.....	52
3.1. Conteúdos abordados e valores promovidos no Toolkit de Ativismo Feminista	53
3.2. Perceção sobre a utilização do Toolkit de Ativismo Feminista	55
3.3. Contributos para melhorias no Toolkit de Ativismo Feminista	61
3.4. Relação entre o Ativismo Feminista e Desenvolvimento numa perspetiva de <i>Empowerment</i>	67
PARTE III. CONCLUSÃO.....	73
BIBLIOGRAFIA.....	79
ANEXOS.....	84
ANEXO A. Grelha Analítica	85
ANEXO B. Guiões de Entrevistas	92
ANEXO C. Análise Vertical das Entrevistas	95
ANEXO D. Análise Horizontal das Entrevistas.....	122

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AFEM – Associação das Mulheres da Europa Meridional

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CEDAW - Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres

CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

GAD – Gender and Development

GEM – Gender Empowerment Measure

GDI – Gender-related Development Index

GGI – Gender Gap Index

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

LEM – Lobby Europeu de Mulheres

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONG - Organização Não Governamental

ONGD - Organizações Não Governamental para o Desenvolvimento

ONGDM - Organização Não Governamental para os Direitos das Mulheres

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PpDM – Plataforma portuguesa para os Direitos das Mulheres

USAID - United States Agency for International Development

WID – Women in Development

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo têm surgido muitos movimentos, uns mais alternativos, outros simplesmente apologistas da igualdade entre homens e mulheres. Mas as questões de género ultrapassam qualquer tipo de movimento, organização ou associação. As problemáticas associadas às questões de género sentem-se no dia-a-dia das pessoas e são estas pessoas individualmente que tem um maior conhecimento direto devido àquilo que vivem ou observam diariamente. São por isso estas pessoas que necessariamente têm de dar o primeiro passo, e não me refiro somente aos casos de, por exemplo, violência doméstica em que deve ser a vítima a dar o primeiro passo e proceder à denúncia do agressor. Não descartando de todo a importância destas situações, o processo tem de começar muito antes.

No mundo atual em que vivemos dá-se muita importância a termos como “inovação” ou “empreendedorismo”, no entanto deveria ser feita uma transposição deste pensamento para uma lógica mais social, uma lógica mais humana. Não é simplesmente ter uma ideia que seja “boa” para a sociedade, por muito importante que seja e que tenha muito valor. É o tomar a iniciativa para agir, para sensibilizar, para denunciar as situações que devem ser denunciadas. E isto pode e deve ter início na mente de uma pessoa¹. Mas quem é esta pessoa? Esta pessoa pode ser uma mulher ou um homem, um jovem ou um idoso, uma pessoa proveniente de contexto financeiro mais estável ou não, uma pessoa com uma formação mais elevada ou que não tenha tido acesso às mesmas oportunidades... o mundo está cheio de pessoas diferentes mas uma coisa fundamental para se ser esta pessoa é ter iniciativa.

A partir da iniciativa há toda uma série de elementos que são necessários para que uma pessoa possa conseguir passar a sua mensagem e conseguir agir. Desde recursos materiais, tecnológicos, financeiros ou humanos a estratégias e ferramentas de marketing² tudo importa e pode elevar ou “destruir” qualquer iniciativa. É necessário

¹ Não se excluem as situações de ações que partiram inicialmente não só de uma pessoa, como por exemplo de um grupo de amigos ou pessoas que deram contributos para a formulação da ideia inicial, embora mesmo nestas situações o núcleo central parte normalmente de uma pessoa. O importante neste ponto é a “proximidade” ou conhecimento situacional associado à iniciativa própria.

² O termo marketing é utilizado no sentido de publicitação e propagação da mensagem.

encontrar e providenciar estes elementos, mesmo que numa linha geral³, para que até uma pessoa que não tenha a escolaridade mais elevada ou acesso a certos recursos possa fazer a diferença e proceder a ações de ativismo feminista com o maior impacto possível.

No âmbito desta temática pretende-se, na presente dissertação, tentar responder à pergunta de partida “de que forma pode o ativismo feminista facilitar o *empowerment* das mulheres numa perspetiva de género e desenvolvimento?”⁴, tendo como base de estudo o Toolkit de Ativismo Feminista desenvolvido pela PpDM sobre o qual será feita uma reflexão crítica.

Uma investigação sobre esta questão é particularmente útil e pertinente seja num contexto científico, político, social ou pessoal. Ao nível científico, esta tese é pertinente na medida em que há uma análise conceptual não só de vários conceitos fundamentais para o desenvolvimento mas também das correlações entre ele, relações estas ainda não muito exploradas. Para além disto, o ativismo feminista é importante numa dimensão política pois, às vezes, a proximidade com o alvo da ação por parte de um indivíduo, associação ou ONG permite um conhecimento mais aprofundado das situações e necessidades específicas. Uma ação bem estruturada é mais fácil de ser apoiada por diferentes *stakeholders* e uma iniciativa de ativismo feminista que vise alguma mudança a nível político-constitucional é algo que acaba por ter relevância em vários campos.

Esta tese poderá trazer vantagens de âmbito social a vários níveis pois, a partir do Toolkit de Ativismo Feminista várias associações ou indivíduos poderão ver facilitada a criação de ação de ativismo, ação esta que visa o bem-estar social das comunidades envolvidas. Poderá também ser vantajoso para as associações ou ONGs já estabelecidas compreenderem como podem captar o interesse de possíveis colaboradores. Isto no âmbito das questões de género é um problema muito atual devido às grandes dificuldades que associações que lidam com estas questões têm quando procuram ter voluntárias/os ou mesmo assistência/participação nas suas atividades.

³ Numa linha geral para poder ser adaptado e adequado às situações específicas de cada iniciativa, porque mais importante do que ter uma iniciativa, é ter uma iniciativa “boa”, adequada à realidade e ao contexto em que se insere.

⁴ Sobre o estabelecimento de uma pergunta de partida, este será um assunto trabalhado na segunda parte da tese relativa à metodologia.

Ao ter estado a fazer trabalho voluntário na Plataforma portuguesa para os Direitos das Mulheres durante alguns meses e não tendo um passado ligado ao ativismo torna-se particularmente importante e pertinente a nível pessoal compreender como se desenvolvem as ações, mesmo num nível mais básico.

É ainda importante destacar que sempre que se fala ou escreve sobre um assunto está-se a chamar a atenção para o mesmo e para as questões que lhe estão subjacentes e portanto espera-se que a realização de uma dissertação sobre ativismo feminista e a importância da igualdade de género também contribua para um maior conhecimento e reconhecimento da relevância destas questões, e quem sabe chamar mais pessoas para a luta contra as desigualdades de género.

Quanto à estruturação da dissertação, esta encontra-se dividida em três partes: 1) quadro teórico, 2) metodologia de investigação e análise do Toolkit de Ativismo Feminista e 3) conclusão.

Na primeira parte correspondente ao quadro teórico serão abordados três conceitos fundamentais para o estudo, nomeadamente, desenvolvimento, género e *empowerment*. Estes conceitos estarão divididos por capítulos, dentro dos quais existem subcapítulos sobre conceitos relacionados pertinentes para a investigação. Será apresentada uma evolução do conceito de desenvolvimento com um maior enfoque no conceito de desenvolvimento humano devido à relevância para a investigação. No que diz respeito ao conceito de género será feita a principal distinção terminológica entre género e sexo bem como uma breve abordagem a alguns dos conceitos-chave dentro desta área temática. O capítulo sobre o *empowerment* foca-se na relação deste conceito com a participação e com o género. Ainda nesta parte existe um capítulo que se concentra na relação que se pode estabelecer entre estes conceitos principais e que dará o mote para as partes seguintes.

Na segunda parte será apresentada a metodologia de investigação utilizada, com a exploração da questão de partida e objetivos da tese. Será também apresentado o Toolkit de Ativismo Feminista, o que é, a quem se destina, os seus objetivos e os seus conteúdos, pois será objeto de uma reflexão crítica. Nesta segunda parte da dissertação será ainda feita uma análise dos resultados obtidos com a análise documental, com a

observação participante e com as entrevistas realizadas e onde se procura dar resposta aos objetivos estabelecidos previamente.

Na terceira e última parte serão apresentadas as conclusões alcançadas desta análise bem como algumas recomendações não só para a utilização do Toolkit como instrumento de ativismo feminista como também sobre a importância que não só um instrumento assim pode ter como também a relevância que este tipo de ações pode ter.

Antes de se enveredar por aquela que será a primeira parte, correspondente ao enquadramento teórico, é importante fazer uma ressalva quanto a algumas limitações à investigação que se verificaram durante o processo e que poderão ter condicionado o mesmo. Sentiu-se alguma dificuldade na sintetização do quadro teórico porque cada conceito tem não só uma história muito extensa e diferentes perspetivas como também tem muitos conceitos compostos a si associados. Foi muito importante selecionar os mais relevantes para a investigação sem limitar a escolha e condicionar o rumo do estudo, contudo há uma plena consciência de que qualquer escolha acaba sempre por afetar este rumo. Ainda relativamente ao enquadramento teórico encontraram-se algumas limitações na exploração do conceito de ativismo feminista pois a bibliografia disponível sobre este conceito composto foi algo difícil de encontrar, todavia esta falta propiciou a que se analisassem os conceitos de ativismo e feminismo em separado e que, consequentemente, se trabalhasse a relação entre estes dois conceitos.

A proximidade pessoal não só à PpDM, organização criadora do Toolkit, mas também à própria construção do mesmo apesar de facilitar em certa medida a investigação também provou ser uma dificuldade acrescida na procura pela imparcialidade na construção de guiões de entrevista e na condução das mesmas bem como na análise e reflexão crítica sobre o Toolkit. No entanto, este desafio parece ter sido ultrapassado através de um cuidado particular pelo seguimento dos objetivos identificados previamente e da grelha de análise, sempre tendo por base o quadro teórico estabelecido.

PARTE I. QUADRO TEÓRICO

1. O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

No mundo onde se ouve falar em países desenvolvidos, em países subdesenvolvidos, em projetos de desenvolvimento, num Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), num Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), mais conhecido por Banco Mundial, em Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), em institutos e cursos sobre Estudos de Desenvolvimento, em Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) “atualizados” para Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), entre muitos outros, seria de esperar que esta utilização desenfreada do conceito significasse que existe uma definição concreta e consensual para todas as pessoas. É normal associarmos-lo à ideia de melhoria ou progresso de algo físico ou intelectual, no entanto, isto não é de todo, uma definição do conceito (Rist, 2008: 10-11).

Principalmente desde a 2ª Guerra Mundial tem-se dado uma grande atenção e tem havido, conseqüentemente, uma evolução deste conceito que tem sido alterado inúmeras vezes. É esta evolução que irá ser abordada neste primeiro capítulo, partindo da associação do termo desenvolvimento ao crescimento económico, seguido da renovação do mesmo e onde serão discriminadas as três grandes “fileiras evolutivas” do conceito, com um maior destaque para “A Fileira dos Direitos Humanos” onde será explorado o conceito de Desenvolvimento Humano.

1.1. Do conceito económico à sua renovação

Para muitas pessoas, a ideia de desenvolvimento está diretamente associada ao conceito de modernidade. “Modernidade” no seu sentido mais amplo é a condição de ser moderno, novo ou atualizado e devido ao dinamismo social, económico, político e cultural o que é “moderno” muda ao longo do tempo e espaço. O que é “moderno” num sítio pode estar ultrapassado noutra. Normalmente, as pessoas que definem desenvolvimento como “modernidade”, olham para o desenvolvimento em termos económicos (Willis, 2011: 2-3) e esta associação entre crescimento económico e desenvolvimento fez com que, muitas vezes, se pensasse que o crescimento económico

é “condição necessária e suficiente” para que exista desenvolvimento. Para além disso, a própria classificação dos países no que diz respeito ao nível de desenvolvimento era feita com base em indicadores de crescimento económico (Amaro, 2003: 48).

Aliás, foram vários os autores que aprofundaram nas suas obras as “problemáticas da «mudança», «progresso», «bem-estar», «riqueza», ou mesmo explicitamente do «desenvolvimento»”, numa vertente digamos, economicista. É o caso de Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo, John Stuart Mill, Karl Marx, Joseph Schumpeter, Walt Whitman Rostow, entre outros (Amaro, 2003: 41).

A esta formulação do conceito primordialmente económica acresceu a componente da industrialização pois uma vez que o crescimento económico derivava dos processos de industrialização dos “países desenvolvidos” este termo era utilizado como que um sinónimo de “países industrializados” (Amaro, 2003: 48).

Mas o que são afinal “países desenvolvidos”?

Quando se estuda o desenvolvimento, enquanto conceito científico, encontra-se um consenso generalizado quanto ao momento do seu surgimento. Tal como foi mencionado anteriormente, foi a partir do final da II Guerra Mundial que o conceito ganhou uma importância e uma utilização mais frequente (Amaro, 2003; Rist, 2008; Sachs, 2010).

A II Guerra Mundial trouxe grandes alterações económicas, políticas e sociais não só para o território europeu mas também para o resto do mundo e quando o presidente Truman discursa, a 20 de janeiro de 1949, sobre a posição futura dos Estados Unidos relativamente à sua política externa marca aquilo que é por muitos considerado o início da “era desenvolvimentista” pois é no “Ponto Quatro” do seu discurso que procede à utilização do termo subdesenvolvimento e principalmente ao reconhecimento de “áreas subdesenvolvidas” no mundo que podem e devem ser “ajudadas” pelos “países desenvolvidos” (Rist, 2008: 69-71; Sachs, 2010: 1).

Mais que uma utilização do termo “desenvolvimento” em discursos presidenciais, havia um sentimento generalizado pela maior parte das antigas colónias europeias impulsionado pelo seu processo de independência onde estas procuravam alcançar os avanços e a riqueza que os seus antigos colonizadores haviam conseguido (Amaro, 2003: 40-41). Aliás, a associação do conceito de desenvolvimento à modernização, já

mencionada anteriormente, teve uma grande influência nas diferentes perspetivas desenvolvimentistas após a Segunda Guerra Mundial, principalmente no que diz respeito aos países subdesenvolvidos e à necessidade de “substituição das estruturas arcaicas e tradicionais do subdesenvolvimento (...) pelas lógicas modernas e progressistas do desenvolvimento (e dos meios urbanos e dos sectores industriais e dos modos de vida e de consumo a eles inerentes)” (Amaro, 2003: 48; Willis, 2011: 2-3).

Temos então uma divisão do mundo em duas partes, e conseqüentemente visões diferentes sobre as práticas de desenvolvimento que refletem as experiências dos diferentes países ou regiões. É então no final dos anos 60, início dos anos 70 que há uma procura por novas estratégias e conceções de desenvolvimento que surge devido a vários fatores enunciados por Amaro (2003: 53-54) como “a frustração que se continuava a sentir nos países subdesenvolvidos perante as «receitas» e modelos de desenvolvimento que lhe eram propostos ou impostos”, o “mal-estar social” nos países desenvolvidos com problemas como as novas formas de pobreza e a exclusão social, o surgimento da necessidade de uma “consciência ambiental”, a “crise económica” ampliada pela crise petrolífera e por último a instabilidade social, económica, ambiental e política que se verificava também nos países socialistas.

Com um mundo em constante transformação e uma necessidade de encontrar soluções adequadas aos diferentes contextos, a visão habitual do conceito de desenvolvimento associada ao “crescimento económico” não era de todo suficiente e é por isso que nos últimos 40 anos houve uma procura por uma “renovação do conceito de desenvolvimento”.

Amaro (2003: 55) menciona então a existência de seis conceitos associados ao desenvolvimento que são cientificamente fundamentados e que têm reconhecimento institucional internacional. São estes o Desenvolvimento Sustentável, o Desenvolvimento Local, o Desenvolvimento Participativo, Desenvolvimento Humano, o Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Integrado⁵.

Estes conceitos serão abordados em seguida distribuídos organizadamente por três grandes “fileiras”, a “fileira” ambiental, a “fileira” das pessoas e das comunidades e a “fileira” dos Direitos Humanos.

⁵ Este último é transversal a todos mas não cumpre completamente os dois critérios apresentados, não se enquadrando especificamente em nenhuma das fileiras.

1.2. “A Fileira Ambiental”

Muitas teorias e abordagens ao desenvolvimento incluem, ainda que implicitamente, referências ao meio ambiente. Aliás, como as teorias de crescimento económico estão intrinsecamente relacionadas com questões de utilização e distribuição de recursos e muitos destes recursos provêm do “ambiente natural”, certos processos de desenvolvimento podem levar à destruição de partes do meio-ambiente (Willis, 2011: 164).

É a partir de 1972 que se afirmam institucionalmente as “preocupações ambientais” com a conferência de Estocolmo e o estudo “*Limits to Growth*”, do Clube de Roma, pela mão de Meadows (Amaro, 2003: 56). No entanto, muito antes, em 1798, já se abordava a relação entre as pessoas e os recursos naturais, e apesar de não existir uma menção direta ao desenvolvimento em si, a reflexão de Thomas Malthus sobre as diferentes evoluções entre a variação da população e a disponibilização de alimentos, é muito importante para a compreensão de conceitos como escassez e sustentabilidade dos recursos (Willis, 2011: 165).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Junho de 1972, em Estocolmo, foi a ocasião em que o “ambiente” chegou realmente à agenda internacional e onde a “fileira” ambiental, ou “fileira verde”, que associa o desenvolvimento com a consciência ambiental, se viu primeiramente expressa através do conceito de Ecodesenvolvimento (Sachs, 2010: 25; Amaro, 2003: 56).

Após este conceito, múltiplas formulações surgiram através de expressões como “desenvolvimento alternativo”, “desenvolvimento responsável”, ou outras, no entanto o conceito que viria a estabelecer-se como o conceito, digamos que, universal no que diz respeito à relação entre as questões ambientais e o desenvolvimento é o conceito de “desenvolvimento sustentável”. Este conceito, apresentado em 1987 no relatório “*O Nosso Futuro Comum*”, ou “*Relatório Brundtland*”, viria no seguimento da criação de uma organização independente por parte das Nações Unidas em 1983, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida por “Comissão Brundtland” devido ao nome da primeira-ministra que a coordenou (Amaro, 2003: 56; Rist, 2008: 178-179; Willis, 2011: 177-178).

Neste relatório, apresentou-se então o conceito de Desenvolvimento Sustentável como “o processo de satisfação de necessidades atuais que não põe em causa a satisfação de necessidades das gerações futuras” e que de uma forma geral implica a preocupação entre diferentes gerações, a integração da gestão dos recursos naturais nos processos desenvolvimentistas e a durabilidade dos processos de produção e consumo inerentes ao desenvolvimento (Amaro, 2003: 56).

Após este passo fundamental, outros momentos foram marcantes para a problemática do desenvolvimento sustentável. Um deles foi a organização de uma Conferência Internacional pelas Nações Unidas, sugerida ainda no Relatório Brundtland. Passados 20 anos desde a Conferência de Estocolmo, viria a realizar-se no Rio de Janeiro, em 1992, a “Cimeira da terra”, ou Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, para procurar formas pelas quais o desenvolvimento sustentável poderia ser alcançado (Willis, 2011: 179; Rist, 2008: 188).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento apesar de não apresentar as problemáticas de forma mais “lúcida e incisiva” do que o haviam feito os membros da Comissão Brundtland, tinha uma atenção mediática muito mais demarcada conseguindo pelo menos chegar a um maior número de pessoas por todo o mundo o que só por si era um valioso progresso. Para além disto, no contexto da Conferência oficial surgiram cinco documentos muito importantes para o estudo das alterações climáticas e do desenvolvimento, a *Declaração do Rio*, a *Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas* (que viria a dar azo a um conjunto de múltiplos protocolos dos quais se destaca o *Protocolo de Quioto*, que acabou por ficar mais conhecido que a própria convenção em si), a *Convenção da Diversidade Biológica*, a *Declaração sobre Florestas* e a *Agenda XXI* (Rist, 2008: 188-190).

À medida que cada vez mais se “sentem na pele” as consequências das alterações climáticas o conceito apresentado pela Comissão Brundtland continua a ser um conceito de uma importância extrema e que continua a ser utilizado por múltiplos organismos internacionais, governos de diversos países, ONG’s, e muitas outras entidades individuais ou coletivas pelo mundo fora (Amaro, 2003: 56).

1.3. “A Fileira das Pessoas e Comunidades”

As teorias do desenvolvimento mais dominantes eram maioritariamente provenientes dos “países desenvolvidos”, dos “países do norte”⁶, fosse através de pessoas ou organizações internacionais sediadas no norte. No entanto, partindo da iniciativa do Primeiro-Ministro da Malásia, Mahathir Mohamad, e à semelhança do Relatório Brundtland, seria criada uma comissão, um secretariado, grupos de especialistas, seriam feitas reuniões e seria elaborado um relatório que explorasse a perspetiva do sul. Contudo se grandes expectativas se criaram pela diferença do habitual, a verdade é que o Relatório em si não acrescentava um novo caminho ou ideias-chave para a resolução dos problemas do desenvolvimento. Como outros organismos o haviam feito, a South Commission, ou Comissão do Sul, tentou fazer um levantamento dos problemas como o crescimento e emprego, comércio e “ajuda” internacional, cooperação Sul-Sul, tecnologia, papéis do Estado e do mercado, necessidades básicas, ambiente, democracia e participação popular, papel das mulheres, cultura, entre outros, mas acabou por se revelar em algo muito geral, pouco “inovador” (Rist, 2008: 198-200).

A própria definição de desenvolvimento no Relatório é considerada por alguns autores como algo também muito geral, no entanto toca num ponto fundamental para esta “fileira” do desenvolvimento, a importância das pessoas.

No Relatório da South Commission, “*The Challenge to the South*” (1990: 10), desenvolvimento é definido como

um processo que permite aos seres humanos aperceberem-se do seu potencial, construir confiança em si mesmos, e terem vidas de dignidade e satisfação. É um processo que liberta as pessoas do medo de querer e exploração. É um movimento distante de opressão política, económica ou social. Através do desenvolvimento, independência política adquire o seu verdadeiro significado. E é um processo de crescimento, um movimento que emerge de dentro da sociedade que está a desenvolver... A base para o desenvolvimento de uma nação dever ser os seus próprios recursos, tanto humanos como materiais, totalmente utilizados para irem ao encontro das suas próprias necessidades... Desenvolvimento deve, por isso, ser um esforço de, por e para as pessoas.

⁶ Esta é apenas uma expressão utilizada frequentemente como distinção entre os diferentes países e zona geográfica onde se encontram, não esquecer no entanto que também haviam “países desenvolvidos” no sul.

O verdadeiro desenvolvimento tem de ser centrado nas pessoas⁷ (South Commission, 1990: 10; Rist, 2008: 202).

Esta definição, e particularmente a última parte, revela um outro foco, um destaque para as pessoas, um ponto fundamental na exploração da segunda “fileira”, a “fileira” que se concentra nas pessoas e nas comunidades como “atores principais” do desenvolvimento.

Esta é uma definição de 1990, mas já antes se falava nesta associação do desenvolvimento à proximidade territorial, através da ideia “desenvolvimento comunitário”, “praticado” por vários técnicos da ONU, nos países subdesenvolvidos, nos anos 60. E apesar de existirem vários conceitos que podem de alguma forma ser associados como “village concept”, “another development”, “desenvolvimento alternativo”, “desenvolvimento endógeno” ou “desenvolvimento territorial”, os conceitos-chave da “fileira das pessoas e das comunidades”, e que serão explorados em seguida, são o Desenvolvimento Local e o Desenvolvimento Participativo (Amaro, 2003: 57).

A partir de um certo período o termo “desenvolvimento comunitário” foi progressivamente sendo substituído por “desenvolvimento local” sendo que por vezes eram utilizados como se ambos tivessem o mesmo significado (Fragoso, 2005: 28).

O desenvolvimento local enquanto campo de conhecimento surge a partir da problemática dos diferentes níveis de escala e a valorização/desvalorização da noção de território, ou melhor, há uma validação mais imediata pois alia a vertente académica do paradigma territorialista com a via indutiva através da experiência no terreno (Amaro, 2003: 57; Fragoso, 2005: 28).

Para Amaro (2003: 57) o Desenvolvimento Local exprime fundamentalmente:

o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o

⁷ Trad. livre do original: “Development is a process which enables human beings to realize their potential, build self-confidence, and lead lives of dignity and fulfillment. It is a process which frees people from the fear of want and exploitation. It is a movement away from political, economic or social oppression. Through development, political independence acquires its true significance. And it is a process of growth, a movement essentially springing from within the society that is developing.... The base for a nation’s development must be its own resources, both human and material, fully used to meet its own needs.... Development has therefore to be an effort of, by, and for the people. True development has to be people-centred.” (South Commission, 1990: 10)

protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas.

Já o Desenvolvimento Participativo, tal como o nome indica, coloca a participação num ponto fulcral para o desenvolvimento e tende a considerá-la como o “motor da mudança” pois leva os cidadãos a tomarem conta do desenvolvimento das suas comunidades sem uma “específica” escala territorial (Carothers e Brechenmacher, 2014: 11-12; Fragoso, 2005: 39).

Este é um conceito fundamentado pelas ONGs, e que foi rapidamente adotado pelo Banco Mundial e nas Nações Unidas e que é um conceito alternativo ao desenvolvimento por si só. (Amaro, 2003: 57-58).

Sendo um conceito que se baseia fundamentalmente na participação é importante perceber que tipo de participação deve estar incluída no desenvolvimento participativo. Um dos autores que desenvolve esta problemática com grande atenção ao detalhe é Fragoso (2005: 39-44) que na sua obra enuncia uma série de pontos cruciais para o desenvolvimento participativo referentes ao tipo de participação. Estes incluem uma participação assente nas populações e na sua capacidade de mudança e melhoria sociais onde a produção e utilização da participação é feita pelas próprias, uma “participação conquistada” onde há um controlo efetivo por parte das populações sobre tudo o que acontece durante o processo, onde se verifique uma “aproximação a formas de democracia direta”, muitas vezes com resultados imprevisíveis devido à autonomia das populações e onde há criação de conhecimento sendo o próprio processo algo educativo.

Amaro (2003: 57-58) sintetiza o conceito de Desenvolvimento Participativo como a

adopção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, desde a concepção e decisão à avaliação, passando pela execução, direcção e acompanhamento, implicando a afirmação plena da cidadania, nos seus direitos e deveres.

Apesar desta tese se concentrar mais num contexto associado à fileira que se segue, a dos direitos humanos, este último conceito é fundamental para uma melhor compreensão da ação desenvolvida e é por isso que o conceito de participação voltará a ser explorado no capítulo 3, num contexto associado ao conceito de *Empowerment*.

1.4. “A Fileira dos Direitos Humanos”

A última fileira apresentada é a “Fileira dos Direitos Humanos” na qual se integram os conceitos de desenvolvimento social e desenvolvimento humano, sendo este último explorado e apresentado com um maior detalhe pois será este o conceito de desenvolvimento que servirá de base inicial para associação entre o desenvolvimento e as questões de género, tema central da tese.

Ambos são conceitos relativamente recentes sendo que Desenvolvimento Social é o mais recente, tendo surgido em 1995, na Conferência de Copenhaga e que pode ser definido como o “processo de garantia de condições mínimas, bem como de promoção da dimensão do bem-estar, por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais”. Esta Conferência tinha sido organizada pela ONU para debater e “inventariar os problemas sociais do desenvolvimento” e estabelecer “compromissos entre os países-membros” onde se definiam limites de garantias de níveis mínimos de bem-estar social (Amaro, 2003: 59).

Cinco anos antes, em 1990, havia sido proposto o conceito de Desenvolvimento Humano pelo “Relatório do Desenvolvimento Humano” do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que será apresentado mais á frente.

Contudo, esta ligação entre o desenvolvimento e os direitos humanos não é “de agora” pois já era feita, ainda que sem esta denominação, nos anos 60, por François Perroux, um economista para o qual era importante a necessidade de assegurar da subsistência básica e a dignidade da pessoa humana, através da garantia de certos custos pelo estado (Amaro, 2003: 58).

Também na viragem para os anos 70 e seguintes começaram a soar ecos em múltiplas instituições como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Banco Mundial sobre a importância de associar os direitos humanos e a vertente social ao desenvolvimento. Destacam-se nomes como Dudley Seers (1969: 3-7) um antigo Diretor do Institute of Development Studies, que considerava fundamental a satisfação de necessidades básicas aquando dos processos de desenvolvimento. Necessidades materiais como a alimentação, um abrigo, um agasalho e um emprego digno e estável associado a um rendimento digno. A estas acrescentava-lhes a educação e a saúde como componentes não materiais.

Começava a verificar-se uma maior preocupação com esta problemática mas a verdade é que mesmo após a ratificação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, o conceito de direitos humanos permanecia tradicionalmente fora da maioria das teorias “desenvolvimentistas”. As abordagens baseadas nos direitos tendiam a ver os direitos humanos como um objetivo final e não como um canal através do qual o desenvolvimento podia ser facilitado (Willis, 2011: 151).

É com o “Relatório do Desenvolvimento Humano” do PNUD, de 1990, que o desenvolvimento humano é interpretado simultaneamente como um processo e um nível de realização. Como um processo, a própria definição, apresentada em seguida o menciona como o “processo de ampliação das escolhas das pessoas”, enquanto como um nível de realização é a medida em que, comparando a nível internacional, estas escolhas são efetivamente obtidas (Sachs, 2010: 13).

Apesar do Relatório ter sido escrito por várias figuras marcantes para a história do desenvolvimento destaca-se o contributo de Amartya Sen que em várias obras anteriores (1979; 1989) desenvolveu a “*Capability Approach*”, uma abordagem que se concentra diretamente na qualidade de vida que as pessoas são realmente capazes de alcançar. Esta qualidade de vida é analisada nos termos de “*functionings*” e “*capabilities*”⁸ sendo que o primeiro se refere ao estado de “ser/estar e fazer” (coisas como ter abrigo, estar nutrido, “escapar à mortalidade”, etc.) enquanto as “*capabilities*” se referem aos “*functionings*” aos quais tem realmente se tem acesso (Alkire, 2010: 24).

Nas palavras de Sen (1989: 5) a “*capability* reflete a liberdade de uma pessoa de escolher entre diferentes formas de viver” e esta liberdade de escolha é um dos principais pontos que viria a ser integrado na definição de desenvolvimento humano do Relatório de 1990.

Neste Relatório o conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um

processo de ampliação das escolhas das pessoas. As mais críticas são levar uma vida longa e saudável, ter acesso à educação e desfrutar de um padrão de vida decente.

⁸ Existem traduções destes termos para “funcionamentos” e “capacidades” e embora o último possa ser traduzido facilmente, a tradução do primeiro não me parece a mais adequada, por isso manter-se-ão os termos utilizados por Amartya Sen.

Escolhas adicionais incluem liberdade política, direitos humanos garantidos e respeito próprio⁹ (PNUD, 1990: 10).

Os autores do Relatório encontraram maneiras muito diferentes para superar os desafios tradicionais no que diz respeito à quantificação e comparação numa escala internacional, bem como as problemáticas conceptuais do seu esforço (Sachs, 2010: 13-14). O objetivo mais ambicioso do Relatório foi produzir um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que de acordo com o glossário do PNUD (2003:354) é uma medida composta que mede a realização média em três dimensões básicas do desenvolvimento humano – uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida digno.

Relativamente à definição em si, desde 1990, o PNUD tem apresentado todos os anos os Relatórios do Desenvolvimento Humano associando a cada um, um tema central nas questões do desenvolvimento e à medida que os anos decorrem, a definição original, exposta anteriormente, tem sido apresentada com pequenas alterações por vezes para destacar uma certa parte associada ao tema do ano em questão (Alkire, 2010: 3-12).

Atualmente, e seguindo a linha do conceito apresentado pelo PNUD em 1990 o conceito de Desenvolvimento Humano que Amaro (2003: 58) apresenta é

o processo de aumento das escolhas das pessoas, que lhes permitam levar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno, enquanto os preservam para as gerações futuras, proteger a segurança pessoal e alcançar a igualdade para todas as mulheres e homens.

É com o conceito de Desenvolvimento Humano e particularmente com esta sua definição que se consegue ter uma perceção da existência de diferentes componentes, algumas delas que poderiam ser integradas noutras “fileiras” e a importância das pessoas enquanto entidades individuais. E enquanto entidades individuais, o reconhecimento das suas diferenças, não somente com o propósito da “distinção” mas acima de tudo, sempre com vista a alcançar um dos princípios mais consagrados que é a igualdade.

⁹ No original em inglês pode ler-se: “Human development is a process of enlarging people’s choices. The most critical ones are to lead a long and healthy life, to be educated and to enjoy a decent standard of living. Additional choices include political freedom, guaranteed human rights and self-respect” (PNUD, 1990: 10)

Nesta definição em particular existe uma menção específica à “igualdade para todas as mulheres e homens” que não só discrimina que ainda existem diferenças entre ambos os sexos que ultrapassam a base física da diferença como também, ao ter como objetivo a igualdade fá-lo com vista à existência de iguais oportunidades, igual representação político-social, igual acesso a coisas básicas como a saúde ou a educação, ou de uma forma geral, iguais direitos.

Sendo a igualdade de direitos uma “máxima” a seguir, e a igualdade entre homens e mulheres um objetivo fundamental, o próximo capítulo servirá para auxiliar a compreensão das dinâmicas do género, a partir da sua exploração conceptual, de alguns conceitos a si associados e da sua relação com o desenvolvimento.

2. O CONCEITO DE GÉNERO

“Género”, uma palavra que embora seja já amplamente conhecida é por vezes ainda utilizada de forma incorreta, e muitas mais vezes ainda de ânimo leve, sem grande consciência do peso que a própria acarreta. Pelo mundo fora há milhões de mulheres que são discriminadas pelo facto de não terem nascido homens. Por isto, e para que antes de qualquer ação exista um pleno conhecimento sobre aquilo que se fala, quando se fala em “género”, é importante contextualizar o conceito de género fazendo referência à principal distinção terminológica feita entre género e sexo, seguida da exploração de dois conceitos compostos associados ao conceito em causa e que são fundamentais para a compreensão da igualdade de direitos entre homens e mulheres, nomeadamente “Igualdade de Género” e “*Mainstreaming* de Género”. Será ainda abordada a correlação entre género e desenvolvimento. Por fim procurar-se-á esclarecer, ainda que em traços gerais, uma das palavras mais incompreendidas ainda nos dias de hoje, “feminismo” no qual se fará a ligação com o ativismo, em particular com uma breve abordagem ao conceito de ativismo feminista.

2.1. Entre Género e Sexo

O conceito de género é um conceito que em pouco tempo se disseminou pelas diferentes escolas das ciências sociais e surgiu num contexto de mudança nas ciências sociais onde este correspondia, no plano teórico, ao propósito de colocar a questão das diferenças entre os sexos na agenda da investigação social (Amâncio, 2003: 687).

Considerando o seu “surgimento” na década de 70 com vários autores dos quais se destaca a socióloga Ann Oakley, que com a sua obra *Sex, Gender and Society*, de 1972, tentava explorar uma abordagem social a algo que era tradicionalmente associado a ciências médicas, verificava-se o crescimento de uma preocupação pela desigualdade nesta “relação social”, preocupação esta que até então tinha sido “ignorada ou ocultada” (Oakley, 1985 [1972]: 5; Amâncio, 2003: 687).

Se na década de 70 a preocupação era feita num campo mais teórico, com obras como a de Oakley (1972), a década seguinte viria a trazer uma nova dimensão, e uma diferente escala, para o género, pois é através das Nações Unidas que o género aparece no discurso político-institucional e é com esta “passagem” que se verifica uma maior

propagação devido ao papel dos *media*. Aliás a ONU declarou a década de 1975-85 como a Década das Nações Unidas para as Mulheres, ou *UN Decade for Women* (Amâncio, 2003: 688; Willis, 2011: 143).

Esta é então uma década de mudança, impulsionada pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW)¹⁰, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, no final de 1979, uma Convenção que é considerada a “Magna Carta dos direitos das mulheres”. Antes, já o princípio da igualdade de direitos entre homens e mulheres era contemplado na Carta das Nações Unidas, de 1945, e na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, no entanto, a Convenção CEDAW era diferente pois serviria também para que “se definissem meios e objetivos para a implementação da igualdade” (Amâncio, 2003: 688).

É importante ainda mencionar um outro momento fundamental na luta pelos Direitos das Mulheres, a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, que se realizou em 1995 e que deu origem à Plataforma de Ação de Pequim, e respetiva declaração (Nações Unidas, 1995), pois esta Conferência, “no plano institucional e da mediação política (...) deu, seguramente, um forte impulso à inclusão desta problemática no topo das agendas políticas dos vários estados membros” (Silva, 1999: 12). Embora exista na Declaração de Pequim uma adoção e compromisso por parte dos Governos para pôr em prática a Plataforma de Ação de Pequim que visa garantir que a perspectiva de género seja implementada nas suas políticas e nos seus programas nacionais (PpDM, 2015: 3), a verdade é que a Declaração em si tornou-se, nas palavras de Amâncio (2003: 690), “ambígua” aquando da utilização do termo género, pois este era utilizado em situações onde o termo “sexo” seria mais correto.

Isto leva então a uma das principais “confusões terminológicas” sobre a qual inúmeros autores (Oakley, 1985 [1972]; Butler, 1990; Kimmel, 2000; Archer e Lloyd, 2002; Lerner, 2006)¹¹, alguns deles ainda antes desta Conferência, se detiveram e que deve

¹⁰ A sigla corresponde ao nome em inglês da Convenção, *Convention on the Elimination of all Forms of Discrimination Against Women*, e que apesar de não corresponder à “tradução” para português é a utilizada mais frequentemente pelas Organizações Não Governamentais para os Direitos das Mulheres.

¹¹ Estes são apenas alguns dos nomes que, em diferentes ramos das ciências sociais, abordaram esta temática.

ficar explícita. Esta “confusão” passa pela existência de muitas considerações sobre os termos género e sexo e o facto de estes serem utilizados muitas vezes como sinónimos. No entanto, alguns autores acreditam haver razões para fazer a distinção entre estes dois termos e utilizando contributos de outros autores referem-se a “sexo como as categorias binárias «macho» e «fêmea»¹² e género aos atributos associados a uma extensão maior ou menor dos dois sexos, como os exemplos de masculino e feminino em vez de «macho» e «fêmea.» (Archer e Lloyd, 2002: 7; Kimmel, 2000: 3)

Uma das autoras mais referenciada sobre esta temática é Judith Butler (1990: 7) para a qual o

Género não deve ser concebido apenas como a inscrição cultural de significado num sexo pré-determinado... género também deve designar o próprio aparato de produção em que os sexos se estabelecem. Como resultado, o género não é para a cultura como o sexo é para a natureza; género é também o meio discursivo/cultural pelo qual «a natureza sexuada» ou «um sexo natural» é produzido e estabelecido como «pré-discursivo» antes da cultura, uma superfície politicamente neutra na qual a cultura atua.¹³

Esta associação do género à vertente cultural, que já era enunciada por Oakley (1985 [1972]: 158), é também suportada por outros autores como Lerner (2006: 3) que assume que “é uma ideia socialmente construída sobre o que é homem e mulher, masculino e feminino. É independente do sexo (...) é evolução e é específico da cultura” e normalmente, a esta conceção cultural acrescenta-se uma componente fundamental, os processos sociais ou relações entre as pessoas.

Havendo então uma concordância geral de que o género inclui as normas e expectativas relativamente ao comportamento que estão associadas aos homens e mulheres em sociedades particulares num determinado tempo e sendo “uma categoria socialmente construída”, é algo que muda ao longo do tempo e espaço (Willis, 2011: 142).

É importante notar que todas estas “definições” apresentadas até agora são algo muito associado a uma abordagem mais teórica, principalmente com base em investigações

¹² Os termos «macho» e «fêmea» aparecem no texto original como «male» e «female» que poderiam ser também traduzidos para homem e mulher, respetivamente. No entanto, devido à semelhança terminológica e da tradução, procede-se à utilização destes termos para uma melhor compreensão do conceito.

¹³ Trad. Livre

nas ciências sociais. No entanto, é a partir da teoria que se consegue avançar para uma prática mais sustentada. Esta prática mais sustentada reflete-se nas medidas promotoras de igualdade de género e nos mecanismos institucionais para as promover.

No caso português, por exemplo existe um mecanismo no espaço institucional do Estado para as questões da igualdade de mulheres e homens que é a atual Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e que resultou de várias reformas de um primeiro Grupo de Trabalho para a Definição de uma Política Nacional Global acerca da Mulher, criado em 1970, ao qual se seguiu, em 1975, a Comissão da Condição Feminina (CCF), institucionalizada em 1977 pelo primeiro Governo Constitucional. Já em 1991 a CCF foi reestruturada, sendo designada Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), que vigoraria até 2007 (PpDM, 2015: 39).

A CIG, seguindo um pouco a linha das definições apresentadas anteriormente, define género como uma

Ferramenta analítica utilizada para a compreensão dos processos sociais. Trata-se de um conceito relacional, por isso, não se refere apenas a mulheres ou a homens mas sim às relações que ocorrem entre ambos e ao modo como essas relações vão sendo socialmente construídas. Como instrumento de análise remete para as diferenças sociais (por oposição às biológicas) entre homens e mulheres, tradicionalmente inculcadas pela socialização, mutáveis ao longo do tempo e que apresentam grandes variações entre e intra culturas. Inclui as características culturais específicas que servem para identificar o comportamento de mulheres e de homens. (CIG, 2015: 218; Pinto et al, 2009: 329-330; Khosla e Barth, 2008: 147)

Embora esta seja uma definição que consegue incluir várias noções-chave das previamente expostas, e por isso quando falarmos em género no decorrer da tese é com base nesta definição, devido a certos termos pode suscitar uma ideia de classificação ou divisão entre homens e mulheres, no entanto, tal como nos diz Kimmel (2000: 2) o género não é simplesmente um sistema de classificação, pelo qual os machos biológicos e as fêmeas biológicas são classificados, separados, e socializados para papéis sexuais equivalentes. Género também exprime a desigualdade universal entre mulheres e homens. Quando se fala de género também se fala sobre hierarquia, poder e a desigualdade, não simplesmente a diferença.

É por isso que em seguida serão abordados dois conceitos que estando associados ao género, exprimem tanto esta vertente de “comparabilidade” entre sexos diferentes como a transversalidade destas questões no dia-a-dia, respetivamente o conceito de Igualdade de Género e o de *Mainstreaming* de Género.

2.1.1. Igualdade de Género

Um dos maiores equívocos conceptuais associado à temática do género prende-se com a questão da igualdade. Muitas pessoas encaminham-se automaticamente para uma ideia de igualdade, chamemos-lhe “total”, num sentido de obrigatoriedade de “divisão numérica” igual entre homens e mulheres ou rapazes e raparigas em todo o tipo de atividades.

A igualdade de género não significa obrigatoriamente um número igual de homens e mulheres ou raparigas e rapazes em todo o tipo de atividades, nem significa tratá-los da mesma maneira. Significa que há igualdade de oportunidades e uma sociedade na qual as mulheres e os homens são capazes de levar uma vida igualmente preenchida e gratificante. Haver igualdade de género significa que há um reconhecimento de que os homens e as mulheres têm muitas vezes diferentes necessidades e prioridades, enfrentam diferentes limitações e têm aspirações diferentes (Momsen, 2010: 8).

Enquanto princípio a igualdade de género tem múltiplas dimensões como discrimina o PNUD no Relatório de Desenvolvimento Humano dedicado às mulheres (1995, 1). Estas dimensões passam por

igual acesso aos serviços sociais básicos, incluindo educação e saúde, iguais oportunidades para participação na tomada de decisão política e económica, igual recompensa por trabalho igual, proteção igual sob a lei, eliminação da discriminação de género e violência contra as mulheres e iguais direitos dos cidadãos em todas as esferas da vida, tanto pública como o local de trabalho e privada, tal como a casa. (PNUD, 1995, 1)

Igualdade de género significa simultaneamente igualdade de tratamento perante a lei e igualdade de oportunidades. No entanto, para Naila Kabeer (2003: 2) uma vez que estes não levam a desigualdade estrutural em conta, a autora também inclui a *substantive*

equality e *equality of agency*¹⁴. O primeiro significa que as diferentes circunstâncias e características dos homens e das mulheres têm de ser tidos em conta para evitar resultados injustos relacionados com o género. Por exemplo, numa situação em que um homem e uma mulher têm as qualificações para uma determinada profissão, uma mulher pode não ser capaz de consegui-la, ou mesmo candidatar-se a ela, se não houver creches ou infantários disponíveis. Já *equality of agency* significa garantir que as mulheres e os homens podem fazer escolhas de vida estratégicas para si próprios (e ajudar a determinar as condições em que estas escolhas são feitas).

Esta dualidade da igualdade de género é também abordada na definição apresentada pela CIG (2015: 218), à qual se remete quando este conceito for utilizado daqui em diante, e que defende que

por um lado, todos os seres humanos são livres de desenvolver as suas capacidades pessoais e de fazer opções, independentes dos papéis atribuídos a homens e mulheres, e, por outro, que os diversos comportamentos, aspirações e necessidades de mulheres e homens são igualmente considerados e valorizados.

Acima de tudo, a ausência de igualdade de género significa uma enorme perda de potencial humano e tem custos, tanto para os homens, para as mulheres e também para o desenvolvimento (Momsen, 2010: 8).

2.1.2. *Gender Mainstreaming* ou Integração da perspetiva de género

O conceito que se apresenta em seguida é um daqueles “conceitos essencialmente técnicos” (Daly: 2005, 1) que, sendo consideravelmente recente, ganhou uma dimensão bastante considerável sendo utilizado, quase que de forma instantânea, em diversos campos e áreas institucionais. Naturalmente conhecido pelo mundo fora como *Gender Mainstreaming*, é frequentemente denominado em Portugal pela tradução quase literal de *Mainstreaming* de Género, no entanto pode-se encontrar em algumas obras a substituição do termo por “Integração da perspetiva (ou dimensão) de género”, como se

¹⁴ Embora o primeiro termo pudesse ser facilmente traduzido para português como “igualdade substantiva”, a complexidade terminológica do segundo não permite uma tradução “à letra”, sendo por isso utilizados os termos em inglês utilizados por Kabeer (2003, 2).

a própria denominação integrasse, de uma forma geral, o seu significado (Pinto et al, 2009: 330; CIG, 2015: 218; PpDM: 2015, 39).

Daqui para a frente será utilizado o termo *mainstreaming* de género, o qual, enquanto conceito, foi formalmente adotado com a Plataforma de Ação de Pequim, na Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres das Nações Unidas, em 1995 (Clover, 2015: 17; Momsen, 2010: 14). Nesta conferência, o *mainstreaming* de género foi posicionado como um desafio para as estruturas e práticas sociais normativas, ao integrar as perspetivas de género, tanto masculino como feminino - em todos os níveis e facetas do pensamento, da formulação de políticas, governança e tomadas de decisão (Clover, 2015: 17). Não “aparecendo” no texto da Declaração de Pequim uma “definição específica” do que é o *mainstreaming* de género, em mais de uma dezena de parágrafos, encontram-se expressões como “mainstreaming a gender perspective in(to) all policies and programmes”, nas várias áreas críticas abordadas na declaração.

O *mainstreaming* de género tenta combinar os pontos fortes das abordagens da eficiência e do *empowerment*¹⁵ num contexto do desenvolvimento *mainstream*. O *mainstreaming* de género tenta garantir que as preocupações e experiências das mulheres e dos homens são parte integrante da conceção, implementação, monitorização e avaliação de todos os projetos de modo a que a desigualdade de género não seja perpetuada (Momsen, 2010: 15).

Vinte anos passaram desde a Plataforma de Ação de Pequim e esta ideia de “abordagem” acaba por recorrer mais frequentemente do que um simples conceito em si, como já dizia Daly (2005: 434) que, há cerca de dez anos, considerava que o *mainstreaming* de género estava melhor desenvolvido como uma abordagem (política) do que um conceito.

¹⁵ Estas são duas das várias abordagens enumeradas por Janet Momsen (2015, 12-15) que associam de certa forma as mulheres, o género e o desenvolvimento. A abordagem da eficiência reconhecia que compreender os papéis e responsabilidades dos homens e das mulheres como parte do planeamento de intervenções desenvolvimentistas, melhora a eficiência. A abordagem do *Empowerment* baseia-se de uma forma geral no princípio da participação, no entanto este é um conceito que será melhor aprofundado capítulo 3, dedicado ao *Empowerment*. Relativamente à existência de diferentes abordagens à relação entre mulheres e desenvolvimento, estas serão exploradas mais aprofundadamente no subcapítulo que se segue.

A autora (Daly, 2005: 445) acrescentava ainda que o *mainstreaming* de género tende a ser definido em termos operacionais (...) centrando-se em processos políticos e em reorganizar instituições para que a responsabilidade pelo género seja generalizada amplamente em todo o espectro político e atravessando os diferentes níveis hierárquicos.

Em Portugal, a CIG, enquanto organismo nacional responsável pela promoção e defesa da igualdade entre homens e mulheres apresenta o *mainstreaming* de género como a

integração sistemática, de forma ativa e explícita, das condições, das prioridades e das necessidades próprias das mulheres e dos homens em todas as ações planeadas. Implica a planificação, (re) organização, melhoria, desenvolvimento e avaliação dos processos de tomada de decisão incluindo legislação, políticas e programas, que assegurem a incorporação transversal, em todas as áreas e a todos os níveis, da igualdade entre homens e mulheres. Esta incorporação deve estar presente em todas as fases de implementação e avaliação de qualquer ação planeada. (Pinto et al, 2009: 330; CIG, 2015: 218)

Será seguindo esta “definição” que o termo “*mainstreaming* de género” será utilizado doravante, sempre assente nesta ideia de integração transversal do género em todas as “esferas da vida” (e naquilo que pode influenciá-las).

2.2. Género e Desenvolvimento

Após a distinção concetual entre género e sexo, verifica-se que a componente relacional do conceito de género é particularmente relevante, não só para as questões de género em si, mas também na sua relação com o desenvolvimento. A igualdade de género, que tal como foi mencionada anteriormente, está consagrada internacionalmente como uma questão de Direitos Humanos fundamentais, aludida no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1995 (PNUD, 1995).

Mas não é somente na década de 90 que é feita esta “construção” que relaciona as mulheres e o género com o desenvolvimento, aliás existem dois termos, anteriores a esta década que procuram explorar esta relação, e a forma desta ser abordada, “Women in Development” (WID) e “Gender and Development” (GAD).

O termo WID que tinha sido cunhado no início dos anos 70 pelo Women's Committee of the Washington, DC, Chapter of the Society for International Development, acabaria por se tornar mais conhecido ao ser adotado pela United States Agency for International Development (USAID) na sua abordagem WID, onde as mulheres são vistas como um recurso inexplorado que pode fornecer uma contribuição económica para o desenvolvimento (Moser, 1993: 2).

A abordagem GAD teve origem no meio académico, a partir de meados dos anos 1970 no Reino Unido. Com base no conceito de género e nas relações entre homens e mulheres analisaram como o desenvolvimento influencia estas relações de poder. Esta abordagem vê as mulheres como agentes de mudança e critica a abordagem WID por tratar as mulheres como uma categoria homogénea e enfatiza a influência importante das diferenças de classe, idade, estado civil, religião e etnia ou raça sobre os resultados do desenvolvimento. Algumas autoras, como Moser (1993) distinguem entre interesses “práticos” do género, que poderiam melhorar a vida das mulheres dentro de suas funções existentes, e interesses “estratégicos” de género que ajudam a aumentar a habilidade das mulheres para assumirem novos papéis e que as capacitam (Momsen, 2010: 13; Moser: 1993).

Nesta relação entre mulheres e desenvolvimento, Caroline Moser (1993: 56-57) identificou 5 abordagens principais que foram adotadas ao longo do tempo. A autora confirma que existe uma sobreposição cronológica na sua distinção, ou mesmo categorização no entanto é útil para uma análise dos contributos do género para o desenvolvimento e da forma como esta integração é feita. Embora várias autoras (Moser, 1993; Momsen, 2010; Willis, 2011) apresentem algumas variantes seja na denominação das abordagens, seja no seu número, as 5 identificadas por Moser (1993) mantêm-se as centrais. Estas abordagens são “*Welfare*”, “*Equity*”, “*Anti-poverty*”, “*Efficiency*” e “*Empowerment*”.

A *Welfare*, como o nome indica está ligada ao bem-estar, é a mais antiga abordagem (1950-1970). Procura trazer as mulheres para o desenvolvimento como melhores mães pois as mulheres são vistas como beneficiárias passivas do desenvolvimento. Esta abordagem reconhece o papel reprodutivo das mulheres e visa atender as necessidades práticas do género de cima para baixo nas ajudas alimentares, nas medidas contra a má nutrição e o planeamento familiar (Moser, 1993: 58; Momsen, 2010: 12).

A *Equity*, ou equidade é considerada a abordagem original WID, usada na Década das Mulheres da ONU (1975-85). O seu objetivo é obter capital para as mulheres, que são vistas como participantes ativas no desenvolvimento pois procura atender necessidades de género estratégicas através da intervenção direta do Estado ao dar autonomia política e económica, e ao reduzir as desigualdades face aos homens (Moser, 1993: 62).

A terceira abordagem é a “anti-pobreza” que sendo uma abordagem WID, é como que uma versão atenuada da equidade, adotada a partir da década de 1970. O seu objetivo primava por assegurar que as mulheres pobres aumentam a sua produtividade. A pobreza das mulheres é visto como um problema do subdesenvolvimento, e não de subordinação. Reconhece o papel produtivo das mulheres e visa responder à necessidade prática de ganhar uma fonte de rendimento, particularmente em pequena escala (Moser, 1993: 66; Momsen, 2010: 13).

A quarta abordagem apresentada por Moser (1993) e terceira abordagem WID é a da eficiência, e que foi adotada particularmente desde a crise da dívida de 1980. O seu objetivo é o de assegurar que o desenvolvimento é mais eficiente e eficaz através da contribuição económica das mulheres, com a participação muitas vezes comparada à equidade. Faz a relação entre a “elasticidade” do tempo, em particular das mulheres, e a sua participação económica (Moser, 1993: 69-70; Momsen, 2010: 14)

A abordagem mais recente é a do *Empowerment*¹⁶ que se concentra em empoderar as mulheres através de uma maior auto-suficiência e capacitação (Moser, 1993: 74; Willis, 2011: 143; Momsen, 2010: 14).

Tal como foi mencionado anteriormente esta “categorização” de abordagens não é totalmente consensual e apesar de autoras como Janet Momsen (2010) atribuírem a algumas destas abordagens outras denominações, e de lhes acrescentar outras, particularmente mais recentes como a associação do género às questões ambientais (*Gender and Environment – GED*) e o *Mainstreaming* de Género, a verdade é que, independentemente da evolução das abordagens, a integração do género no desenvolvimento é fundamental quer seja numa perspetiva de integração de mulheres nos processos quer numa perspetiva de estabelecimento de políticas

¹⁶ Tal como já foi mencionado as questões relacionadas com *empowerment* serão aprofundadas com maior detalhe no Capítulo 3.

desenvolvimentistas que se concentrem nas relações sociais existentes, com um maior foco nas desigualdades.

2.3. Feminismo e Ativismo Feminista

Num mundo em que a desigualdade de género é um problema ainda muito presente, surgem desde há muitas décadas inúmeros movimentos denominados “feministas”. E se igualdade de género e *mainstreaming* de género são conceitos que facilmente são confundidos na atualidade, mais problemática é a compreensão do conceito de “feminismo”.

O termo “feminismo” é uma daquelas palavras que são mais mal compreendidas, quase que tabu, porque apesar de já ser um termo corrente, quer no “quotidiano”, quer num âmbito académico, a verdade é que ainda é visto de forma errada como algo “mau”. O primeiro problema passa pelo facto de uma das principais falácias que ainda é considerada como verdade para muitas pessoas é que feminismo é o oposto de machismo, ou o equivalente do mesmo para as mulheres o que é uma ideia absolutamente errada do conceito. Quando se fala em feminismo também é habitual cair na ideia comum de que o feminismo só “quer dar direitos” às mulheres. É por isso importante clarificar não só o que significa feminismo, ainda que de uma maneira geral, e com que sentido será utilizado daqui em diante.

Desde muito cedo existiram mulheres que tentavam fugir às tradicionais normas e regras sociais, procurando defender o “seu sexo”. A extensão temporal permitiu que, na literatura, se fizesse a distinção entre 3 diferentes “vagas” do feminismo. A primeira decorre, ainda antes de se “denominar” feminismo, desde o século XVIII até à primeira guerra mundial, impulsionada por questões como o direito ao voto, a segunda é a do ativismo das décadas de 60 e 70¹⁷, ligado aos movimentos sociais de libertação das mulheres e a terceira vaga, também chamada de feminismo pós-moderno, ocorreu na

¹⁷ Apesar de se estabelecer esta divisão temporal, uma das principais autoras feministas da segunda vaga é Simone Beauvoir, da qual se pode destacar a obra “O Segundo Sexo” que, sendo de 1949, e não se enquadrando temporalmente em nenhuma das vagas contribuiu muito para a segunda, e onde se encontra uma das primeiras tentativas de confrontar a história humana a partir de uma perspetiva feminista.

década de 90, que para Amâncio (2003: 695) constitui “um período de intensa reflexão que contribuiu para a consolidação da teoria feminista” (Amâncio, 2003: 695).

Atualmente, já se começam a escutar “ecos” de uma possível quarta vaga do feminismo, muito associada ao mundo virtual, e ao ativismo cibernético, mas provavelmente ainda será necessário um maior distanciamento temporal para que se consiga fazer um melhor enquadramento, um enquadramento que não englobe só “as novas formas de ativismo feminista” mas também os diferentes aspetos dos problemas sentidos, particularmente pelas mulheres, e acima de tudo a existência de novas contribuições associadas às diferentes identidades.

Enquanto definição, é importante perceber que há uma imensidão de feminismos num sentido que as realidades são muito diferentes em diferentes partes do globo, e as identidades individuais e coletivas de cada pessoa são simultaneamente causas e consequências de mudanças constantes, num mundo que não para de se transformar.

De uma forma geral pode-se dizer que o(s) feminismo(s) é/são

movimento(s) que visa(m) a igualdade social, política, económica e cultural entre mulheres e homens, pugnando pelos direitos das mulheres. Pode ser entendido como um fenómeno global que integra diversos fatores de acordo com a especificidade da situação das mulheres no mundo, das particularidades de cada cultura e de cada sociedade. Todavia, apesar dos feminismos se poderem configurar de forma específica, em diferentes sociedades e culturas, todos os seus movimentos são orientados pelo mesmo fundamento filosófico da conquista da igualdade entre mulheres e homens em todas as esferas da vida (Pinto et al, 2009: 329).

A ideia de que o feminismo é só das mulheres para as mulheres vê-se então anulada na medida em que, tendo como “fundamento (...) a conquista da igualdade entre mulheres e homens”, este pode, e deve, ser “praticado” tanto por mulheres como por homens. Uma mulher ou um homem que se considerem feministas e ajam de acordo como tal, são pessoas que defendem a igualdade de direitos. Mas entre o defender a igualdade de direitos e o agir para que tal exista passa por uma outra ideia, ou neste caso, um outro conceito que é o conceito de Ativismo Feminista.

Quando se procura definir ativismo feminista, não é fácil encontrarem-se obras que o procurem definir como algo muito concreto, por isso pode-se tentar abordar

individualmente o que é o ativismo e depois adaptá-lo e integrá-lo com a definição de feminismo apresentada anteriormente.

O termo ativismo é um termo muito amplo que de acordo com Ricketts (2012: 7) está intrinsecamente ligado a conceitos como movimentos sociais, advocacia ou democracia, entre outros. O autor acrescenta que este se refere a ações e atividades intencionalmente destinadas a exercer influência nos processos democráticos. Neste sentido, poderíamos ver a democracia como o processo e ativismo como as ações e atividades específicas ocorrendo como parte desse processo (Ricketts, 2012: 7).

Esta ideia acaba por dar destaque, ainda que de forma implícita a um princípio de liberdade, algo também perceptível na definição apresentada por Baptista et al (2006 citado em REDE, 2010: 99) onde ativismo é visto como

um conjunto de comportamentos observáveis, levados a cabo de forma livre e independente, que têm como objetivo a mudança de um panorama social negativo através da ação estratégica e tecnicamente enquadrada em diferentes áreas da sociedade.

Já Baumgardner e Richards (2005: xix) reconhecem ativismo não só como um termo mas também como um processo e definem-no como “*as consistently expressing one’s values with the goal of making the world more just*”. Partindo somente desta citação, em particular do “objetivo de tornar o mundo mais justo”, pode parecer apenas mais um daqueles pensamentos extremamente utópicos e ideias irrealistas de que “uma pessoa pode mudar o mundo”. No entanto, na sua obra as autoras reconhecem que qualquer pessoa pode ser ativista e que as pequenas ações que se podem alcançar num dia podem ser apenas uma pequeníssima parte de avanços e recuos, de forças e dificuldades, na luta pela igualdade.

As autoras utilizam o feminismo como filosofia, questionando-se de que maneiras as ações são feitas através de uma “*cultural lens (...) that sees all people*”, e um ativista é alguém que aceda aos recursos que ele ou ela tenha como um indivíduo em benefício do bem comum (Baumgardner e Richards, 2005: xix).

Para Martin (2007) o ativismo é a “ação em nome de uma causa, ação esta que vai para além do que é convencional ou rotina” e este ativismo, de acordo com a REDE (2010: 102), pode ser de três tipos: individual, através de grupos informais ou em organizações. Individual é pouco frequente, mas pode ter resultados bastante interessantes no processo

de transformação das sociedades se se conseguir algum tipo de reconhecimento pois a título individual é mais difícil ver os seus esforços reconhecidos pela sociedade, a não ser que se opte por estratégias de grande interesse mediático. Ao nível local e comunitário, a ação individual tem melhores hipóteses de conduzir a bons resultados. Neste contexto, a criação de folhetos, fixação de cartazes, distribuição de panfletos, ou a ação direta através de trabalho voluntário são algumas das formas mais comuns de ativismo.

O ativismo em grupos informais é muito semelhante ao individual sendo que o trabalho em equipa permite alcançar resultados que individualmente seriam difíceis, ou mesmo impossíveis de atingir.

Já o ativismo feito num contexto organizacional tem a vantagem de dar às/aos ativistas uma série de recursos indispensáveis para o sucesso das suas iniciativas, tais como o financiamento, contributos de especialistas, material para campanhas, contactos-chave em entidades públicas e privadas e outros. As organizações têm ainda uma maior capacidade para pressionar os órgãos de poder e cativar a atenção mediática, fatores que contribuem de forma decisiva para o alcance dos objetivos que se estabelecem (REDE, 2010:103-104; Ricketts, 2012: 7).

A ideia de que o ativismo pode ser individual, como reconhecem as definições apresentadas anteriormente por Baumgardner e Richards (2005) e pela REDE (2010), não é consensual. Para Jordan (2002: 12) ativismo é essencialmente algo feito em conjunto por várias pessoas, no entanto o que é essencial para o ativismo não é simplesmente ser mais do que uma pessoa, mas sim um sentido de solidariedade na procura pela “transgressão”¹⁸. Tem de existir um sentido de identidade partilhada, o que pode ser entendido, de uma forma muito simplista como as pessoas que reconhecem nas outras a raiva, medo, esperança ou outras emoções que sentem sobre uma transgressão (Jordan, 2002: 12).

O autor (Jordan, 2002) propõe três tipos, ou “áreas” nas palavras de Martin (2007), de ativismo orientado para o passado, presente ou futuro.

¹⁸ Este termo é utilizado pelo autor num sentido de algo que não é habitual, que foge ao convencional.

O *past-oriented* ou ativismo reacionário visa proteger os interesses daqueles que têm mais poder, muitas vezes em detrimento daqueles que são mais fracos. O *present-oriented activism* visa mudar as políticas. Isto também é chamado de reformismo. O *future-oriented activism* é sobre a mudança das relações sociais, não apenas políticas, sendo alguns exemplos deste último a maior igualdade na família ou a participação dos trabalhadores na tomada de decisões (Jordan, 2002; Martin, 2007).

Dentro do ativismo há ainda uma outra distinção que é normalmente feita quando se trata sobre este assunto, e que diz respeito aos métodos utilizados para o praticar. Os métodos podem ser não-violentos ou violentos, sendo que os não-violentos podem-se distinguir entre si. Métodos não-violentos podem ser de protesto e persuasão como discursos, *slogans*, faixas, colocação de estacas, protestos ou vigílias. A não-cooperação também é ação não-violenta na forma de desobediência a costumes sociais, boicote de produtores, a retirada de depósitos bancários, embargo do comércio internacional e uma grande variedade de greves. Ainda nos métodos não-violentos se destaca a intervenção que pode incluir ocupações não-violentas, teatro de guerrilha e a criação de instituições económicas e políticas alternativas.

De uma forma geral o ativismo é a expressão prática de um “desejo de mudança da sociedade no sentido de uma maior defesa e reconhecimento dos direitos humanos” (REDE, 2010: 99) e sendo um dos componentes fundamentais do ativismo a defesa dos direitos humanos, quando lhe acrescentamos a componente feminista procura-se o término das desigualdades de género através do ativismo.

Através dos contributos anteriormente apresentados pode-se definir ativismo feminista, de uma forma generalizada, como uma ou mais ações observáveis, levadas a cabo “de forma livre e independente” que visem o combate à desigualdade de género.

3. EMPOWERMENT

Se *mainstreaming* (de género) se tornou numa palavra de ordem na luta pela igualdade de direitos, utilizada maioritariamente num contexto político-institucional e junto das ONGs e movimentos sociais que trabalham sobre os direitos das mulheres, o conceito de *empowerment* mais do que uma palavra de ordem, ou palavra-chave, tornou-se numa daquelas palavras que rapidamente ganhou uma grande popularidade sendo utilizada com múltiplos significados e em diferentes áreas temáticas¹⁹.

O termo na sua raiz deriva do “poder” e é traduzido habitualmente para português como empoderamento ou capacitação, mas será, no entanto, mencionado durante o projeto como “*empowerment*”.

Quando se fala em *empowerment* no âmbito do desenvolvimento é habitual associá-lo ao conceito de desenvolvimento participativo. Como nem as “fileiras” do desenvolvimento nem os conceitos a si associados são completamente lineares é fundamental perceber que muitos dos conceitos e ideias podem ser transversais e é por isso que noções abordadas normalmente no âmbito do desenvolvimento participativo como o *empowerment* e a participação podem-se expandir e serem incluídas no desenvolvimento humano. É por isto que neste capítulo, inicialmente, partir-se-á da exploração do conceito do *empowerment* associado à noção de participação, seguido de uma maior particularização com a exploração do *empowerment* de género.

3.1. O *empowerment* e a participação

Na década de 1980, o *empowerment* foi considerado como uma “arma para os fracos”, melhor exercido através de atividades participativas. No entanto, o *empowerment* tem muitos significados e, em meados da década de 1990 algumas agências de desenvolvimento tinham começado a adotar o termo. Para a maioria destas instituições o *empowerment* era visto como um meio para melhorar a eficiência e produtividade sem alterar o *status quo* (Momsen, 2010: 14).

¹⁹ Destacam-se, por exemplo, no âmbito da psicologia, nomes como Rappaport (1981; 1987), Zimmerman (1990), Wallerstein (1992), Lord e Huchison (1993) entre outros (Lord e Huchison, 1993).

A noção de *empowerment* visava ajudar a participação a executar uma função política principal: proporcionar o desenvolvimento com uma nova fonte de legitimação (Sachs, 2010: 134-135).

Numa perspectiva científica, Rappaport utilizava este termo logo em 1981 referindo-se à “finalidade de melhorar as possibilidades das pessoas controlarem as suas vidas” (Lord e Huchison, 1993: 3). Tendo por base este e outros contributos que durante anos se detiveram sobre as questões do *empowerment* no âmbito da psicologia, Lord e Huchison (1993: 4) o definiam como “um processo pelo qual os indivíduos alcançam maior controlo em vários aspetos das suas vidas e participam na comunidade com dignidade”.

Estas definições, embora trabalhadas no âmbito da psicologia têm como base muitas ideias que outros autores, de outras áreas, também associam ao *empowerment*. É o caso, por exemplo de Friedmann (1996: x e xi), um dos autores mais conhecidos que tratou sobre o *empowerment* e que destaca

a ênfase na autonomia das tomadas de decisão de comunidades territorialmente organizadas, na auto-dependência local (mas não na autarcia), na democracia directa (participativa) e na aprendizagem social pela experiência.

Embora já se tenham feito algumas referências à participação ainda não ficou completamente explorado o porquê de podermos conjugar estes dois termos no desenvolvimento.

Não querendo enveredar pela procura de uma definição de participação, que poderia conduzir a algo muito extenso e confuso²⁰, podem-se distinguir, de acordo com Milando (2005: 45-47), duas grandes conceções na relação entre participação e desenvolvimento que passam pela ideia da participação ser um meio para se atingir o desenvolvimento ou ser um fim deste processo, sendo que esta última implica o *empowerment* das pessoas, e nas suas palavras, “a possibilidade de elas determinarem o modo e o sentido da sua

²⁰ Nos últimos cerca 50 anos, o conceito de participação viu-se analisado e “definido” inúmeras vezes, sofrendo constantes “divisões/estruturações internas” no sentido de classificar diferentes tipos, níveis e escalas de participação. “A Ladder of Citizen Participation” de Sherry Arnstein (1969), “A New Ladder of Citizen Participation” de Desmond Connor (1988) ou as diferentes formas de participação em “Depoliticising development: the uses and abuses of participation” de Sarah White (1996) são alguns dos exemplos em que isto acontece. Para além disto a existência de inúmeros conceitos compostos relativos à participação tornariam esta tarefa muito complexa e duradoura.

vida”. Amaro (2003: 58) também menciona esta relação afirmando que “o conceito de participação tem associado a si o conceito de *Empowerment*, ou reforço de capacidades, competências ou poder, sendo, simultaneamente, uma pré-condição para a participação e o exercício da cidadania e um processo de formação e de aquisição de poder, que deles resulta em permanência”.

Na sua obra dedicada às questões da participação no âmbito do desenvolvimento, Sarah White (1996:7) faz uma divisão em 4 formas de participação com base nas suas funções e interesses: nominal, instrumental, representativa e transformativa. Nesta última considera a participação como um meio de *empowerment* e um fim em si mesmo na medida em que a “ideia de participação como *empowerment* é de que a experiência prática em estar envolvido na consideração de opções, na tomada de decisões e ter a ação coletiva para combater a injustiça é, em si mesma, transformativa.” (White, 1996:8; Lima, 2014: 26-27)

Um elemento-chave do *empowerment* como resultado do desenvolvimento é que formas de intervenção podem levar ao *empowerment*. Afirma-se frequentemente que as ONG podem “empoderar” as comunidades, mas na realidade este não é o caso. Isto ocorre porque o *empowerment* é algo que vem de dentro. São apenas os indivíduos que podem optar por utilizar as oportunidades. O que as ONGs podem contribuir para este *empowerment* é serem capazes de fornecer um contexto no qual um processo de capacitação é possível (Willis, 2011: 113), pois tal como Friedmann (1996: 35) também afirmava, o *empowerment* é um processo que começa, quer por baixo, quer pelo interior de formações sociais específicas territorialmente com base territorial, como a aldeia ou a vizinhança, no *barrio*. Aliás o *empowerment* é habitualmente visto, como diz White (1996: 9) “as an agenda controlled 'from below’”, isto porque o *empowerment*, como a autora acrescenta, “deve envolver ação a partir de baixo”. (White, 1996:9)

Esta ideia vai de encontro ao que já foi mencionado relativamente à importância de fomentar o ativismo, neste caso sobre as questões de género, começando diretamente pelo indivíduo pois quando as próprias pessoas contempladas geram ideias e põem em uso as suas capacidades mentais existe participação, uma participação ativa e propiciadora do *empowerment* das pessoas. (Milando, 2005: 71)

Embora seja abordado em seguida, no ponto 2.2, o conceito de *empowerment* de género há mais uma definição de *empowerment* à qual deve ser dada uma atenção particular. É a definição apresentada pela CIG e na qual o *empowerment* consiste nos

processos e resultados de melhoria da autonomia individual, através de diversos meios como o acesso ao conhecimento, o desenvolvimento de capacidades, a educação e formação. Consiste na autoconfiança e vontade individuais para mudar, positivamente, uma dada situação e que podem, subsequentemente, ser aplicadas na mudança do estatuto social, político, económico ou cultural individual. É, acima de tudo, um processo interior de auto-capacitação. Só pode ser empoderada ou empoderado quem se empoderar a si própria/o. (Pinto et al, 2009: 328; CIG, 2015: 218; Khosla e Barth, 2008: 147)

Esta é uma definição muito rica e fundamental para a exploração deste projeto no sentido em que se quer proceder à “autonomia individual”, neste caso das pessoas que queiram intervir sobre as questões de género. Os “diversos meios” estão representados na forma do Toolkit de ativismo que fornecerá algumas ferramentas para que esta autonomização se verifique. A “autoconfiança e vontade individuais para mudar, positivamente, uma dada situação” são alguns dos princípios fulcrais sem os quais as ações não podem ser tomadas e sem os quais o próprio Toolkit ficaria “inviabilizado” pois não teria utilizadores que seguissem e aplicassem os métodos e estratégias disponibilizados. Por fim, toda a ideia de auto-capacitação e *empowerment* interliga-se perfeitamente com um dos objetivos fundamentais do projeto, as pessoas agirem, livremente, guiadas pela sua vontade própria, e poderem fazer a diferença através de ações que elas próprias idealizaram.

3.2. *Empowerment* de género

Se inicialmente o conceito de *empowerment* se viu associado às questões de participação e reforço de eficiência e produtividade num sentido de autonomia mais generalizado, abordagens alternativas de desenvolvimento viram o *empowerment* como um método de transformação social e igualdade de género (Momsen, 2010: 14).

Antes de se enveredar pela definição do conceito de *empowerment* de género é importante fazer a ressalva de que por vezes encontram-se obras que em vez do termo “*gender empowerment*”, utilizam “*women’s empowerment*” com o mesmo significado,

no entanto tal como já foi mencionado, quando se fala em género não se fala só das mulheres, e por isso é importante manter esta distinção presente enquanto se aborda uma “possível definição”, embora o termo “*gender empowerment*” tenha surgido num sentido de apoio às mulheres face às desigualdades existentes.

O conceito de *empowerment* tem uma longa história no trabalho de mudança social. A sensibilização de uma consciência feminista e ação coletiva conduziu a uma implementação inicial do conceito no desenvolvimento internacional na década de 1970 (Cornwall, 2014: 1) e nos anos 80, o termo *empowerment* tornou-se numa palavra-chave para escritores/as feministas, autores e ativistas. Era utilizado no sentido de mobilização social ou no sentido de “mudança de mentalidades das mulheres”, mas alcançava mais que o “social”. Friedmann, na sua obra sobre o *empowerment* (1996: 124-125) aprofunda a questão de género e distingue a existência de 3 formas de *empowerment*: o *Empowerment* Psicológico, o *Empowerment* Político e o *Empowerment* Social. Quando o autor faz referência a esta “tríade interligada” extrapola a ideia de que estas formas de *empowerment* quando “trabalhadas” por uma mulher que se associa a outras resulta numa “rede social de relações *empowering*”.

A partir daqui, o esforço conjunto em “cooperativas de produção, movimentos políticos, grupos de apoio mútuo”, ou outras formas de cooperação têm tendência a alcançar mais e melhores resultados pois a ação coletiva através de redes e organizações fortalece normalmente o processo de *empowerment* social, psicológico e político das mulheres (Friedmann, 1996: 125).

A abordagem do *empowerment* também foi associada ao aumento de abordagens participativas para o desenvolvimento e muitas vezes significava trabalhar com as mulheres ao nível da comunidade na construção de habilidades organizacionais (Momsen, 2010: 14) pois por todo o mundo, a estrutura das unidades domésticas, tem tendência a discriminar as mulheres face aos homens quer numa esfera pública quer privada. Isto resulta naquilo que Friedmann (1996: 117) chama de um “duplo *disempowerment*” das mulheres “como membros das unidades domésticas pobres e, no interior destas, em virtude do sexo.”

Relativamente a uma definição do conceito de *empowerment* de género podemos combinar a ideia do *empowerment* como um processo de desenvolvimento amplo que permite que as pessoas ganhem autoconfiança e autoestima, permitindo desta forma que

ambos os homens e mulheres consigam participar ativamente nas tomadas de decisão com vista ao desenvolvimento (Momsen, 2010: 14) com um dos objetivos centrais da Plataforma de Ação de Pequim, o *empowerment* da mulher, que consiste em realçar a importância de que a mulher adquira o controlo sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar as condições para que este processo ocorra (Nações Unidas, 1995).

A principal ideia a reter sobre o conceito de *empowerment* de género é que este não é algo que pode ser concedido por outros mas sim o reconhecimento das desigualdades no poder, a afirmação do direito a ter direitos e a ação para pressionar e provocar uma mudança estrutural em favor de uma maior igualdade (Cornwall, 2014: 1).

4. DESENVOLVIMENTO, GÉNERO E EMPOWERMENT

Com a exploração individual dos conceitos de Desenvolvimento, Género e *Empowerment* percebe-se que existem pontos de contacto e até mesmo relações de causalidade entre eles. É importante por isso refletir sobre esta relação multidimensional no sentido de se compreender realmente a importância não só de uns conceitos para os outros mas também da sua relevância na sociedade contemporânea.

Quando na década de 70 se começaram a integrar realmente as mulheres e as questões de género nos debates ligados ao desenvolvimento, passou a existir verdadeiramente um reconhecimento de que existem desigualdades e que as abordagens de desenvolvimento devem ter em conta não só a maneira como os programas ou projetos são implementados mas quais os seus efeitos tanto para os homens como para as mulheres, pois ao reconhecer as diferenças inerentes ao sexo e valorizá-las, considera-se que, “na complementaridade dos géneros, reside um fator muito positivo do desenvolvimento humano e sustentado das sociedades” (Silva, 1999: 16).

Aliás, tal como aparece mencionado no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1995 “um dos movimentos definidores do século XX tem sido a luta incansável pela igualdade de género” e “quando esta luta finalmente for bem-sucedida – como deve ser – irá assinalar um grande marco no progresso humano”. (PNUD, 1995: 1) Este relatório introduziu dois novos índices importantes para medir a desigualdade de género a nível nacional: o *Gender-related Development Index*²¹ (GDI) e a *Gender Empowerment Measure* (GEM).

O GDI incide sobre os mesmos três indicadores que o IDH. Uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um nível de vida digno são os indicadores pelos quais os dados sendo desagregados por sexo são atribuídos um único valor social e combinados para calcular o GDI para cada país. Desta forma a condição para existir *empowerment* das mulheres, em qualquer que seja o contexto passa sempre por reduzir e acabar com as desigualdades e disparidades de género no mercado de trabalho, nos níveis de educação e na esperança de vida. (Klasen, 2006: 243; Kabeer, 2003: 84-85)

²¹ Em algumas obras encontra-se a denominação mais reduzida *Gender Development Index*, no entanto, sempre que necessário, será utilizada a expressão presente no próprio Relatório de 1995.

O GDI é facilmente mal-entendido e erradamente interpretado como um método de medir a desigualdade de género, o que não é, uma vez que o GDI somente ajusta o IDH através de uma penalidade²² de bem-estar e por isso é uma medida ajustada de desigualdade de género no desenvolvimento humano no geral. (Klasen, 2006: 246)

Já a GEM passou o foco da desigualdade de género das capacidades básicas, ou *basic capabilities*, para as disparidades de oportunidades e escolhas mais amplas. Esta medida junta os dados sobre as desigualdades de género nos rendimentos auferidos em ocupações profissionais, gerenciais e técnicas e na representação parlamentar. (Klasen, 2006: 243; Kabeer, 2003: 84-85)

Estas duas medidas não tiveram o impacto esperado no desempenho de um papel central na medição e promoção do desenvolvimento com uma perspetiva de género e enquanto o IDH estabeleceu-se como o indicador principal altamente visível do desenvolvimento humano, o GDI e GEM são vistos como medidas muito especializadas e dificilmente interpretadas (Klasen, 2006: 244). Devido aos problemas identificados e críticas que têm sido feitas a estas medidas, outras “medições compostas”²³ têm sido propostas por diversas organizações apesar de ainda ser algo amplamente debatido devido à necessidade de se estabelecer uma “medição” que não tenha os problemas conceptuais com os componentes do GDI e da GEM e que colmate os problemas empíricos relacionados com a disponibilidade de dados.

Algumas das reformas mais relevantes passam pelo cálculo de um IDH masculino e feminino, bem como um *Gender Gap Index* (GGI) para substituir o GDI, que pode ser interpretado mais diretamente como uma medida de desigualdade de género. Em relação ao GEM, as mudanças mais importantes são diferentes formas de lidar com o componente de rendimentos do trabalho e também para substituí-lo por um

²² Esta penalidade, conhecida por *Human Development Penalty* é a comparação do GDI de um país com o seu IDH, e a comparação (diferença ou ratio) diz por quanto a desigualdade de género nas três dimensões do IDH reduz o desenvolvimento humano no geral. (Klasen, 2006: 246)

²³ “Gender Equity Index by Social Watch (2005), a Gender Gap Index by the World Economic Forum (2005), the African Gender Status Index by the Economic Commission for Africa (2004), the Relative Status of Women Index by Dijkstra and Hanmer (2000), and the Standardized Index of Gender Equality by Dijkstra (2002).” (Klasen, 2006: 270)

procedimento mais simples e direto de calcular a medida. (Klasen, 2006: 261-269; Klasen e Schüler, 2009: 2)

O cálculo de dados desagregados por sexo de aspetos básicos da capacidade humana (como a esperança de vida, participação na educação e no mercado de trabalho), bem como os aspetos mais complexos (como a participação política e realizações profissionais) ajuda a construir uma imagem abrangente da extensão, o alcance e distribuição da desigualdade de género em ambos os países desenvolvidos e em desenvolvimento (Kabeer, 2003: 85-86).

A existência destas medidas é fundamental pois o que é medido é mais provável de ser priorizado e certos dados sobre alguns indicadores podem ajudar a que as questões de género sejam levadas a sério, permitem que exista um melhor planeamento das ações, podem ser usados para responsabilizar as instituições responsáveis pelos seus compromissos na matéria de igualdade de género e podem ajudar a estimular a mudança através de processos de recolha de dados. Simultaneamente, uma compreensão mais profunda das questões e o progresso contínuo na disponibilidade de dados desagregados por sexo tornam possível apresentar um quadro mais abrangente das divergências que precisam ser abordadas para avançar verdadeiramente ao nível do desenvolvimento humano. O maior recurso a pesquisas de opinião e sondagens também podem complementar os dados mais tradicionais em revelar barreiras para as mulheres para reivindicar seus direitos e perceber o seu potencial. Isto porque indicadores de género podem referir-se a indicadores quantitativos com base em dados estatísticos desagregados por sexo, que preveem medidas separadas para homens e mulheres ou podem também incluir mudanças qualitativas por exemplo, o aumento nos níveis de *empowerment* das mulheres ou em mudanças de atitude sobre a igualdade de género. Estas medições de igualdade de género podem abordar as mudanças nas relações entre homens e mulheres, os resultados de uma determinada política, programa ou atividade para as mulheres e homens, ou alterações no estatuto de homens e mulheres.

Esta procura por medidas e respetivos indicadores, ainda que numa perspetiva mais geral, revela que existe uma preocupação crescente com as desigualdades de género e que para existir desenvolvimento tem de existir igualdade de género. Temos um relatório do PNUD focado nas desigualdades de género lançado no mesmo ano da IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres e consequente Declaração e

Plataforma de Ação de Pequim dos quais passou-se no ano passado o seu vigésimo aniversário. Esta preocupação que reconhece e tem vindo a reconhecer o papel das mulheres como crucial para o desenvolvimento pode, e deve ser sempre extrapolada para os níveis mais baixos, para onde se sentem realmente as desigualdades estruturais.

E isto passa pelas diferentes abordagens que, ao longo das décadas, têm surgido com estas preocupações da qual se volta a reforçar a abordagem GAD cujo desenvolvimento tem sempre de ocorrer “com base na premissa de que todas as políticas, programas e projetos devem refletir sobre as necessidades, prioridades, papéis e os impactos dos processos de desenvolvimento nas mulheres e nos homens” (Perista e Silva, 2006: 63).

Com reconhecimento de que para existir desenvolvimento tem de existir igualdade podemos então partir para a integração do *empowerment* nesta tríade conceptual, *empowerment* não só como objetivo, mas também como processo/abordagem inserida na abordagem GAD. Destaca-se este processo pois a abordagem do *empowerment* reconhece as desigualdades entre homens e mulheres e destaca o facto de que as mulheres experimentam a opressão de forma diferente de acordo com sua raça, classe, história colonial e posição atual na ordem económica internacional. Desta forma, as mulheres têm desafios constantes e situações opressivas, simultaneamente, a diferentes níveis. A abordagem do *empowerment* questiona alguns dos pressupostos fundamentais relativos à relação entre o poder e o desenvolvimento pois reconhece a importância das mulheres aumentarem o seu poder. No entanto, concentra-se menos na questão do poder em termos de dominação sobre os outros (com o seu pressuposto implícito de que um ganho para as mulheres implica uma perda para os homens), e preocupa-se muito mais com a capacidade das mulheres para aumentar sua própria autoconfiança e força interna. Isto é identificado como o direito de determinar escolhas na sua vida e influenciar a direção da mudança. (Moser, 1993: 74-75)

Existe um *empowerment* das mulheres quando ocorre “o desenvolvimento das suas capacidades para, de uma forma coletiva ou individual, poderem controlar as suas vidas, identificarem as suas necessidades, estabelecerem as suas próprias agendas e solicitarem o devido apoio e respostas do Estado e da sua comunidade aos seus interesses” (Perista e Silva, 2006: 63) e a igualdade de género implicará que “às mulheres seja conferido poder suficiente (o referido “*empowerment*”) de modo a que possuam real capacidade para se afirmar na sociedade, em paralelo com os seus pares masculinos, os seus valores

específicos e interesses próprios e contribuir, assim, para o desenvolvimento humano e social das sociedades em que vivem” (Silva, 1999: 16).

No entanto, o *empowerment* não é só uma problemática de género mas também um problema do desenvolvimento que afeta não só as mulheres mas também os homens, uma vez que este não é somente um processo mas também um resultado ou consequência. Enquanto processo é a capacitação e autonomia das pessoas através da disponibilização de recursos e oportunidades e enquanto consequência o *empowerment* é uma meta a alcançar pois como o desenvolvimento humano é o “processo de aumento das escolhas das pessoas” é como um ciclo em que o *empowerment* conduz ao desenvolvimento, que conduz ao *empowerment* e assim por diante.

Quando se integra a componente do género, em particular a igualdade, neste ciclo, passamos a ter especificamente a capacitação para a igualdade de género, através do *empowerment* das pessoas individuais ou coletivas (no caso particular das ONGDMs), que contribui para o desenvolvimento humano, e não só, e conseqüentemente, a expansão/promoção da igualdade de género e simultaneamente do *empowerment* futuro de outras pessoas.

PARTE II. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO E ANÁLISE DO TOOLKIT DE ATIVISMO FEMINISTA

Neste capítulo será abordada, em primeiro lugar, a metodologia de investigação utilizada começando pela questão de partida que se procura ver respondida com este estudo seguida dos objetivos condutores da investigação e métodos utilizados para alcançar os objetivos predispostos.

Será também apresentado o Toolkit de Ativismo Feminista, uma componente do projeto CAPACITA promovido pela Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, o qual é o objeto principal de uma reflexão crítica.

Ainda neste capítulo procede-se à análise dos resultados alcançados com a aplicação da metodologia de investigação utilizada a este estudo de caso, os quais serão apresentados na lógica dos objetivos condutores.

1. METODOLOGIA

1.1. Pergunta de Partida e Objetivos

De acordo com Quivy e Campenhoudt (1995: 31-32) o investigador deve escolher um “fio condutor” para dar início ao trabalho, pois este permitirá estruturá-lo de forma mais coerente. Este “fio condutor” passa por tentar “enunciar o projecto de investigação na forma de uma pergunta de partida, através da qual o investigador tenta exprimir o mais exactamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor.” Com este intuito, formulou-se a seguinte questão inicial:

“De que forma pode o ativismo feminista facilitar o *empowerment* das mulheres numa perspetiva de género e desenvolvimento?”

Esta pergunta de partida pode, no entanto, estar no limite daquilo que Quivy e Campenhoudt (1995: 35) denominam de “Qualidades de Clareza” pois poderá ser necessária uma explicação mais precisa daquilo que se pretende realmente abordar. Neste sentido, e uma vez que o objeto sobre o qual incidirá a análise principal e reflexão crítica é o Toolkit de Ativismo Feminista, pode-se procurar formular uma questão que realmente enquadre esta vertente. Desta forma, pode-se ser mais claro e mais preciso,

duas das características ou qualidades que, de acordo com Quivy e Campenhoudt (1995: 35) uma boa pergunta de partida deve ter, através de uma questão como “De que forma é o Toolkit de Ativismo Feminista um instrumento facilitador do *empowerment* das mulheres numa perspetiva de género e desenvolvimento?”, num sentido de se perceber se esta ferramenta propicia ou não o *empowerment*, quais os benefícios de se proceder à sua utilização e até mesmo características que poderiam ser alteradas e/ou implementadas com o intuito de melhorar o Toolkit de Ativismo Feminista.

Desta forma e tendo por base esta questão estabeleceram-se os seguintes objetivos condutores da investigação:

- Compreender de que forma conceitos como Igualdade de Género, *Mainstreaming* de género, Feminismo, e *Empowerment* de Género são abordados e promovidos no Toolkit.
- Analisar a perceção de membros de ONGDM no que diz respeito à utilidade, qualidade e facilidade ou dificuldade na utilização do Toolkit.
- Abordar/sugerir, a partir dos diferentes contributos, possíveis alterações ou aspetos/conteúdos a serem integrados, no futuro, com vista a melhorar o Toolkit existente.
- Analisar a relação que se estabelece entre o Ativismo Feminista e Desenvolvimento numa perspetiva de *Empowerment*.

Tendo estes objetivos como base elaborou-se uma grelha analítica (Anexo A) que inclui os conceitos de referência, as dimensões de análise, os indicadores, as fontes de informação e as técnicas utilizadas.

1.2. Métodos de Investigação

Após o delineamento de uma linha estrutural com a pergunta de partida, é importante perceber quais os métodos a utilizar mais adequados para alcançar os objetivos propostos e obter a “resposta” à pergunta de partida.

Antes de se enveredar pelos métodos ou técnicas utilizadas é importante fazer uma referência à “metodologia” estudo de caso. Sendo o estudo de caso “largamente usado em Ciências Sociais” como nos dizem Carmo e Ferreira (1998: 216) escolheu-se o

Toolkit de Ativismo Feminista como estudo de caso porque esta abordagem empírica “investiga um fenómeno actual no seu contexto real; quando os limites entre determinados fenómenos e o seu contexto não são claramente evidentes; e no qual são utilizadas muitas fontes de dados” (Yin, 1988, citado em Carmo e Ferreira, 1998: 216).

De acordo com Yin (1988, citado em Carmo e Ferreira, 1998: 216-217) os estudos de caso podem ser de três tipos: exploratórios, descritivos ou explicativos. Este último foca-se “na investigação de um fenómeno actual no seu próprio contexto (...) cujo objetivo é a explicação de fenómenos” ou seja visa recolher informação que permita estabelecer relações causais, neste caso, o Toolkit de Ativismo Feminista dentro de um contexto mais geral do feminismo e das relações que se estabelecem entre desenvolvimento, género e *empowerment*.

Nos estudos de caso os dados recolhidos podem ser qualitativos, quantitativos ou ambos e de acordo com Merriam (1988, citado em Carmo e Ferreira, 1998: 217) um estudo de caso qualitativo é particular, descritivo, heurístico, indutivo e holístico ou seja “é dada uma maior importância aos processos do que aos produtos, à compreensão e à interpretação.”

A compreensão e interpretação, nesta investigação são realizadas através de dados e informação obtida de diferentes formas e fontes.

Inicialmente foi feito um enquadramento teórico a partir da análise documental de recursos bibliográficos relevantes não só para o estabelecimento de definições dos conceitos utilizados mas também para uma compreensão mais esclarecida do campo de investigação pois é “indispensável tomar conhecimento de um mínimo de trabalhos de referência sobre o mesmo tema ou, de modo mais geral, sobre problemáticas que lhe estão ligadas” (Quivy e Campenhoudt, 1995: 51) e “estudar o que se tem produzido na mesma área” (...) é “um acto de gestão de informação, indispensável a quem queira introduzir algum valor acrescentado à produção científica existente” (Carmo e Ferreira, 1998:59).

Para uma pesquisa documental adequada e eficaz é crucial que exista uma seleção dos materiais para que exista um foco em recursos que contribuam realmente para a investigação e por isso, as leituras realizadas foram exploradas partindo dos 3 conceitos gerais, Desenvolvimento, Género e *Empowerment*, as quais conduziram à exploração de

alguns conceitos mais específicos que fizessem sentido no âmbito dos objetivos propostos e foram posteriormente selecionadas de acordo com a sua pertinência para a investigação (Quivy e Campenhoudt, 1995: 52; Carmo e Ferreira, 1998:64)

À luz desta análise documental sobre os conceitos fundamentais será feita uma reflexão crítica ao Toolkit de Ativismo Feminista. No entanto, este é um método à partida, insuficiente pois, para Carmo e Ferreira (1998: 129) “é fundamental ter consciência que ao ser selecionada uma qualquer fonte de informação estão a rejeitar-se outras, que podem ser igualmente importantes” e, neste caso específico, uma análise crítica ao Toolkit de Ativismo Feminista feita somente com base em investigação documental, não só limita as fontes como a diversidade de informações e dados passíveis de serem recolhidos.

Desta forma, para além de análise documental são também utilizadas como método a observação participante e a entrevista.

No que diz respeito à observação participante, de acordo com Quivy e Campenhoudt (1995:196) “(...) os métodos de observação direta constituem os únicos métodos de investigação social que captam os comportamentos no momento em que eles se produzem e em si mesmos, sem a medição de um documento ou um testemunho” e a observação participante “consiste em estudar uma comunidade durante um longo período, participando na vida coletiva” (Quivy e Campenhoudt, 1995: 197). Apesar deste estudo de caso ter características específicas que “fogem um pouco ao habitual” que utiliza a observação participante, não se podia deixar de parte esta vertente pois durante inúmeros meses houve uma participação muito ativa ao nível do voluntariado na PpDM, incluindo o próprio desenvolvimento do Toolkit.

Para esta investigação, decidiu-se também utilizar a entrevista como método de recolha de informação. Estas entrevistas foram feitas a membros de Organizações Não-Governamentais de Direitos das Mulheres pois “recorrendo a informadores qualificados como especialistas no campo da investigação” (Carmo e Ferreira, 1998:129) obtêm-se perspetivas diferentes com um conhecimento mais prático da área em questão e “normalmente informações valiosas”.

Existindo diferentes tipos de entrevistas, utilizou-se a entrevista semidirigida, ou semidirigida, uma das mais utilizadas em investigação social, sendo “que não é

inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas” e que “«deixará andar» o entrevistado para que este possa falar abertamente, com as palavras que desejar e pela ordem que convier” (Quivy e Campenhoudt, 1995: 192-193). Mesmo que sejam utilizadas questões consideradas mais definidas num sentido de perceber certas características do Toolkit, manter-se-á uma maior liberdade de resposta com vista à obtenção das opiniões pessoais relativamente ao Toolkit, e a possibilidade de contributos para a alteração/melhoria do mesmo.

É crucial ter consciência de que apesar de se obterem normalmente informações valiosas de um informador qualificado, este “é também um filtro da própria informação” (Carmo e Ferreira, 1998:129) e por isso é “vital para a investigação fecundar as entrevistas com leituras, e vice-versa” (Quivy e Campenhoudt, 1995: 81).

Relativamente às entrevistas em si é importante ainda referir que a própria “seleção” de entrevistados/as é involuntariamente uma limitação de fontes, mas uma limitação necessária seja por questões temporais ou pela sua relevância para os objetivos. Sendo um Toolkit criado por uma organização promotora de direitos das mulheres e que procura que este seja um auxiliar para a ação de outras ONGs (e outros atores) no mesmo campo temático, considerou-se que as entrevistas realizadas seriam mais pertinentes se feitas a membros, colaboradoras/es ou voluntárias/os que façam parte ou atuem de alguma forma em organizações de direitos das mulheres. Existindo este foco em entrevistas dentro das ONGDM houve no entanto uma preocupação de manter alguma “diversidade” seja nas diferentes organizações abordadas como também a nível individual, através de entrevistas a pessoas que tenham lidado com estas questões durante anos e do qual as experiências pessoais podem ser contributos fundamentais e a pessoas que não estando envolvidas há muito tempo possam, por exemplo, trazer novas ideias ou novas preocupações. Isto não é de todo restritivo e depende muito de cada entrevistada/o, todavia é também importante fazer a ressalva de que as entrevistas são individuais, e as opiniões delas extraídas não são a opinião generalizada de todas as organizações e a opinião individual de cada pessoa não é representante da organização ou organizações de que faz parte.

2. TOOLKIT DE ATIVISMO FEMINISTA

Neste capítulo será apresentado o que é o Toolkit de Ativismo Feminista, quem são as pessoas a quem se destina e o(s) seu(s) objetivo(s).

Será ainda apresentada a forma como está estruturado e, ainda que de uma forma mais sintética e generalizada, os seus conteúdos para que este seja analisado à luz da investigação documental, da observação participante e das entrevistas realizadas.

2.1. O que é?

O Toolkit de Ativismo Feminista foi desenvolvido no âmbito do projeto CAPACITA pela PpDM, em parceria com a Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, cofinanciado pelo Programa Cidadania Ativa, EEA Grants, gerido pela Fundação Calouste Gulbenkian, e é um Toolkit *online*, que está incluído no website da PpDM (em <http://plataformamulheres.org.pt/toolkit/ativismo-feminista/>), que visa ser uma ferramenta de apoio à criação de ações ou campanhas que promovam os direitos das mulheres. O projeto CAPACITA, tal como o nome indica, visava capacitar quer as organizações-membro da PpDM quer outras organizações que viessem a aderir à PpDM, ou que se viessem a constituir no decurso do projeto e capacitá-las para uma intervenção também. Uma capacitação que não passa só por uma capacitação ao nível dos recursos teóricos, e essa foi dada através de formação mas também por uma capacitação utilizando outro tipo de recursos e aqui o Toolkit vinha também responder a essa necessidade.

2.2. Destinatárias/os

O Toolkit de Ativismo Feminista é para todas e todos. É para um/a ativista, uma organização não-governamental para os direitos das mulheres ou membro de alguma comunidade em qualquer lugar do mundo que:

- esteja a começar ou a pensar em lançar uma campanha on-line e/ou off-line que vise a defesa dos direitos das mulheres;

- esteja à procura de inspiração ou de ideias de como outras pessoas ou organizações utilizaram estratégias e ferramentas de forma inovadora e com meios limitados para passar uma mensagem com impacto;
- se queira concentrar mais na aplicação de ferramentas e estratégias em vez de teorias abstratas;
- que queira um guia que é prático, sem necessariamente ser muito técnico.

2.3. Objetivo(s)

É muito importante um conhecimento fundamentado através da utilização de centros de recursos, da partilha de experiências, de debates e formações, ou outras formas para melhor se enquadrar o ativismo. Isto implica que organizações feministas como a Plataforma portuguesa para os Direitos das Mulheres disponibilizem ferramentas para a ação.

É com este propósito que surgiu o Toolkit de Ativismo Feminista, que mais que um apoio teórico oferece algo prático e de utilização fácil e acessível. A ideia de construir um Toolkit surge essencialmente de duas questões. Uma surge da evidência de que cada vez há mais pessoas jovens interessadas no ativismo feminista mas que muitas vezes não se associam ou se constituem enquanto organizações nem procuram outras organizações feministas porque ou não conhecem ou porque conhecendo não se reveem naquilo que estas fazem. A segunda foi porque se sente também a necessidade por parte das organizações de direitos das mulheres de envolver cada vez mais jovens no ativismo feminista e esta necessidade não é de hoje mas vem também porque quando se pensou em criar um Toolkit de Ativismo Feminista não foi pensado para uma geração mais velha ou de meia-idade porque essas já são ativistas ou já não o vão ser pois raramente aparecem pessoas numa idade mais avançada que se tornem ativistas e que seria interessante envolver mais pessoas jovens no ativismo feminista também porque nem toda a gente percebe a necessidade da existência de um movimento desta natureza. A disponibilização de um instrumento virtual, no fundo, disponibilizado online, numa página que não deixa de ser uma página de uma organização, uma página institucional, mas que disponibiliza algumas ferramentas também menos teóricas é também uma boa maneira de cativar pessoas mais novas para o ativismo feminista.

2.4. O Toolkit de Ativismo Feminista

O Toolkit de Ativismo Feminista, disponível no *website* da Plataforma portuguesa para os Direitos das Mulheres, encontra-se estruturado em 5 partes, denominadas Ativismo Feminista, Ação!, Estratégias, Ferramentas e Exemplos.

Ativismo Feminista - A primeira parte é como uma base introdutória e apresentação do Toolkit que explora de forma geral o que é o ativismo feminista, ou seja, a ação, individual ou coletiva, organizada ou não, pelo reconhecimento da absoluta liberdade das mulheres com relação ao exercício de todos os seus direitos. Inclui numa parte inicial de suporte para a ação um vídeo que se desenrola num conjunto/série de vídeos de um percurso de uma ação real que não só incentiva ao ativismo como permite ao utilizador “escolher o seu caminho” e perceber nesta ação em particular o que pode fazer e algumas possíveis consequências das suas escolhas.

Inclui também os/as destinatários/as do Toolkit, já mencionados anteriormente e a importância de “Conhecer para agir” com a disponibilização de algumas referências iniciais de recursos e documentação como o Glossário da PpDM, a Convenção CEDAW, o Relatório Pequim +20, entre outros.

Ação! - A segunda parte dedica-se a alguns pontos fundamentais para passar à ação propriamente dita. Estes pontos ou princípios fundamentais podem ser vistos como pequenas ajudas para dar início a uma ação ou campanha. Envolve questões como a mensagem o público-alvo, a ideia de redes de ação, a quem chega a mensagem e questões ligadas ao copyright e segurança.

Na “Mensagem” o Toolkit procura auxiliar na definição de uma mensagem de campanha que incentive a mudança bem como a criação de um *slogan* para a mesma, sugerindo múltiplas características que uma mensagem deve ter para ser eficaz.

No ponto que se foca no público-alvo destaca-se a importância de identificar as pessoas que vão apoiar a causa ou vão ajudar a fazer a mudança. A definição do público-alvo é fundamental para que a mensagem seja a mais adequada possível.

Relativamente às redes é essencial para qualquer organização construir e gerir redes de pessoas e isto passa por compreender os diferentes *stakeholders* existentes, sejam eles aliadas/os, neutras/os ou adversárias/os. Para tal uma sugestão passa por se fazer um

perfil dos *stakeholders* demográfico, geográfico, cultural, ao nível das atitudes e dos hábitos.

A quem chega a mensagem é o ponto que se segue e pode sugerir um pouco a ideia de público-alvo novamente no entanto este foca-se mais numa avaliação da ação como monitorizar e avaliar o progresso da campanha. Apresenta, ainda que brevemente, formas de monitorização e de recolha do retorno do interesse das pessoas.

Por último, na parte referente à ação são apresentados alguns conceitos um pouco mais técnicos como o Copyright e questões de segurança e privacidade onde as questões em torno das licenças e direitos de autor e como proteger a informação no mundo digital são exploradas de forma muito simples e perceptível.

Estratégias - A terceira parte apresenta algumas estratégias que não tendo nenhuma fórmula exata nem seguindo um percurso linear na construção de uma campanha ou ação demonstram alguns problemas e momentos cruciais no desenvolvimento de ações ativistas que necessitam de se ver “respondidos”.

Na estratégia “Captar a atenção” explora a necessidade de sobressair e chamar a atenção para ação, seja através de *culture jamming*, por exemplo, ou a importância da criatividade para se ser diferente, marcante e apelativo.

Nesta parte volta a dar-se destaque à conciliação de conhecimento com ação e a necessidade de fundamentar e argumentar a mensagem que se pretende passar. Tem de existir algo que suporte e consolide a ação.

Uma estratégia de como mobilizar e envolver vai conciliar a ideia das redes explorada anteriormente com o captar a atenção pois mais que conseguir esta atenção inicial é importante manter uma participação ativa.

Por fim, refere-se ainda a importância de ter em conta possíveis momentos críticos e como reagir a estes, pois vivemos numa sociedade em constante movimento e prestando atenção a tudo o que se passa à nossa volta permite que as reações sejam o mais rápidas possíveis.

Ferramentas - Na quarta parte apresentam-se vários tipos de ferramentas *online*, de acesso livre, que podem facilitar o desenvolvimento de múltiplas ações, seja

ferramentas de criação de materiais de divulgação como cartazes ou folhetos, plataformas de comunicação como as redes sociais ou outros tipos de serviços.

Estas ferramentas sendo de cariz particularmente virtual são apresentadas dentro de “categorias” como imagem, áudio, vídeo, *websites*, blogs e redes sociais, armazenamento, criação de documentos e impressão e outras, e são inúmeras sugestões de como passar a mensagem bem como as vantagens e desvantagens de utilizar certos programas ou websites dependendo do objetivo que se pretende alcançar.

Exemplos – Na última parte do Toolkit estão disponíveis múltiplos exemplos de ações já realizadas dos quais se possam retirar inspiração ou perceber como certas estratégias ou ferramentas foram utilizadas previamente. Estes exemplos aparecem simultaneamente ao longo do Toolkit para que seja mais fácil fazer esta ligação entre aquilo que é sugerido e a aplicabilidade do mesmo.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este terceiro capítulo concentra-se na apresentação e análise dos resultados obtidos e que será uma conjugação de uma análise pessoal com base no enquadramento teórico com a observação participante e com as entrevistas realizadas.

Seguir-se-á maioritariamente a lógica estruturante utilizada nos guiões (Anexo B) e respetivas entrevistas que vem no seguimento da estruturação por objetivos e consequente análise vertical (Anexo C) e horizontal (Anexo D) das entrevistas. Desta forma, em primeiro lugar será feita a ligação de alguns conceitos presentes no enquadramento teórico ao Toolkit de Ativismo Feminista e perceber de que forma estes são abordados e promovidos neste instrumento. De seguida será analisada a perceção do ponto de vista do utilizador no que diz respeito à utilidade, qualidade e facilidade ou dificuldade na utilização do Toolkit de Ativismo Feminista. No terceiro ponto será abordado o “futuro” do Toolkit de Ativismo, através de críticas e/ou sugestões provenientes dos diferentes contributos que possam contribuir para melhorar o Toolkit existente. Por fim será abordada a relação entre o ativismo e o desenvolvimento numa perspetiva de *empowerment* com o destaque para o papel das ONGDM na promoção dos direitos das mulheres a diferentes escalas.

Ao longo desta parte inúmeros excertos das entrevistas serão apresentados como complemento e fundamentação à análise realizada. Como existem somente duas tipologias de entrevistadas, os excertos denominados [Entrevistada C1] correspondem à entrevista a uma das criadoras do Toolkit, sendo que todos os outros [C2, C3, C4, C5] correspondem a entrevistas a membros de ONGDM.

3.1. Conteúdos abordados e valores promovidos no Toolkit de Ativismo Feminista

Apesar de já ter sido apresentado o Toolkit de Ativismo Feminista, ainda que de uma forma geral, com uma breve descrição dos seus conteúdos e da estrutura com que se apresenta, é importante perceber como certos conteúdos são abordados, em particular os valores que se encontram subjacentes ao próprio instrumento e de que forma estes vão de encontro aos valores não só da PpDM mas de outras ONGDM.

Assim que entramos no Toolkit de Ativismo Feminista deparamo-nos com a palavra “feminismo” e com um apelo à ação contra a desigualdade e discriminação contra as mulheres. Este promove o feminismo, o ativismo feminista e procura fazer chegar informação ao maior número de pessoas sendo que esta tem de ser facilmente compreendida pela maioria de maneira a que seja fácil esta transmissão de conhecimento.

“é o nosso interesse em fazer chegar informação ao maior número de pessoas e que essa informação chegue de uma forma que seja perceptível pela maioria porque mesmo na nossa área utiliza-se muito jargão técnico e é essencial que as pessoas se apropriem daquilo que é disponibilizado sem que haja um grande trabalho de apropriação.”
[Entrevistada C1]

“Mais que tudo promove a igualdade entre mulheres e homens e é como que um incentivo para as pessoas agirem contra as discriminações no dia-a-dia.” [Entrevistada C5]

Este conhecimento tem por base valores que fazem parte daquilo que é a génese das organizações para os direitos das mulheres e uma das coisas que organizações como a PpDM se pautam é por fazer chegar aquilo que é a promoção dos direitos humanos das mulheres ao maior número de pessoas e como é impossível fazê-lo somente através de contacto direto, seja em reuniões, seja em eventos específicos como *workshops*, debates ou formações, o mundo online torna-se num meio crucial para conseguir este maior

alcance. Neste mundo online, e em particular no Toolkit de Ativismo Feminista, este conhecimento disponibilizado é proveniente de fontes de dois tipos:

“Uma são as fontes pelas quais se pauta a PpDM enquanto referenciais mínimos de intervenção (...) CEDAW, Plataforma de Ação de Pequim, a Convenção de Istambul, (...) a Constituição, os Planos Nacionais, etc., (...) também outro tipo de referenciais que vêm por via da nossa participação enquanto coordenação nacional do Lobby Europeu de Mulheres por exemplo, ou da AFEM. (...) E depois existe um tipo de ferramentas ou recursos que vêm através de um conhecimento mais individual ou organizacional porque o certo é que já são alguns anos nestas área para conhecer alguns dos sítios por exemplo na internet onde eu sei que ali existe uma informação que é compatível com o tipo de intervenção que a PpDM faz ou com os referenciais mínimos da PpDM (...) Foi feita obviamente também uma recolha grande não de literatura mas de meios disponíveis que existem já também para podermos ter alguma fonte também inspiradora para o próprio Toolkit.” [Entrevistada C1]

Existe então uma preocupação constante pela partilha e transmissão de informação e conhecimento e dos valores feministas da igualdade entre mulheres e homens, duas das características incluídas na definição de desenvolvimento humano apresentada²⁴.

Mas este Toolkit não se pauta pela “habitual” passagem de informação através da exploração de temas ou conceitos. Aliás o Toolkit é muito específico porque não está organizado pelos chamados domínios de intervenção seja economia, seja o direito a legislação, as questões relativas à participação política ou participação económica, pois não estava orientado para esse tipo de intervenção. Está mais orientado para uma intervenção mais no sentido de chamar a atenção, mais no sentido “mediático”, que pode acontecer por várias vias. Uma das vias ocorre por exemplo com a construção de um blog que depois contenha artigos que mesmo que venham de especialistas seja uma ferramenta mais mediática do que de *mainstreaming*. Desta forma a utilização de conceitos como este do *mainstreaming* e tentar explorá-los dentro do Toolkit como se de um glossário se tratasse não é possível, nem é de todo o objetivo do mesmo como assegurou uma das pessoas que desenvolveu o Toolkit:

“O conceito de *mainstreaming* de género é um conceito particularmente difícil de explicar e mais difícil de compreender porque é um conceito operativo, um conceito que visa a transformação e explicá-lo muitas vezes por palavras não contribui para que ele seja

²⁴ PNUD, 1990: 10; Amaro, 2003: 58

compreendido. Por mais definições que existam do que é o *mainstreaming* de género (...) a verdade é que não é fácil perceber o que se quer dizer com isto (...) porque é um conceito dinâmico, é um conceito que implica um grau de especialização muito grande portanto eu diria que não era o objetivo do Toolkit que fosse uma ferramenta de *mainstreaming*, o objetivo do Toolkit era ser uma ferramenta de aproximação de pessoas àquilo que é o ativismo feminista que pode ou não socorrer-se do *mainstreaming* como técnica para alcançar a transformação mas não é o objetivo do Toolkit.” [Entrevistada C1]

Existe então uma orientação do Toolkit mais focada na componente prática e particularmente na facilitação da ação feminista a nível individual e a nível organizacional e como um próprio incentivo ao ativismo feminista e na medida em que visa facilitar a ação na área específica dos direitos humanos das mulheres está imbuído nos valores de intervenção da PpDM porque a Plataforma quando é criada é para alavancar a intervenção das organizações nesta área que por vezes enfrentam muitos problemas por falta de recursos humanos, económicos, de tempo, entre outros.

“o acesso facilitado à informação e à capacidade de intervenção nomeadamente esta última dimensão portanto dar a voz às pessoas que querem intervir neste caso as mulheres e as raparigas faz parte dos valores feministas e o Toolkit é isso mesmo.” [Entrevistada C4]

“Os valores feministas estão imperativamente ligados ao Toolkit.” [Entrevistada C5]

Temos então um instrumento que promove não só os valores da organização que o elaborou mas que está em concordância com as máximas feministas que fazem parte daquilo que são os valores fundamentais de inúmeras ONGDMs.

É importante perceber então de que forma pode o Toolkit de Ativismo Feminista ser útil para estas organizações e/ou ativistas “individuais” e as dificuldades com que nos podemos deparar se o utilizarmos, e são estas questões mais relacionadas com a utilização que serão abordadas em seguida.

3.2. Perceção sobre a utilização do Toolkit de Ativismo Feminista

Quando nos debruçamos sobre os aspetos que envolvem a utilização e aplicação do Toolkit de Ativismo Feminista é importante não só analisar de forma crítica aquilo com que deparamos pessoalmente mas também perceber de que forma outras pessoas veem o

Toolkit, a sua experiência e opinião pessoal sobre as características do mesmo e a possível implementação na sua vida enquanto ativistas.

Desta forma conseguiu-se obter alguns aspetos positivos e negativos sobre o Toolkit no geral, o seu nível de utilidade para as pessoas entrevistadas enquanto pessoas individuais bem como numa perspetiva mais organizacional, o nível de facilidade e/ ou dificuldade na sua utilização, e outras questões relacionadas com a utilização do Toolkit.

De uma forma geral, pode-se afirmar que a perceção sobre o Toolkit é bastante positiva, com destaque pelo trabalho informativo que providencia seja num âmbito mais teórico dos direitos das mulheres seja no seu aspeto mais prático bem como pela novidade que apresenta no contexto organizacional dos direitos das mulheres em Portugal.

“Acho que é uma boa ferramenta porque podes encontrar muitas coisas que podes utilizar no teu trabalho e também pode ser útil para conhecer mais sobre o que é o feminismo.” [Entrevistada C2]

“É muito informativo para todas as pessoas.” [Entrevistada C3]

“Acho que o Toolkit é uma ferramenta de natureza prática dirigida a um grupo específico de organizações com intervenção na área dos direitos humanos das mulheres, promoção da igualdade entre mulheres e homens e portanto visa facilitar a ação em termos de intervenção para a mudança.” [Entrevistada C4]

“É um site muito interessante com boas ideias porque ainda não há nada deste género, pelo menos que eu tenha encontrado.” [Entrevistada C5]

Começando então pela utilidade do Toolkit consegue-se perceber que, principalmente no que diz respeito às organizações, é um instrumento que poderá a vir ser muito útil pois, partindo somente do contexto português, é frequente depararmo-nos com ONGDMs que devido a fragilidades financeiras ou humanas não conseguem aceder de forma imediata a instrumentos que impliquem custos para os quais não estão disponíveis recursos económicos nem pessoas com competências específicas para os construir e/ou trabalhar. O Toolkit de Ativismo Feminista demonstra esta preocupação com estas limitações económicas apresentando não só múltiplas ferramentas de acesso livre disponíveis *online* como a sua própria disponibilização como um todo ser algo que qualquer pessoa, tendo conhecimento da sua existência, pode utilizar.

“é uma ferramenta muito útil para as organizações e que podes utilizar muito facilmente porque tem linguagem muito simples e (...) acho que é um bom Toolkit para outras organizações.” (...) “na minha experiência este Toolkit ajudou-me muito e também quando partilhei com alguns dos meus amigos eles disseram que tinha muitas coisas que não sabiam.” [Entrevistada C2]

“(...) as pessoas depois no seu dia-a-dia nos diferentes projetos por vezes precisam de facto de desenvolver ferramentas, instrumentos e se souberem que isto existe pode ser bastante útil.” (...) “Utilizo porque ele chama a atenção para uma série de ferramentas online open source que para as ONGs são muito úteis porque de facto não implicam os custos de ter software proprietário e portanto isso é uma mais valia por um lado. Por outro lado também porque de facto a natureza das ferramentas permite diferentes tipos de ações para campanhas e para mim foi muito bom saber que algumas delas existiam porque as desconhecia.” [Entrevistada C4]

“no caso das ferramentas há coisas que me parecem muito úteis para diferentes aspetos da minha vida.” [Entrevistada C5]

Temos então uma ferramenta com uma “linguagem muito simples” que é considerada particularmente útil mas no que se traduz realmente esta utilidade na prática para além de dar a conhecer formas de facilitar o trabalho a ativistas feministas que ajam de forma individual ou integrem algum movimento organizado pelos direitos das mulheres? Na verdade, o Toolkit por si só procura ser inicialmente um incentivo ao ativismo, procura chamar para a ação tendo como premissa o facto de que uma simples pessoa pode ser ativista e que a sua ação, por mais pequena que seja, pode ter realmente efeitos e ser agente de mudança.

Para além de incentivar pode também inspirar não só pelas diferentes maneiras que apresenta por exemplo, a divulgar alguma ação ou o tipo de método pelo qual o pode fazer, mas também pelos próprios exemplos de estratégias, ferramentas ou iniciativas prévias que qualquer pessoa que tenha em mente algum problema que queira ver corrigido pode ir ver o que já foi feito e tentar adaptá-lo à sua realidade.

“Se as pessoas tiverem ideias para fazerem campanhas ou algum projeto podem procurar e investigar e fazer um brainstorming por exemplo.” [Entrevistada C3]

“Tal como já tinha dito o Toolkit pode ajudar as organizações a criarem materiais informativos através de algumas das ferramentas ou através de algumas das fontes de

informação que estão disponíveis. Pode também incentivar organizações a utilizarem, por exemplo, as redes sociais como força de pressão e divulgação da sua mensagem.” [Entrevistada C5]

“Desenvolvendo campanhas específicas. Nós partimos muito da análise do que está a acontecer, depois definimos mensagens-chave e depois desenvolvemos os instrumentos para transmitir essas mensagens-chave. Este Toolkit ajuda-nos no desenvolvimento dos instrumentos, sejam vídeos, seja via *online*, seja fazendo redes, inclusive, de pressão online.” [Entrevistada C4]

Uma destas inspirações pode ser por exemplo o vídeo já mencionado previamente, que se encontra na primeira parte do Toolkit correspondente ao “Ativismo Feminista” que incentiva à ação e que não se deve estar à espera que outras pessoas mudem as situações que consideramos erradas dando algumas opções do que a/o ativista pode fazer. Aliás recordando as palavras de Rappaport (1981, citado em Lord e Huchison, 1993: 3) enunciadas no quadro teórico relativamente ao conceito de *empowerment* como tendo a “finalidade de melhorar as possibilidades das pessoas controlarem as suas vidas”, temos neste vídeo uma situação de alguém que quis mudar uma situação da sua vida com a qual não concordava e que de certa forma “tomou controlo de um aspeto da sua vida”.

“ (...) Uma das partes que eu gostei muito é o vídeo porque é um exemplo muito prático de uma rapariga que não gosta de uma situação e o que pode-se fazer para mudar e ao mesmo tempo mostra a diferente tipologia de ação que podes fazer, uma ação singular, uma ação coletiva, ou não podes fazer nada e o que pode acontecer.” [Entrevistada C2]

Se este vídeo, pela sua diversidade de opções, interatividade e incentivo à ação é considerado por algumas das entrevistadas um dos pontos fortes do Toolkit de Ativismo Feminista outros aspetos do Toolkit se destacam como a qualidade e diversidade das ferramentas apresentadas, a disponibilização de conteúdos não só externos ao site do Toolkit mas também externos à PpDM, e o facto de ser um produto de uma organização com uma vasta experiência nacional e internacional, entre outros.

“As ferramentas são muito boas no geral. (...) Acho que outros pontos fortes são as ligações a outros websites que permitem conhecer outras coisas que ainda não conhecia.” [Entrevistada C2]

“É um projeto da PpDM e estando sob a alçada da PpDM está sob o efeito da experiência nacional e internacional da PpDM, que já tem 10 anos. A PpDM também é composta por

inúmeras organizações por isso pode recolher o que de melhor se faz em cada uma delas.”
[Entrevistada C3]

“Pessoalmente para mim os pontos fortes são de facto as ferramentas porque acho muito interessante todas estas ferramentas online open-source que permitem a autonomia e o empoderamento para a ação. As estratégias também são úteis, mas a estratégia é uma fase prévia que tem a ver com a definição do objetivo que se pretende alcançar, como, com quem e de que modo e isto também me parece interessante, (...) mas os exemplos também são muito úteis principalmente para quem não esteja envolvido regularmente nestes meios mas que queira de facto fazer algo (...).” [Entrevistada C4]

“O Toolkit dá um tipo de conhecimento diferente do que vemos normalmente nos sites das organizações. (...) Pessoalmente, como passo uma grande parte do dia ligada a tecnologias, gosto particularmente das ferramentas apresentadas porque são gratuitas e têm uma boa diversidade.” [Entrevistada C5]

Mas se existem aspetos particularmente bem conseguidos ou “pontos a favor” do Toolkit, o contrário também existe.

Uma das principais críticas ao Toolkit passa pela sua localização. Se por um lado, o facto de estar online permite chegar muito mais longe e a muito mais pessoas do que chegaria, por exemplo quando comparado com a ideia inicial de um “Toolkit em papel”, a verdade é que o Toolkit não tem a sua própria página. Depois de “o conhecermos” não é problema algum visitá-lo dentro do *website* da PpDM, mas a questão passa mesmo por esta, é necessário conhecê-lo. E nesta situação há duas questões importantes, uma é o facto de que as pessoas têm de conhecer a PpDM à priori (tecnicamente é possível visitar o Toolkit de Ativismo Feminista sem conhecer a PpDM antes, mas dificilmente a entrada na página do Toolkit será feita por outro caminho que não através da página de entrada do site da PpDM), e a segunda questão passa pela divulgação. De acordo com uma das criadoras houve algumas falhas na divulgação do Toolkit e apesar de ter existido uma oportunidade junto do encontro de jovens feministas, onde estiveram presentes cerca de 100 pessoas, de aí se fazer a divulgação, fora deste “espaço” houve realmente esta lacuna.

“Talvez é um pouco difícil de o encontrar ou descobrir porque as pessoas têm de conhecer a PpDM e o seu site para depois “entrarem” no Toolkit. Seria talvez melhor se fosse o seu próprio website”. [Entrevistada C3]

“Acho que houve fraca divulgação do mesmo” [Entrevistada C1]

Outros problemas passam por algum desequilíbrio de conteúdos, particularmente com a necessidade de existirem mais exemplos disponíveis. Poderia também existir uma preocupação com uma maior ligação entre as estratégias, as ferramentas e os exemplos, num sentido de quando alguém procura uma estratégia ou uma ferramenta ter disponível algum exemplo onde a estratégia ou ferramenta foi utilizada ou quando alguém procura inspiração num exemplo disponível veja que algo aconteceu porque a/o ativista decidiu fazer de maneira A ou B. Há também uma falha ao nível do feedback, não no sentido de ser algo que deveria estar obrigatoriamente no Toolkit, aliás é perceptível o facto de não estar implementado algo assim, mas algo que pudesse permitir a interatividade, quem sabe com pessoas que tenham utilizado o Toolkit para ativismo, não só para obter as suas experiências próprias mas talvez para que haja uma avaliação e melhoria do mesmo.

“Não tens muitos exemplos práticos e se tiveres mais exemplos práticos é bom porque quando tu queres fazer uma ação talvez já foi feita e então podes ver como foi feita aquela ação e adaptá-la ao contexto e ver quais foram os pontos fortes e os pontos fracos e modificar.” [Entrevistada C2]

“Poderia ter mais exemplos e ninguém o pode comentar.” [Entrevistada C3]

“Não sei se o utilizarei de uma ponta a outra como se fosse um percurso a percorrer, acho que isso não é possível (...) e os exemplos parecem-me muito poucos.” [Entrevistada C5]

Existe ainda um “pequeno” detalhe, que pode no entanto ser um “grande” entrave na passagem da mensagem e no apelo ao ativismo feminista e à utilização do Toolkit. Quando se entra no Toolkit, damos de caras com um instrumento cujo nome por si só é capaz de “fechar” sites. O nome Toolkit de Ativismo Feminista, é infelizmente um nome que simplesmente por conter a palavra “feminista” poderá afastar quem não compreenda o verdadeiro significado da palavra pois tal como já havia sido abordado aquando da exploração do termo “feminismo” no quadro teórico, este é uma das palavras mais “mal compreendidas”.

“Eu diria que só pelo facto de se chamar Toolkit de Ativismo Feminista, só lá vai quem está interessado e isto porque o feminismo em Portugal é ainda uma palavra que mete medo e foi intencional a utilização da palavra pois podíamos ter posto “Toolkit de ferramentas para a intervenção na igualdade” qualquer coisa mais neutra, mas que

propositadamente não quisemos porque há uma necessidade óbvia de desmistificarmos o feminismo e porque ao fazê-lo desta forma a intenção desde a partida era que desde o momento em que estás a “abrir o livro” te veres confrontada com qualquer coisa que não aparece muito ainda cá em Portugal, ou quando aparece, aparece com uma conotação negativa” [Entrevistada C1]

Desta forma, por muito livre que seja o acesso ao Toolkit, esta porta terá de estar “aberta” previamente na mente das/dos ativistas. Até agora, no entanto, com as entrevistas realizadas, foi possível perceber que por múltiplas vezes o Toolkit foi utilizado e que os seus conteúdos foram úteis para as utilizadoras. Há também uma janela de oportunidade com o reconhecimento por parte de uma das criadoras de que este é um projeto em constante mudança com as atualizações necessárias ao longo do tempo.

“Há uma necessidade óbvia também do mesmo ser atualizado e ir sendo atualizado, ou seja não pode ser uma ferramenta estática porque senão não cumpre qualquer objetivo” [Entrevistada C1]

Tendo esta ideia de atualização constante como fio condutor e visando sempre um Toolkit melhor e melhor a cada mudança para colmatar as necessidades que forem surgindo, apresenta-se em seguida alguns dos contributos e sugestões para melhorar o Toolkit de Ativismo Feminista, partindo destes problemas identificados previamente com as entrevistas.

3.3. Contributos para melhorias no Toolkit de Ativismo Feminista

Quando questionada sobre a abertura da PpDM quanto a novos contributos para o Toolkit de Ativismo Feminista por parte de pessoas individuais e/ou organizações de direitos das mulheres a resposta de uma das pessoas que desenvolveram o Toolkit foi que esta é total.

“Abertura total. Obviamente que isto não deixa de estar dentro de uma página de uma organização e é o cartão-de-visita de uma instituição. Obviamente que não se aceitam sem qualquer reflexão crítica. Aquilo que possa vir de outras pessoas ou de outras organizações tem de passar por algum crivo. Mas é obviamente aberto a todo o tipo de

contributos porque como digo o movimento feminista faz-se de relações, as relações crescem e as relações fazem-nos crescer.” [Entrevistada C1]

Isto traz todo um novo mundo de possibilidades pois um Toolkit feito com base em contributos de diferentes proveniências permite uma maior diversificação de conteúdos, uma maior especificidade dos mesmos com algum grau de especialização envolvido devido às capacidades e conhecimentos individuais de cada pessoa que contribua e o reconhecimento de fragilidades no Toolkit que escapem “à primeira vista”. E como mencionava White (1996:7) na sua conceção de participação transformativa a “ideia de participação como *empowerment* é de que a experiência prática em estar envolvido na consideração de opções, na tomada de decisões e ter a ação coletiva para combater a injustiça é, em si mesma, transformativa.” (White, 1996:8; Lima, 2014: 26-27)

Se houve algo que mereceu um maior destaque pela negativa foi realmente a parte correspondente aos exemplos. Por ser talvez um dos aspetos que a priori podem atrair mais atenção devido à necessidade que as pessoas têm de “ver algo a acontecer em concreto” e que acaba por ser realmente o elo de ligação entre tudo o que é apresentado, seja estratégias ou ferramentas e a “parte prática” em si, acaba por pecar devido à limitação de exemplos presentes no Toolkit, algo facilmente corrigível pois com o avançar do tempo novas iniciativas surgirão e poderão ser apresentadas como exemplos.

“Mais exemplos práticos.” [Entrevistada C2]

“Deve ter mais exemplos.” [Entrevistada C3]

“Acrescentar mais exemplos e coisas mais interativas que permitam ver como certas ferramentas foram utilizadas ou como foram resolvidos problemas que algumas organizações encontraram. (...) Se calhar poderia haver uma search bar dentro do Toolkit para procurar por palavras específicas.” [Entrevistada C5]

Esta ideia do aumento de exemplos não só é uma melhoria por si só como também pode ser conciliada com outras características que para além de poderem ser mais apelativas podem fazer mais sentido na compreensão e utilização do Toolkit. Isto pode passar por exemplo por esta ideia de fazer a ligação constante entre estratégia-exemplo ou ferramenta-exemplo, ou por exemplo o demonstrar algumas ações desde o seu início até ao fim com todas as suas fases, os seus desafios, os seus resultados, etc., ou por

exemplo, quem sabe de forma simultânea com tudo isto, poder permitir à pessoa que utiliza o Toolkit procurar por áreas temáticas específicas ou termos-chave.

“eu gostaria de ver um exemplo específico de uma ação de lobbying de A a Z, ou seja, partindo de exemplos concretos, de coisas que nós fizemos cá em Portugal, o diagnóstico do problema, depois a estratégia, com o quê, com quem, como, quando, etc., as ferramentas que utilizámos e os resultados. Gostava de ver assim um ciclo da campanha toda, partindo de algo concreto, porque (...) envolve sempre muitas pessoas, muitas organizações e isso aproxima ainda mais a questão dos afetos na aprendizagem (...) e isto aproxima ainda mais na utilização de um instrumento como o Toolkit de Ativismo Feminista. Gostava de ver as vozes das mulheres, mulheres a falar.” [Entrevistada C4]

“Acho que pode ganhar se centrarmos em algumas temáticas porque ele está neutro em algumas temáticas. (...) Por exemplo nas questões da violência ou nas questões da prostituição, ou (...) sobre a integração da população cigana no ensino se calhar tendo estes descritores a pessoa automaticamente podia lá ir mais diretamente, fazer aqui uma relação com alguma temática em concreto mas não sei se seria muito complexo ou não.” [Entrevistada C1]

No que diz respeito mais à parte teórica e às fontes de informação apresentadas no Toolkit apesar de ter de existir algum tipo de critério na seleção das mesmas, uma vez que quando se tem demasiada informação acaba-se por vezes “por não ter informação nenhuma”, sugerem-se por exemplo ligações ao Centro de Recursos Maria Alzira Lemos, à Fundação das Mulheres para o Euro-Mediterrâneo ou algum local de âmbito mais académico sobre as diferentes temáticas.

“ (...) no futuro, não muito longínquo, terá que ter algumas ligações mais diretas ao Centro de Recursos Maria Alzira Lemos online que tem uma série de informação, que vai sendo acrescentada ao longo do tempo (...) e que tem coisas muito concretas relacionadas com as ONGs desta área, com projetos feitos, etc., e portanto acho depois que a ligação vai resultar bem e em termos de site lá está, as ligações entre varias áreas do site são importantes e o Toolkit a fim ao cabo vem alavancar tudo o que se faz na área, como ferramenta para ação não se parte do zero e portanto vem permitir nova ação também sabendo aquilo que foram outras ações e que podem inspirar, nalguns casos são transferíveis noutros não, depende das situações e dos interesses das pessoas.” [Entrevistada C4]

“neste momento se calhar a Fundação das Mulheres para o Euro-Mediterrâneo faria sentido aqui nas referências pelo contexto geopolítico, pelo contexto dos problemas que estão a acontecer neste momento com a chamada crise das pessoas refugiadas, mas para nós particularmente mulheres e raparigas, com as questões das migrações, etc. (...) Até porque depois ela própria é uma plataforma de acesso a organizações, a entidades públicas, a centros de investigação, etc., todas a trabalharem na área dos direitos humanos das mulheres.” [Entrevistada C4]

“Não sei se existe algum sítio, mas se calhar algo que tivesse por exemplo trabalhos académicos ou “grandes obras” sobre questões ligadas ao feminismo.” [Entrevistada C5]

Ao nível das estratégias apresentadas embora existam aspetos que são obrigatórios de levar em conta em qualquer que seja a ação realizada, não existe no entanto nada linear, um pouco no sentido daquilo que foi mencionado previamente sobre a ideia de seguir uma ação do início ao fim. Falha um pouco a parte inicial da consciencialização pessoal para uma problemática porque se olharmos para a realidade como a grande maioria dos atores olham, estes não veem os problemas de género, portanto este olhar específico feminista faz emergir os problemas por parte das relações residuais de poder e isso faz, sem dúvida, falta no Toolkit até porque se forem pessoas que não estejam muito sensibilizadas para estas questões, se não fazem a parte a montante, o resto não vai correr muito bem.

“O aperceber-se das suas ideias.” [Entrevistada C3]

“As estratégias estão muito focadas na ação, ou melhor está muito focado na operacionalização da ação, falta a parte a montante, que é a identificação do problema e a identificação do problema numa perspetiva feminista, o diagnóstico, isso falta.” [Entrevistada C4]

Quanto às ferramentas apresentadas no Toolkit, sendo estas uma das partes mais “elogiadas” do Toolkit com a apresentação de uma lista já algo extensa de programas gratuitos disponíveis online, não se obtiveram contributos particularmente diferentes daquilo que já se encontra presente. Contudo é de notar o destaque dado a ferramentas mais de “design gráfico”, aos serviços de mensagens e às redes sociais, revelando a constante preocupação e necessidade de encontrar formas de manter as linhas de comunicação aberta com a passagem de mensagens e divulgação de campanhas.

“Recorro muito ao “Canva” que conheci no Toolkit.” [Entrevistada C2]

“Gosto muito do Canva e de Powerpoint. Utilizo o Illustrator para fazer logotipos. Photoshop também.” [Entrevistada C3]

“(…) ao nível das ferramentas de segurança não sei se há referências a Creative Commons, (…) mas é algo importante para as próprias ONGs saberem que ao dizerem que têm isto no site estão a passar uma mensagem e é uma mensagem colaborativa, quando é Creative.” [Entrevistada C4]

“No dia-a-dia utilizo muito o Outlook e o Gmail, as redes sociais e o Youtube.” [Entrevistada C5]

Por fim os exemplos são algo, como já foi mencionado, que o próprio tempo encaminhará na medida em que novas ações equivalem a novos exemplos no entanto as experiências pessoais das ativistas entrevistadas revelam por exemplo a importância dada a marchas e eventos que conseguiram reunir números elevados de participantes e campanhas online que envolveram pessoas de inúmeros países na luta por objetivos comuns.

“talvez por exemplo as diferentes campanhas da UNWOMEN pois embora sejam campanhas muito grandes talvez sejam uma boa inspiração para as pessoas.” [Entrevistada C2]

“A quantidade de pessoas que se conseguem juntar em seminários ou marchas. A marcha sobre as alterações climáticas surpreendeu-me pela relação com as mulheres.” [Entrevistada C3]

“a March in March, ou seja marcha em março que foi no ano passado, no ano do Pequim +20, foi nas Nações Unidas em Nova Iorque em que estavam centenas... milhares de pessoas nas ruas de Nova Iorque a marchar pelos direitos das mulheres. Marcou-me porque éramos de todo o mundo, as mais diferentes mulheres que tu possas imaginar, de diferentes culturas, de diferentes idades, todas em uníssono por algo que é maior do que fronteiras, do que tudo o resto, que é a nossa condição enquanto mulher.” [Entrevistada C4]

“(…) a lei em França mudou agora em abril e adotaram o chamado modelo nórdico e que antes da mudança da lei nós fizemos várias campanhas de pressão, várias ativistas em vários países da União Europeia em simultâneo fizeram várias campanhas e pusemo-las online e portanto era via Twitter, via Facebook, nos diferentes sites das diferentes organizações, etc.” [Entrevistada C4]

Esta utilização do mundo virtual para divulgação das mensagens e campanhas também ajuda imenso outras pessoas e entidades que estão longe, não necessariamente na rede mais direta, a perceber que há alguma coisa a acontecer e isso é importante porque é uma forma de se aperceberem das preocupações específicas, de que algo está a acontecer e por vezes até indiretamente de influenciar o rumo da ação de algo que esteja a ser pensado. E depois são usadas também muitas vezes as redes internacionais também para tentar influenciar a situação a nível nacional ou ajudar outras noutros países.

Ainda relativamente ao Toolkit de Ativismo Feministas outras sugestões mais gerais foram ainda dadas no que diz respeito à questão de acesso ao Toolkit, mais concretamente outras línguas de acesso e a localização como havia sido mencionado anteriormente bem como a questão do feedback e da interatividade.

“Deveria estar também em inglês e/ou outras línguas se possível. Deveria ter o seu próprio website mas conectá-lo sempre ao site da PpDM. (...) Deveria existir algum tipo de feedback: opinião de pessoas/comentários ou uma avaliação do Toolkit por parte dos utilizadores. Deveria ter mais vídeos (...) e deveria ter mais esquemas.” [Entrevistada C3]

É importante não esquecer, no entanto, que a maioria destas sugestões foi recolhida através de entrevistas e, como tal, o tempo para pensar em contributos concretos relativos a aspetos específicos do Toolkit foi muito limitado por isso sugere-se ainda a recolha de novos contributos *a posteriori*, sem grandes limitações temporais, de modo a que estas possam ser, não só mais refletidas, como também contínuas, no seguimento da ideia de manter um instrumento que não seja estático, ou seja, útil no decorrer do tempo. E com o decorrer do tempo, também a divulgação do instrumento não pode ser deixada de parte pois com mais e melhores contributos é do interesse geral que este ciclo de criação, incentivo, capacitação, ação, se continue a desenvolver continuamente e que não só o Toolkit chegue a mais pessoas como haja uma propagação dos valores feministas.

3.4. Relação entre o Ativismo Feminista e Desenvolvimento numa perspetiva de *Empowerment*

Temos então a disponibilização de um instrumento, que faz parte de um projeto maior, o CAPACITA, por parte de uma plataforma que não só é “feita” das ONGDMs que a compõem mas acima de tudo das diferentes pessoas cujas capacidades e conhecimentos individuais podem coexistir e culminar na própria evolução deste instrumento.

Isto por si só representa uma das ideias principais da relação de causalidade entre *empowerment* e desenvolvimento pois é dada a oportunidade através dos contributos individuais de “desenvolver” o Toolkit de Ativismo. Mas tal como foi explorado inicialmente a ideia de desenvolvimento é muito mais do que a “modernidade” ou neste sentido a atualização em si. O desenvolvimento das pessoas que tenham estado ou possam vir a estar em contacto com o Toolkit de Ativismo Feminista também ocorre de inúmeras formas.

Começando pela própria construção do mesmo, a própria aquisição de conhecimentos para construir algo fundamentado não só propicia o desenvolvimento pessoal no nível mais básico de investigação e obtenção de conhecimento como o estar num ambiente associativo com uma génese temática tão demarcada, propicia o crescimento e desenvolvimento individual e acima de tudo a sua capacitação individual para conseguir construir algo que podendo ser utilizado em inúmeras áreas mantém sempre permanente os valores feministas no seu fundamento.

“ (...) aprende-se e transforma-se muito mais uma pessoa quando o método de transmissão não é o formal, do que o formal (...) é muito mais interessante ver a pessoa crescer quando está a fazer um trabalho desta natureza por isso foi também uma ferramenta de *empowerment* mas mais individualizado e que espera-se que venha a ter impacto na própria pessoa naquilo que é o seu próprio percurso quer pessoal quer profissional, mas que esperemos que fique de alguma forma ligada a nós e mesmo que não venha a ficar é bom construir este tipo de redes, porque a intervenção feminista é também uma intervenção que se quer muito sedimentada em relações de cooperação e essas relações e cooperação também nascem de relações individuais.” [Entrevistada C1]

Aliás a intervenção nas organizações de direitos das mulheres em geral permite o desenvolvimento de competências muito diversificadas aos mais variados níveis porque não existe a capacidade e acima de tudo oportunidade para ter muitas pessoas a

trabalhar, o que significa que há muito trabalho de voluntariado e portanto cada pessoa acaba por fazer um bocadinho de tudo e isso implica aprender e ensinar a fazer um bocadinho de tudo. Retomando uma das ideias apresentadas por Willis (2011: 113) as ONGs podem contribuir para o *empowerment* individual pois podem ser capazes de fornecer um contexto no qual um processo de capacitação é possível (Willis, 2011: 113).

Do ponto de vista de quem utilizar o Toolkit há consideravelmente um contributo para o seu desenvolvimento pessoal e de uma consequente capacitação para ações futuras quer se mantenham ligadas à área dos direitos humanos das mulheres ou não. Isto porque o conhecimento sobre estas questões não “serve” só para quem trabalha e investiga sobre este campo de ação.

“(…) foi uma forma de conhecer mais e também de interrogar-me o que eu podia fazer mais na minha vida em geral (…) como uma reflexão pessoal e também depois por ter muitas ferramentas que não conhecia (…) ajudou-me no meu trabalho quotidiano (…) ”
[Entrevistada C2]

“Se eu trabalhar mais tarde nesta área definitivamente posso utilizá-lo em qualquer momento. Também poderá ajudar muito se tiver algumas ideias posso sempre voltar e consultar.” [Entrevistada C3]

“Em termos de desenvolvimento pessoal (…) se as pessoas vão começar a usar aqueles instrumentos e até nem os conheciam há aqui um processo de aprendizagem e é uma aprendizagem “fazendo” o que (…) não é algo formal que se aprende, é algo que se utiliza e portanto aprende-se fazendo. E na minha perspetiva isso é interessante em termos de experimentação, de aquisição de novas competências, de novos conhecimentos.
[Entrevistada C4]

“Qualquer instrumento, manual ou tipo de informação ou conhecimento que se transmita leva ao desenvolvimento de alguém. Neste caso o Toolkit ao dar-me a conhecer ferramentas que nunca tinha utilizado, ou exemplos de ações de outras organizações pode dar ideias para novas ações de ativismo.” [Entrevistada C5]

E se com este desenvolvimento pessoal há uma consequente capacitação individual e do campo organizacional onde se insere, também pode existir simultaneamente *empowerment*, desta feita psicológico, na medida em que qualquer pessoa que utilize o

Toolkit, ainda que nunca tenha tido contacto prévio com o ativismo feminista, pode-se sentir compelido a agir contra as discriminações entre mulheres e homens.

“Eu acho que este Toolkit pode ser uma ajuda para o *empowerment* psicológico porque o facto de estar na internet é muito fácil de conhecer, e ao mesmo tempo ter linguagem muito simples e isto pode permitir às pessoas pensarem “eu posso fazer!”. Não é uma coisa difícil de fazer porque (...) podes começar pelas coisas mais pequenas (...) o que pode dar força às pessoas (...)” [Entrevistada C2]

“Sim incentiva mas quando visitam o Toolkit já têm o intuito por detrás. Ou pode acontecer serem incentivadas pelo site da PpDM e aí sim irão talvez ao Toolkit e quem sabe realizar ações ativistas.” [Entrevistada C3]

“ (...) saber que há aqui algo que podemos utilizar é uma forma de empoderamento. (...)” [Entrevistada C4]

“Simplesmente por existir algo assim qualquer pessoa pode abrir o Toolkit e pensar que não é assim tão difícil de fazer algo que crie mudanças (...) num contexto organizacional esta ação multiplica-se pois a capacitação individual conjugada com o trabalho em rede consegue alcançar maiores feitos e melhores resultados.” [Entrevistada C5]

Isto vem na lógica do conceito de *empowerment* apresentado no quadro teórico pois “só pode ser empoderada ou empoderado quem se empoderar a si própria/o.” (Pinto et al, 2009: 328; CIG, 2015: 218; Khosla e Barth, 2008: 147)

O próprio Toolkit em si é um incentivo direto à ação e se alguém se sentir capacitado por aquilo que o Toolkit disponibiliza significa que há um *empowerment* individual pois a existência do Toolkit permitiu que essa pessoa pensasse que pode criar uma mudança. Este incentivo também pode ter outros efeitos que não o realizar uma ação mais “imediate” mas quem sabe sentir-se motivado para se envolver numa ONGDM e ter uma participação mais ativa e prolongada num ambiente coletivo.

“Não é algo que seja completamente passivo de replicar sem que eu faça nada. Implica que a pessoa ela própria também se mexa.” [Entrevistada C1]

Deste ponto de vista coletivo ou organizacional, é positivo que esta capacitação individual tenha ocorrido, quer por existir a propagação de valores feministas que conduzam a uma ação fora do campo associativo ou quer ocorra uma condução dos esforços individuais para a área de ação de uma organização em específico. Ao nível

organizacional o Toolkit é claramente um instrumento de *empowerment* pois possibilita não só que novas organizações tenham algumas sugestões e um “apoio algo prático” daquilo que podem vir a fazer no campo dos direitos humanos das mulheres como para organizações que já tenham uma longa experiência no desempenho do seu trabalho possam alterar a sua forma de intervenção, seja para atualizá-la, para melhorá-la ou para recolher ideias para novas atividades e/ou projetos.

“(…) pode ser para outro tipo de organizações, porque estão agora a iniciar a sua intervenção ou porque querem fazer algo diferenciado que aqui possam vir buscar inspiração e informação. [Entrevistada C1]

Um Toolkit que pode auxiliar a intervenção de ONGDM faz muito mais do que capacitar a formação organizacional em si e os seus membros. Isto deve-se ao papel que as ONGDM desempenham. Um papel fundamental e necessário não só em Portugal mas pelo mundo inteiro uma vez que as desigualdades entre mulheres e homens persistem em todas as esferas da vida e muitas vezes com nuances acrescidas por via da acumulação de outros fatores de diferenciação social, seja a idade, seja a etnia, seja a orientação sexual, etc., mas que crescem a esta desigualdade estrutural entre mulheres e homens.

“As organizações de direitos das mulheres trazem a perspetiva específica daquilo que são as preocupações, os interesses, as capacidades das raparigas e das mulheres, de todas as idades, para a sociedade (…) a nível local, regional, nacional, internacional, etc., porque (…) todos os indicadores mostram de facto uma desigualdade estrutural entre mulheres e homens. (…) e portanto estas organizações o que fazem é dizer “Atenção!” (…) e trazem este olhar específico de género sobre a sociedade, contribuindo assim para uma chamada de atenção, para tentar influenciar a mudança. [Entrevistada C4]

Geralmente a sociedade e as políticas e tudo o que é a educação, ou os media, estão-nos a transmitir determinadas mensagens que reforçam esta desigualdade estrutural e quando elas são desenhadas, nomeadamente as políticas que são desenhadas para todas as pessoas e as pessoas são plurais, de facto não estão a contribuir para se alcançar a igualdade e portanto há que trazer estas dimensões e é isto que estas organizações fazem e fazem-no não só para chamar a atenção para estes assuntos mas também para que ocorram verdadeiras mudanças, seja ao nível de ação direta, por exemplo com campanhas ou manifestações, seja ao nível de produção de conhecimento, seja ao nível de monitorização das políticas públicas, seja ao nível de alertar para questões

específicas no quadro das Nações Unidas tanto lá como cá, seja ao nível da União Europeia, da Europa Meridional, ou num contexto global. Cada vez mais, hoje em dia conseguem também partilhar a verdadeira voz das mulheres e das raparigas que muitas vezes é invisível ou não-audível. E muitas vezes o chamar a atenção, sendo uma das formas mais básica de intervenção é o suficiente para revelar situações que e trazê-las à superfície para que mais e mais mentalidades mudem e, com a pressão suficiente, medidas eficazes sejam tomadas no combate a esta desigualdade estrutural.

“Ao fim ao cabo fazem aquilo que deveria ser feito por quem tem responsabilidades públicas e políticas, que é o mainstreaming da igualdade de género, mas que sabemos que não é feito na grande maioria dos casos, seja a que nível for, e portanto estas organizações chamam a atenção, alertam, dão evidências, sugerem diferenças e tentam influenciar a vários níveis” (...) [Entrevistada C4]

As ONGDM, qualquer que seja a sua especificidade de ação, por exemplo contra a violência contra as mulheres, procuram acima de tudo acabar com as desigualdades de género. E se por vezes a sua ação passa por sensibilização para questões seja junto da população em geral ou através de ações específicas com vista a uma pressão política que possa afetar o estabelecimento, a implementação e/ou a alteração de políticas públicas que possam direta ou indiretamente afetar as mulheres, outras vezes passa mesmo pela substituição do Estado na sua forma mais direta, por exemplo com a criação de espaços de apoio a vítimas de violência. Este princípio e possibilidade de influência de políticas por exemplo, não só demonstra que existe um *empowerment* político como também é fácil extrapolar estas ações com aquilo que o Toolkit propicia. O Toolkit, seguindo a linha do que é a intervenção própria da PpDM, revela a importância de manter um acompanhamento de tudo o que se passa à nossa volta e de ter consciência dos momentos críticos e ter uma reação atempada.

“(...) como a Plataforma tem uma intervenção muito focada no que vai acontecendo de acompanhamento e monitorização e de ação (...) para podermos fazer algum tipo de pressão ou influência temos de dar resposta rápida, e o facto de saber que existem estes instrumentos ajuda-nos a poder intervir.” [Entrevistada C4]

A disponibilidade imediata de um instrumento com uma série de opções que permite fazer este acompanhamento instantâneo e conseqüentemente dar uma resposta rápida, criar ações de partilha de conhecimento, estabelecer momentos de consciencialização

para as desigualdades estruturas sentidas na pele todos os dias por mulheres e raparigas, reforçar ações e trabalho colaborativo entre diferentes associações, e toda uma série de iniciativas de (in)formação, auxilia numa intervenção necessária e essencial naquilo que é a luta pelos direitos humanos das mulheres.

PARTE III. CONCLUSÃO

Sendo esta a última parte desta dissertação é então o momento de se tecerem algumas conclusões que procurarão responder à questão de partida levantada seguindo a linha dos objetivos propostos. Depois de apresentadas algumas ideias-chave que se retiraram do cruzamento do enquadramento teórico com os resultados obtidos será ainda feita uma breve reflexão sobre a adequabilidade da abordagem metodológica utilizada nesta investigação e para concluir são também feitas dois tipos de recomendações: as primeiras, sobre o Toolkit de Ativismo Feminista, que não sendo específicas sobre o seu conteúdo visam auxiliar a possível renovação do mesmo e as segundas pensadas de um ponto de vista mais geral, ligadas ao campo político e à importância de políticas públicas de combate às desigualdades.

É importante, contudo, lembrar que os resultados obtidos são sempre condicionados pelas escolhas do investigador e que estes se referem somente a uma investigação centrada no Toolkit de Ativismo Feminista. Por este motivo embora existam dados e informação que possam ser utilizados para auxiliar uma reflexão a uma maior escala estes não são de todo suficientes para tal tarefa.

Isto dará o mote para as conclusões pois começando pela pergunta de partida denotou-se que a decisão de esta ter de ser mais específica pareceu, na opinião da investigadora, ser a mais acertada na medida em que a primeira pergunta apresentada, por ser muito geral não alcançaria, à partida, resultados significativos partindo do Toolkit de Ativismo Feminista pois sendo este apenas um pequeno detalhe na imensidão que é o mundo da luta pelos direitos das mulheres, não dá a conhecer o panorama de todo o ativismo feminista. Isto não impossibilita, tal como já foi dito previamente, que se retirem destas conclusões elementos que possam ajudar a responder à questão de partida mais abrangente.

Começando então pelos valores abordados no Toolkit verificou-se que existia um concordância entre aquilo que se encontrava expresso no Toolkit e aquilo que são os valores pelos quais as diferentes organizações de direitos das mulheres se prezam, isto porque mesmo intervindo em diferentes campos de ação mais específicos acabam por manter sempre a mesma linha de pensamento base, a primazia pelos direitos das mulheres. Destaca-se a importância e a necessidade de existir uma constante transmissão de conhecimento mesmo a maiores distâncias, um conhecimento

fundamentado, com o recurso a fontes diversas e aos referenciais mínimos de intervenção da PpDM. Para além disto, a importância de um conhecimento mais prático, um pouco fora do habitual com a disponibilização dos mais variados recursos revelou-se como sendo um aspeto fundamental de diferenciação deste instrumento e que colmata algumas das falhas existentes no trabalho organizacional.

No que diz respeito à utilização do Toolkit em si as experiências relatadas confirmam a existência de um instrumento bastante positivo sendo algo não só informativo com a transmissão de conhecimento previamente mencionada mas também devido à sua utilidade para organizações que desejam intervir na área dos direitos das mulheres e para ativistas individuais. Esta utilidade passa muito pela disponibilização imediata de instrumentos gratuitos e predominantemente simples que ajuda a ultrapassar uma das grandes dificuldades que as ONGDMs, principalmente em Portugal, atravessam que são as fragilidades financeiras e humanas. É também útil por si só enquanto forma de incentivo ao ativismo por demonstrar que não é difícil ser ativista e que até as mais pequenas ações fazem a diferença, podendo desta forma também inspirar através dos seus conteúdos.

Sendo o Toolkit, no geral, um instrumento bastante positivo conseguem-se nomear alguns pontos que dentro do mesmo se destacam como a qualidade e diversidade das ferramentas que são apresentadas, a disponibilização de conteúdos e fontes externas e o facto de ser um produto de uma organização com uma vasta experiência nacional e internacional. Todavia o oposto também ocorre. Destacam-se os problemas relacionados com a localização do Toolkit, com a falta de divulgação, com a existência de poucos exemplos disponíveis, com a falta de mais ligações internas entre as diferentes partes do Toolkit e a falta de feedback.

Com a deteção destes problemas podem ser feitas sugestões como o aumento de exemplos práticos, uma maior interatividade, a integração de uma barra de pesquisa ou existência de áreas temáticas mais concretas, um exemplo de uma ação do princípio ao fim, outras fontes de informação e estratégias apresentadas na parte da análise dos resultados, entre outras.

Todas estas questões mencionadas até aqui e a disponibilidade e total abertura a novos contributos para o Toolkit encaminham-nos de volta à pergunta de partida “De que

forma pode o ativismo feminista facilitar o *empowerment* das mulheres numa perspetiva de género e desenvolvimento?”.

Se relembrarmos a definição de *empowerment* apresentada²⁵ temos na forma do Toolkit uma maneira de incentivar a “autonomia individual” através da transmissão de “conhecimento, desenvolvimento de capacidades, educação e formação” e sempre com o princípio-base de que esta mudança e esta ação tem de partir sempre de dentro da/o ativista.

Temos também através do Toolkit múltiplas situações de desenvolvimento individual, quer na construção do mesmo quer na utilização *a posteriori* com a aquisição de conhecimento o que conduz a um *empowerment* individual e coletivo se existir ação organizacional. Este *empowerment* é psicológico se a/o ativista se sentir compelido a agir devido àquilo que encontrou no Toolkit e pode revelar-se num *empowerment* social e político se existir uma extrapolação desta ação para níveis superiores onde existe influência de políticas.

Há então *empowerment* de género quando ocorre uma ação para pressionar e provocar uma mudança estrutural em favor de uma maior igualdade e não havendo desenvolvimento sem igualdade de direitos torna-se fundamental reforçar não só os valores feministas que estas organizações defendem mas também a importância da ação individual e coletiva na luta pelos mesmos.

No que diz respeito à pertinência do quadro teórico é importante compreender que este permite ter uma base onde suportar a investigação no entanto quando se elabora o mesmo procura-se escolher os conceitos e definições mais adequados àquilo que são os objetivos da investigação e nem sempre esta escolha é a mais certa. De uma forma geral os três conceitos centrais abordados e as definições apresentadas adequaram-se à investigação e ao estudo de caso na forma das suas dimensões e indicadores, tendo sido relativamente direta a ligação quadro teórico – análise de resultados através do recurso aos conceitos explorados e com a integração por vezes de certas definições-chave para o raciocínio.

Contudo, o caminho que a investigação tomou, apesar de levar em conta todos os conceitos compostos e as suas dimensões, fez com que conceitos como o *mainstreaming*

²⁵ (Pinto et al, 2009: 328; CIG, 2015: 218; Khosla e Barth, 2008: 147)

de género não se enquadrassem totalmente nos objetivos da investigação. O conceito de *mainstreaming* de género continuou a ser utilizado não só no enquadramento teórico mas também nas grelhas de análise e entrevistas realizadas e permitiu compreender que o Toolkit não aborda os conceitos ligados ao ativismo feminista da maneira habitual mais teórica mas sim mais prática, e de certa forma contribuiu para o reforço da importância que tem de ser dada às questões de género em todas as “esferas da vida”.

Se este foi um conceito que teve os seus pontos “altos e baixos” quanto à relevância para o estudo, o mesmo não aconteceu quanto ao conceito de ativismo feminista. Este é um conceito-chave e muito revelador da pertinência do quadro teórico na medida em que existindo pouca bibliografia relevante numa base mais teórica, houve uma maior preocupação com a apresentação de uma “definição específica” e a tentativa de relacionar o conceito de ativismo com o feminismo pode servir como uma base, ainda que muito simplista para um futuro desenvolvimento do conceito.

Ainda dentro do quadro teórico é importante ser feita uma menção à pertinência da relação exposta entre os conceitos de desenvolvimento, género e *empowerment* não só por nem sempre se encontram explícitas as relações entre si mas porque deve também existir uma preocupação constante com a visão ou contexto geral, e conseqüentemente perceber que algo não “afeta” somente uma dimensão específica ou conceito e que estes têm efeitos uns nos outros. E esta correlação ou interdependência foi uma das preocupações centrais da dissertação daí que tenha sido abordada não só no enquadramento teórico mas tenha sido reforçada como um objetivo e apresentada na análise dos resultados como uma dimensão própria.

Relativamente ao método de investigação utilizado, apesar de continuar a parecer ser o mais indicado para o tipo de contributos que se obtiveram é fácil perceber que existem aspetos que podiam ser melhorados. Sendo o Toolkit de Ativismo Feminista um instrumento relativamente recente, estando online há apenas 6 meses até à data das entrevistas e o facto de ter sido pouco divulgado não permitiu que as próprias pessoas entrevistadas pudessem ter um longo período de utilização do Toolkit e como tal a sua experiência de utilização não é muito extensa e com mais tempo poderiam existir reflexões mais específicas e novos dados e opiniões pessoais a acrescentar aos recolhidos. O número de entrevistas realizadas devido a limitações temporais também poderia ser melhorado pois com mais entrevistas obter-se-iam novos contributos ou um

reforço das ideias já estabelecidas com os contributos já existentes. Claro que poderia ocorrer o efeito indesejado de “excesso” de informação que poderia dificultar na seleção e análise de informação pertinente mas os aspetos positivos poderiam suplantar estas dificuldades. Numa futura investigação sobre um instrumento desta tipologia ou semelhante sugere-se, no entanto, uma diferente abordagem na escolha de pessoas a serem entrevistadas. A possibilidade de se realizarem entrevistas a pessoas que não estejam ligadas diretamente a ONGDM e à área dos direitos das mulheres poderá abrir um novo campo de questões ligadas às motivações e ao que leva alguém a associar-se a movimentos organizados feministas.

No que diz respeito ao Toolkit de Ativismo Feminista da PpDM recomenda-se que não só se tente implementar/alterar da melhor maneira possível aquilo que foi sugerido como também se proceda a futuras tentativas de divulgação e recolha de contributos junto das organizações-membro da PpDM ou até mesmo de fora.

É fundamental que não caia no esquecimento e para tal sugerem-se a atualização dos seus conteúdos, particularmente no caso dos exemplos para que exista, do ponto de vista do utilizador, um motivo para regressar, para ver o que se faz novo. Esta atualização pode por exemplo ser simultânea com a questão da divulgação, ou seja cada vez que existir algo novo ou um conjunto de atualizações recentes, seria importante fazer um “convite” para visitar e conhecer o Toolkit, ou simplesmente incentivar a ver as novas adições ou alterações ao Toolkit, quem sabe através das redes sociais para que exista a ligação rápida entre plataformas informativas.

Por fim não se poderia deixar de fazer um outro tipo de recomendações, desta feita, políticas, não dirigida somente a quem tem poder de influência neste momento, mas a todas as pessoas. As organizações de direitos das mulheres existem por um motivo e este é porque continuam a existir desigualdades estruturais que têm de ser combatidas e acima de tudo eliminadas. Estas organizações têm conhecimentos especializados nas áreas onde intervêm e os atores políticos deveriam consultá-las porque não só têm uma maior proximidade com as pessoas afetadas como a sua especialização permite ver os problemas na sociedade, as políticas públicas e os efeitos que a implementação ou não destas podem ter sempre com uma perspetiva feminista. É verdade que as políticas são construídas para a sociedade no geral mas as próprias pessoas são plurais, e a igualdade não é alcançada enquanto não se pensar nestas disparidades e desigualdades. Isto tem de

ser pensado e se é mais fácil com o apoio deste tipo de organizações então porque não facilitar este processo de transformação. Esta recomendação tal como foi mencionado é para todas as pessoas porque todas as pessoas podem influenciar, podem exercer pressão juntos dos órgãos decisores, podem ser ativistas.

BIBLIOGRAFIA

Fonte original do Estudo de Caso:

PpDM, *Toolkit de Ativismo Feminista*

Disponível em: <http://plataformamulheres.org.pt/toolkit/ativismo-feminista/>

Alkire, Sabina (2010), *Human Development: Definitions, Critiques, and Related Concepts*, Research Paper 2010/01, United Nations Development Programme.

Amâncio, Lígia (2003), “O género no discurso das ciências sociais”, *Análise Social*, vol. XXXVIII (168), 2003, pp. 687-714

Amaro, Rogério Roque (2003), “Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? – Da teoria à prática e da prática à teoria”, *Cadernos de Estudos Africanos*, (Online), 4, pp. 35-70.

Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/3186>

Archer, John e Barbara Lloyd (2002), *Sex and gender*, 2ª ed. Cambridge, New York, Cambridge University Press.

Baumgardner, Jennifer e Amy Richards (2005), *Grassroots: a field guide for feminist activism*, New York, Farrar, Straus and Giroux.

Butler, Judith (1990), *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, Thinking gender, New York, Routledge.

Carmo, Hermano e Manuela Ferreira (1998), *Metodologia da investigação: Guia para a Auto-aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta.

Carothers, Thomas e Saskia Brechenmacher (2014), “Accountability, Transparency, Participation and Inclusion: A New Development Consensus?”, *Carnegie Endowment for International Peace*.

CIG (2015), *Igualdade de Género em Portugal 2014*, Lisboa, CIG.

- Clover, Darlene E. (2015), “Gender Mainstreaming, Women, and Politics: A Case for Feminist Adult Education”, *Canadian Journal for the Study of Adult Education*, 27(2), pp. 16-30.
- Cornwall, Andrea (2014), “Women's empowerment: What works and why?”, WIDER Working Paper, No. 2014/104
- Daly, Mary (2005), “Gender mainstreaming in theory and practice”, *Social Politics*, 12(3), 433-450.
- Fragoso, António (2005), “Desenvolvimento Participativo: Uma sugestão de Reformulação Conceptual”, *Revista Portuguesa de Educação*, (Online), 18 (1), pp. 23–51.
Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2152.pdf>
- Friedmann, John (1996), *Empowerment: Uma política de desenvolvimento alternativo*, Oeiras, Celta Editora.
- Jordan, Tim (2002), *Activism! Direct action, hactivism and the future of society*, London, Reaktion Books.
- Kabeer, Naila (2003), *Gender mainstreaming in poverty eradication and the millennium development goals: a handbook for policy-makers and other stakeholders*, London, Commonwealth Secretariat.
- Khosla, Prabha e Bernhard Barth (2008), *Gender in local government: a sourcebook for trainers*, Local government training tools, Nairobi, United Nations Human Settlements Programme.
Disponível em: http://www.un.org/womenwatch/directory/pdf/Source_BK_9-May.pdf
- Kimmel, Michael (2000), *The gendered society*, New York, Oxford University Press.
- Klasen, Stephan (2006), “UNDP's Gender-related Measures: Some Conceptual Problems and Possible Solutions”, *Journal of Human Development*, 7 (2), pp. 243-274.

Klasen, Stephan e Dana Schüler (2009), “Reforming the Gender-Related Development Index (GDI) and the Gender Empowerment Measure (GEM): Some Specific Proposals”, Goettingen: Georg-August-Universität Göttingen.

Disponível em: <http://www2.vwl.wiso.uni-goettingen.de/ibero/papers/DB186.pdf>

Lima, Mariana da Costa e (2014), *Tensões, compromissos e articulações entre o poder local e as dinâmicas participativas locais dos bairros da Adroana, de Alcoitão e da Cruz Vermelha (Alcabideche, Cascais)*, Dissertação de Mestrado em Estudos de Desenvolvimento, Lisboa, ISCTE.

Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/8848>

Lord, John e Peggy Hutchison (1993), “The Process of Empowerment: Implications for Theory and Practice”, *Canadian Journal of Community Mental Health*, 12 (1), pp. 5–22.

Maciel, Diana (2008), *Género e poder local*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Lisboa, ISCTE.

Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/998>

Martin, Brian (2007), “Activism, social and political”, Gary L. Anderson and Kathryn G. Herr (eds.), *Encyclopedia of Activism and Social Justice*, Thousand Oaks, CA, Sage, pp. 19-27

Milando, João (2005), *Cooperação Sem Desenvolvimento*. Lisboa, ICS - Imprensa Ciências Sociais.

Momsen, Janet (2010), *Gender and Development*, 2^a ed. London, Routledge.

Moser, Caroline (1993), *Gender planning and development, Theory, practice and training*, London, New York, Routledge

Nações Unidas (1995), *Beijing Declaration and Platform for Action. The Fourth World Conference on Women*.

Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/platform/>

Oakley, Ann (1985 [1972]), *Sex, gender and society*. Hants, Gower Publishing Company Limited.

- Perista, Heloísa (coord.) e Alexandra Silva (2006), “Guia Para o Mainstreaming de Género na Cooperação com os Países da Comunidade de Língua Portuguesa (CPLP)”, *Coleção Bem Me Quer*, 16, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Pinto, Teresa et al (2009), *Guião de Educação Género e Cidadania. 3º ciclo do ensino básico*, Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (Online).
Disponível em: <http://www.cig.gov.pt/documentacao-de-referencia/doc/guia-de-educacao-genero-e-cidadania-3o-ciclo/>
- PNUD (1990), *Human development report 1990: Concept and Measurement of human development*. New York, Oxford University Press.
- PNUD (1995), *Human development report 1995: Gender and human development* New York, Oxford University Press.
- PNUD (2003), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003 - Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana*.
- PpDM (2015), *Das Palavras à Acção. 1995 – 2015 um compromisso para o empoderamento das mulheres. Portugal em análise pela Plataforma portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM)*
Disponível em: <http://plataformamulheres.org.pt/pequim20/>
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (1995), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 5ª ed., Lisboa, Gradiva Publicações.
- REDE (2010), *Jovens Mulheres em Acção – ferramentas para o empoderamento*, REDE Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens.
- Ricketts, Aidan (2012), *The Activists’ Handbook: A step-by-step guide to participatory democracy*, London; New York, Zed Books.
- Rist, Gilbert (2008), *The history of development: from Western origins to global faith*, London; New York, Zed Books.

Sachs, Wolfgang (ed.) (2010), *The Development dictionary: a guide to knowledge as power*, 2ª ed., London; New York, Zed Books.

Seers, Dudley (1969), *The Meaning of Development*. Communication Series No. 44, Institute of Development Studies (Online).

Disponível em: <https://www.ids.ac.uk/files/dmfile/themeaningofdevelopment.pdf>

Sen, Amartya (1979), *Equality of What?* Stanford University: Tanner Lectures on Human Values

Sen, Amartya (1989), “Development as Capability Expansion”, *Journal of Development Planning*, 17, 41-58.

Silva, Manuela (1999), *A Igualdade de Género – Caminhos e Atalhos para uma Sociedade Inclusiva*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

South Commission (1990), *The Challenge to the South*, Oxford, New York, Oxford University Press.

Willis, Katie (2011), *Theories and practices of development*, 2ª ed., London; New York, Routledge.

White, Sarah (1996), “Depoliticising development: the uses and abuses of participation”, *Development in Practice*, (Online), volume 6 (1), pp. 6–15.

Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4029350>

ANEXOS

ANEXO A. Grelha Analítica

OBJETIVO 1 – Compreender de que forma conceitos como Igualdade de Género, *Mainstreaming* de género, Feminismo, e *Empowerment* de Género são abordados e promovidos no Toolkit.

OBJETIVO 2 – Analisar a perceção de membros de ONGDM no que diz respeito à utilidade, qualidade e facilidade ou dificuldade na utilização do Toolkit.

OBJETIVO 3 – Abordar/sugerir, a partir dos diferentes contributos, possíveis alterações ou aspetos/conteúdos a serem integrados, no futuro, com vista a melhorar o Toolkit existente.

OBJETIVO 4 – Analisar a relação que se estabelece entre o Ativismo Feminista e Desenvolvimento numa perspetiva de *Empowerment*.

Objetivo	Conceitos de Referência	Dimensões de Análise	Indicadores	Fontes de Informação	Técnica Utilizada
1	Género	Feminismo	Representação dos valores feministas	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Membros de ONGDM • Bibliografia diversa Interpretação do investigador (Conteúdos do Toolkit)	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevista • Observação Participante • Análise documental
		Igualdade de Género	Tipologia do público-alvo do Toolkit	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Interpretação do investigador (Conteúdos do Toolkit) 	
		<i>Mainstreaming</i> de Género	Representação no Toolkit da integração do género nas diferentes esferas da	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Membros de ONGDM 	

			vida.	<ul style="list-style-type: none"> • Bibliografia diversa • Interpretação do investigador (Conteúdos do Toolkit)
			Toolkit como oportunidade de fomento do <i>mainstreaming</i> de género	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Membros de ONGDM • Interpretação do investigador (Conteúdos do Toolkit)
	<i>Empowerment</i>	<i>Empowerment Psicológico</i>	Nível de incentivo à utilização do Toolkit para realização de ações ativistas	<ul style="list-style-type: none"> • Membros de ONGDM • Interpretação do investigador (Conteúdos do Toolkit)
			Número e tipologia de fontes de conhecimento externas ao Toolkit (e ao site da PpDM)	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Interpretação do investigador (Conteúdos do Toolkit)
		<i>Empowerment Político</i>	Nível de interesse nas questões associadas às desigualdades de género e à capacitação das mulheres.	<ul style="list-style-type: none"> • Membros de ONGDM • Interpretação do investigador (Conteúdos do Toolkit)
		<i>Empowerment Social</i>	Nível de incentivo à utilização do Toolkit pelas organizações	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Membros de ONGDM • Interpretação do investigador (Conteúdos do Toolkit)
			Grau de acessibilidade, e conhecimento para tal, a Tecnologia de Informação e Comunicação por parte	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Membros de ONGDM

			dos membros das ONGDM		
2	Género	Igualdade de Género	Toolkit como oportunidade de fomento da igualdade de género	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Membros de ONGDM • Interpretação do investigador (Conteúdos do Toolkit) 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevista • Observação Participante • Análise documental
		Feminismo	Nível de dificuldade de compreensão da terminologia utilizada	<ul style="list-style-type: none"> • Membros de ONGDM 	
			Toolkit como oportunidade de fomento dos valores feministas	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Membros de ONGDM • Interpretação do investigador (Conteúdos do Toolkit) 	
		<i>Empowerment</i>	<i>Empowerment Psicológico</i>	Nível de conhecimento das estratégias e ferramentas apresentadas no Toolkit	
	Grau de utilidade do Toolkit para ações futuras individuais.			<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Membros de ONGDM • Interpretação do investigador (Conteúdos do Toolkit) 	
	“Pontos fortes” do Toolkit			<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Membros de ONGDM • Interpretação do investigador (Conteúdos do Toolkit) 	
	“Pontos fracos” do Toolkit			<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) 	

				<ul style="list-style-type: none"> • Membros de ONGDM • Interpretação do investigador (Conteúdos do Toolkit) 	
			Grau de acessibilidade do Toolkit	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Membros de ONGDM • Interpretação do investigador (Conteúdos do Toolkit) 	
			Tipo de linguagem utilizada (+ ou - acessível)	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Membros de ONGDM • Interpretação do investigador (Conteúdos do Toolkit) 	
		<i>Empowerment</i> Político	Envolvimento prévio em ações com efeitos políticos	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Membros de ONGDM 	
			O papel das diferentes ONGDM num contexto local, regional e nacional.	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Membros de ONGDM 	
		<i>Empowerment</i> Social	Grau de utilidade do Toolkit para ações futuras no campo organizacional.	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Membros de ONGDM • Interpretação do investigador (Conteúdos do Toolkit) 	
			Conhecimento do Toolkit antes da Entrevista	<ul style="list-style-type: none"> • Membros de ONGDM 	

3	Género	Feminismo e Igualdade de Género	Experiências pessoais sobre resolução de problemas em ações prévias.	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Membros de ONGDM 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevista • Observação Participante • Análise documental
			Exemplos de iniciativas prévias que visaram a promoção dos valores feministas	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Membros de ONGDM 	
		<i>Mainstreaming</i> de Género	Influência das questões de género nas várias esferas da vida	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Membros de ONGDM 	
		Ativismo feminista	Contributos sobre fontes de conhecimento sobre ativismo feminista	<ul style="list-style-type: none"> • Membros de ONGDM • Bibliografia diversa 	
	<i>Empowerment</i>	<i>Empowerment</i> Psicológico	Perceções sobre o que deverá ser integrado no Toolkit (contributos individuais)	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Membros de ONGDM • Interpretação do investigador (Conteúdos do Toolkit) 	
		<i>Empowerment</i> Social	Nível de receptividade a novos contributos	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) 	
4	Desenvolvimento Humano	Necessidades básicas	Representação de necessidades básicas e direitos humanos no geral	<ul style="list-style-type: none"> • Bibliografia diversa • Interpretação do investigador (Conteúdos do Toolkit) 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevista • Observação Participante

		Acesso ao conhecimento	Conhecimento <i>a priori</i> da terminologia utilizada	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Membros de ONGDM • Bibliografia diversa • Interpretação do investigador (Conteúdos do Toolkit) 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise documental
			Aquisição de conhecimentos para construção do Toolkit	<ul style="list-style-type: none"> • Membros da organização criadora do Toolkit (PpDM) 	
			Grau de acessibilidade do Toolkit	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Membros de ONGDM • Interpretação do investigador (Conteúdos do Toolkit) 	
		Igualdade	Representação da Igualdade	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Membros de ONGDM • Bibliografia diversa • Interpretação do investigador (Conteúdos do Toolkit) 	
		Ampliação e liberdade das escolhas	Disponibilização de múltiplas opções	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Membros de ONGDM • Interpretação do investigador (Conteúdos do Toolkit) 	
			Contributos individuais para ampliação das opções	<ul style="list-style-type: none"> • Membros de ONGDM • Interpretação do investigador (Conteúdos do Toolkit) 	
		Necessidades Básicas, Liberdade e Igualdade	Grau de utilidade da representação da luta pelas	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Membros de ONGDM 	

			necessidades básicas e direitos humanos	Interpretação do investigador (Conteúdos do Toolkit)	
Género	Feminismo e Igualdade		Criação do Toolkit como forma de transformação e mentalização para os valores feministas	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Interpretação do investigador (Conteúdos do Toolkit) 	
	Ativismo Feminista		Nível de incentivo à ação individual e/ou organizacional	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Membros de ONGDM • Interpretação do investigador (Conteúdos do Toolkit) 	
<i>Empowerment</i>	<i>Empowerment</i> Psicológico		Nível de conhecimento das estratégias e ferramentas apresentadas no Toolkit	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Membros de ONGDM 	
			Grau de utilidade do Toolkit para ações futuras individuais.	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Membros de ONGDM • Interpretação do investigador (Conteúdos do Toolkit) 	
	<i>Empowerment</i> Político		O papel das diferentes ONGDM num contexto local, regional e nacional.	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Membros de ONGDM 	
	<i>Empowerment</i> Social		Grau de utilidade do Toolkit para ações futuras no campo organizacional.	<ul style="list-style-type: none"> • Criadora(s) do Toolkit (PpDM) • Membros de ONGDM • Interpretação do investigador (Conteúdos do Toolkit) 	

ANEXO B. Guiões de Entrevistas

B1. Guião de Entrevista à(s) Criadora(s) do Toolkit

Data e local da entrevista: _____

Nome: _____

Data de Nascimento: _____

Função na PpDM: _____

I – Enquadramento do Toolkit de Ativismo Feminista
P1. De onde partiu a ideia a construir este Toolkit e quais os motivos para o fazer?
P2. De que forma é que este se enquadra no projeto CAPACITA? Pode apresentar de uma forma geral o que é o projeto CAPACITA?
P3. Quais eram os objetivos iniciais para a construção do Toolkit?
P4. O Toolkit, como está agora, corresponde à visão que tinha inicialmente do Toolkit?
P5. Que efeitos teve o Toolkit ao nível da divulgação e conhecimento generalizado sobre a PpDM?
P6. Como foi feita a divulgação deste instrumento?
II – Conteúdos do Toolkit de Ativismo Feminista
P7. Em que medida é o Toolkit um instrumento promotor dos valores da PpDM?
P7.1. Considera que há uma representação explícita dos valores feministas, da igualdade e do <i>mainstreaming</i> de género?
P8. Que tipo de fontes utilizaram para os conteúdos do Toolkit que têm uma base mais teórica mais ligada ao conhecimento?
P9. Numa perspetiva de <i>empowerment</i> vê o Toolkit de Ativismo Feminista como uma consequência da capacitação interna da PpDM ou como causa para futura capacitação das diferentes ONGDM?
P10. De que forma pode o Toolkit promover o desenvolvimento individual e organizacional das/os membros e das ONGDM que o utilizarem?
P11. Enquanto criadora de conteúdos para o Toolkit, que alterações a investigação e criação do mesmo trouxeram ao nível do seu desenvolvimento pessoal?
III – Utilização do Toolkit de Ativismo Feminista
P12. Que tipo de linguagem e terminologia utilizaram no Toolkit?
P13. De que forma pode o Toolkit ser um instrumento facilitador de atividades ou ações promovidas pela PpDM?
P13.1. E das outras ONGDM?
P14. Acha que as outras ONGDM irão utilizar o Toolkit?
P15. De acordo com a sua experiência pessoal, quão importante é o papel das diferentes ONGDM num contexto local, regional e nacional?
IV – Contributos para melhorar o Toolkit de Ativismo Feminista
P16. Na sua opinião, que componentes deveriam ser alterados no Toolkit existente, com vista a melhorá-lo?
P17. Que outras fontes podem ser incluídas na parte do conhecimento sobre o ativismo feminista?

P18. Que outras estratégias poderiam ser integradas no Toolkit?
P19. Seja em ações em ONGDM ou noutros contextos a que ferramentas (sejam informáticas ou não) recorre frequentemente?
P20. Lembra-se de exemplos de ações prévias que por algum motivo a marcaram e que poderiam ser dados como exemplos?
P21. Na perspetiva de gestora de conteúdos do Toolkit qual o nível de abertura a sugestões e contributos de outras ONGDM para melhorar o Toolkit?

B2. Guião de Entrevista a Membros de ONGDM

Data e local da entrevista: _____

Nome: _____

Data de Nascimento: _____

ONGDM a que pertence: _____

Função na ONGDM: _____

I – Enquadramento do Toolkit de Ativismo Feminista
P1. Conhece o Toolkit de Ativismo Feminista da PpDM?
P1.1. (Caso não tenha conhecimento dos conteúdos do Toolkit) o que deveria ter um Toolkit que promova o ativismo feminista?
P2: De uma forma geral o que acha do Toolkit de Ativismo Feminista?
P3. Como tomou conhecimento deste instrumento?
P4. Se uma oportunidade adequada ocorresse utilizaria este Toolkit?
P5. Acha que outras ONGDM irão utilizar o Toolkit?
II – Conteúdos do Toolkit de Ativismo Feminista
P6. Em que medida é o Toolkit um instrumento promotor dos valores da ONGDM a que pertence?
P6.1. Considera que há uma representação explícita dos valores feministas, da igualdade e do <i>mainstreaming</i> de género?
P7. De que forma pode o Toolkit ser um instrumento facilitador de atividades ou ações promovidas pela ONGDM de que faz parte?
P8. De que forma acha que o Toolkit pode ou não contribuir para o seu desenvolvimento pessoal e da ONGDM de que faz parte?
P9. Numa perspetiva de <i>empowerment</i> psicológico, de que forma é que a disponibilização deste Toolkit incentiva ou não o ativismo quer a nível pessoal quer no contexto organizacional em que se insere?
III – Perceção sobre a utilização do Toolkit
P10. De acordo com a sua experiência pessoal, quão importante é o papel das diferentes ONGDM num contexto local, regional e nacional?
P10.1. Desta forma de que maneira pode este Toolkit ser útil para a sua organização e para o desempenho deste papel?

P11. Quais os pontos fortes do Toolkit de Ativismo Feminista existente?
P12. Com que tipo de problemas se depara ou pensa que se pode deparar quando utiliza(r) o Toolkit de Ativismo Feminista?
P13. Acha o acesso e a utilização do Toolkit fácil ou difícil? Porquê?
P13.1. Tem acesso fácil a computadores e/ou à Internet?
P13.2. Percebe facilmente todos os termos e conceitos utilizados no Toolkit?
IV – Contributos para melhorar o Toolkit de Ativismo Feminista
P14. Na sua opinião, que componentes deveriam ser alterados no Toolkit existente, com vista a melhorá-lo?
P15. Que outras fontes podem ser incluídas na parte do conhecimento sobre o ativismo feminista?
P16. Que outras estratégias poderiam ser integradas no Toolkit?
P17. Seja em ações em ONGDM ou noutros contextos a que ferramentas (sejam informáticas ou não) recorre frequentemente?
P18. Lembra-se de exemplos de ações prévias que por algum motivo a marcaram e que poderiam ser dados como exemplos?

ANEXO C. Análise Vertical das Entrevistas

C1. Criadora do Toolkit de Ativismo Feminista

1.1. Entrevistada C1

Questões	Excerto da Resposta	Análise
<p>P1. De onde partiu a ideia a construir este Toolkit e quais os motivos para o fazer?</p>	<p>A ideia de construir um Toolkit surge essencialmente de duas questões. Uma surge da evidência de que cada vez há mais pessoas jovens interessadas no ativismo feminista, muitas vezes não se associam ou se constituem enquanto organizações nem procuram outras organizações feministas porque ou não conhecem ou porque conhecendo não se revem naquilo que fazem. Há cada vez mais feministas a querer intervir. A segunda evidência foi porque se sente também a necessidade por parte das organizações de direitos das mulheres de envolver cada vez mais jovens no ativismo feminista (...) porque nem toda a gente percebe a necessidade da existência de um movimento desta natureza e a disponibilização de um instrumento virtual, no fundo, disponibilizado online, numa página que não deixa de ser uma página de uma organização, uma página institucional, mas que disponibiliza algumas ferramentas também menos teóricas possa ser também uma boa maneira de cativar pessoas mais novas para o ativismo feminista.</p>	<p><u>Motivos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Há um maior interesse no ativismo • Atrair mais jovens para o feminismo
<p>P2. De que forma é que este se enquadra no projeto CAPACITA? Pode apresentar de uma forma geral o que é o projeto CAPACITA?</p>	<p>(...) nasce dentro de um projeto, faz parte de um projeto maior que é o CAPACITA, que visava capacitar quer as organizações-membro da PpDM quer outras organizações que viessem a aderir à PpDM, ou que se viessem a constituir no decurso do projeto e capacitá-las para uma intervenção também. Uma capacitação que não passa só por uma capacitação ao nível dos recursos teóricos, e essa foi dada através de formação mas também por uma capacitação utilizando outro tipo de recursos e aqui o Toolkit vinha também responder a essa necessidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação através de recursos
<p>P3. Quais eram os objetivos iniciais para a construção do</p>	<p>(...)o objetivo do Toolkit era ser uma ferramenta de aproximação de pessoas àquilo que é o ativismo feminista. (...). Está mais orientado para uma intervenção mais no sentido de chamar a atenção, mais no sentido “mediático”</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Chamar a atenção • Incentivar o ativismo

Toolkit?		
<p>P4. O Toolkit, como está agora, corresponde à visão que tinha inicialmente do Toolkit?</p>	<p>Mais ou menos. Não havia uma ideia muito concretizada daquilo que viria a ser o Toolkit aliás porque em candidatura estava um Toolkit em papel. Ao longo do projeto é que se viu que não teria grande funcionalidade se tivesse em papel e seria mais lógico se estivesse num suporte virtual isto porque em papel implica que conheças as pessoas de alguma forma para fazer a divulgação do mesmo e implica muitas das vezes um acesso menor a quem não esteja, por exemplo, em Lisboa e a lógica foi porque a maior parte das organizações de direitos das mulheres e feministas se concentram em Lisboa, depois começa a haver também mais no Porto e Coimbra, são as três grandes zonas. Depois há muito menos organizações espalhadas pelo país e há zonas do país com pouco ativismo feminista de todo como o Alentejo e o Algarve e então surge de facto esta ideia de que se ele fosse virtual chegava a muito mais pessoas ou poderia chegar a muito mais pessoas e particularmente àquelas que menos acesso têm a alguma informação passada nos centros de decisão maiores.</p>	<p><u>Papel vs virtual</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Mais funcional • Maior alcance <ul style="list-style-type: none"> ➢ Mais pessoas ➢ Locais com - acesso
<p>P5. Que efeitos teve o Toolkit ao nível da divulgação e conhecimento generalizado sobre a PpDM?</p>	<p>(...) Houve de facto uma oportunidade junto do encontro feminista de jovens feministas de aí se fazer a divulgação e através desse encontro, segundo os dados da organização, estariam presentes cerca de cem pessoas. A ideia que possamos ter, nesse caso, é mais quantificada do que aquilo que seja através de um recurso virtual porque aí não o temos. Não sei se o Toolkit, se o projeto em si ou se um conjunto de projetos e atividades que o próprio projeto CAPACITA alavancou aqui na PpDM mas o facto é que temos tido muito mais contactos e muito mais contactos de pessoas jovens a oferecerem-se como voluntárias. (...)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sem dados
<p>P6. Como foi feita a divulgação deste instrumento?</p>	<p>(anterior)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Falha na divulgação • Encontro jovens feministas
<p>P7. Em que medida é o Toolkit um instrumento promotor dos valores da PpDM?</p>	<p>(...) é o nosso interesse em fazer chegar informação ao maior número de pessoas e que essa informação chegue de uma forma que seja perceptível pela maioria porque mesmo na nossa área utiliza-se muito jargão técnico e é essencial que as pessoas se apropriem daquilo que é disponibilizado sem que haja um grande trabalho de apropriação. (...) Por outro lado em termos de valores, uma das coisas que a PpDM</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Informação acessível e perceptível • Promoção dos direitos humanos das mulheres a uma maior escala

	se pauta é por fazer chegar aquilo que é a promoção dos direitos humanos das mulheres ao maior número de pessoas e isso se não o faz em contexto de contacto direto(...)	
<p>P7.1. Considera que há uma representação explícita dos valores feministas, da igualdade e do <i>mainstreaming</i> de género?</p>	<p>O conceito de <i>mainstreaming</i> de género é um conceito particularmente difícil de explicar e mais difícil de compreender porque é um conceito operativo, um conceito que visa a transformação e explicá-lo muitas vezes por palavras não contribui para que ele seja compreendido. Por mais definições que existam do que é o <i>mainstreaming</i> de género (...) a verdade é que não é fácil perceber o que se quer dizer com isto (...) porque é um conceito dinâmico, é um conceito que implica um grau de especialização muito grande portanto eu diria que não era o objetivo do Toolkit que fosse uma ferramenta de <i>mainstreaming</i>, o objetivo do Toolkit era ser uma ferramenta de aproximação de pessoas àquilo que é o ativismo feminista que pode ou não socorrer-se do <i>mainstreaming</i> como técnica para alcançar a transformação mas não é o objetivo do Toolkit. (...) O Toolkit não é uma ferramenta de trabalho, não é uma ferramenta analítica, não é uma ferramenta de construção de referenciais, é apenas uma ferramenta que nos dá algumas linhas de orientação e possibilidades de inspiração para que as pessoas nomeadamente as mais jovens se envolvam nos feminismos e participem numa lógica mais mediática, mas horizontalizada, sem ser uma intervenção técnica especializada, não foi esse o objetivo. Isso requer muito mais tempo, requer formação e formação acompanhada, não é uma formação como agora acontece de 59 horas que a pessoa fica especialista em igualdade, não, é uma formação mais especializada e acompanhada porque as pessoas que são peritas nesta área fazem-se ao longo de muito tempo e ao longo de uma experiência que é adquirida através de leituras, através de experiência em instrumentos, etc., mas que demora muito tempo a fazer, portanto uma coisa é eu ser ativista feminista e outra coisa é eu ser uma especialista na área do <i>mainstreaming</i> de género, é completamente diferente. Uma ativista pode querer apenas chamar a atenção para aquilo que é uma situação de desigualdade ou uma situação de discriminação e não fazer mais do que isto. O objetivo é chamar a atenção e procurar que as pessoas alterem determinada atitude ou prática mas não através de alguma coisa mais transformadora, apesar de ser</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ferramenta para que jovens se envolvam nos feminismos • Afastamento conceptual • <i>Mainstreaming</i> como técnica, não objetivo

	transformadora quando nós chamamos a atenção para, é uma transformação mais individualizada não é tão coletiva e o mainstreaming é uma transformação que tem de ser coletiva.	
P8. Que tipo de fontes utilizaram para os conteúdos do Toolkit que têm uma base mais teórica mais ligada ao conhecimento?	Há fontes de dois tipos. Uma são as fontes pelas quais se pauta a PpDM enquanto referenciais mínimos de intervenção (...) CEDAW, Plataforma de Ação de Pequim, a Convenção de Istambul, (...) a Constituição, os Planos Nacionais, etc., (...) também outro tipo de referenciais que vêm por via da nossa participação enquanto coordenação nacional do Lobby Europeu de Mulheres por exemplo, ou da AFEM. (...) E depois existe um tipo de ferramentas ou recursos que vêm através de um conhecimento mais individual ou organizacional porque o certo é que já são alguns anos nestas área para conhecer alguns dos sítios por exemplo na internet onde eu sei que ali existe uma informação que é compatível com o tipo de intervenção que a PpDM faz ou com os referenciais mínimos da PpDM (...) Foi feita obviamente também uma recolha grande não de literatura mas de meios disponíveis que existem já também para podermos ter alguma fonte também inspiradora para o próprio Toolkit.	<p><u>Fontes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Referenciais <ul style="list-style-type: none"> ➢ CEDAW ➢ PAP ➢ Convenção de Istambul ➢ Constituição ➢ PNI ➢ LEM ➢ AFEM ➢ ... • Conhecimento individual • Fonte de inspiração
P9. Numa perspetiva de <i>empowerment</i> vê o Toolkit de Ativismo Feminista como uma consequência da capacitação interna da PpDM ou como causa para futura capacitação das diferentes ONGDM?	Eu não vejo como causa ou consequência, eu vejo um paralelismo ou seja há organizações que decerto não vão ao Toolkit porque o tipo de intervenção que fazem e que têm, o tipo de lógica porque se regem não está no Toolkit. (...) Organizações cujo domínio de intervenção é muito especializado que aqui não se revêm, não é esse o objetivo. O objetivo pode ser para outro tipo de organizações, porque estão agora a iniciar a sua intervenção ou porque querem fazer algo diferenciado que aqui possam vir buscar inspiração e informação. (...) aprende-se e transforma-se muito mais uma pessoa quando o método de transmissão não é o formal, do que o formal (...) é muito mais interessante ver a pessoa crescer quando está a fazer um trabalho desta natureza por isso foi também uma ferramenta de <i>empowerment</i> mas mais individualizado e que espera-se que venha a ter impacto na própria pessoa naquilo que é o seu próprio percurso quer pessoal quer profissional, mas que esperemos que fique de alguma forma ligada a nós e mesmo que não venha a ficar é bom construir este tipo de redes, porque a intervenção	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação <ul style="list-style-type: none"> ➢ Novas organizações ➢ Ação diferente • Ferramenta de <i>empowerment</i> individual (construção do Toolkit)

	feminista é também uma intervenção que se quer muito sedimentada em relações de cooperação e essas relações e cooperação também nascem de relações individuais.	
P10. De que forma pode o Toolkit promover o desenvolvimento individual e organizacional das/os membros e das ONGDM que o utilizarem?	Desde logo, o disponibilizar alguma coisa que seja algo imediata pode contribuir para aproximar, ou seja para um estreitamento das relações de cooperação entre as organização e a PpDM e as organizações entre si ainda que, como te digo, como o Toolkit estava dentro do projeto CAPACITA este projeto tinha outras vertentes que funcionava mais estritamente nessas logicas de cooperação das organizações (...) há todo um encadeado de iniciativas, de situações, de formações, que ajuda a transformar. É qualquer coisa que se vai construindo. (...)	<u>Desenvolvimento Organizacional:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização=cooperação • Transformação contínua e não isolada
P11. Enquanto criadora de conteúdos para o Toolkit, que alterações a investigação e criação do mesmo trouxeram ao nível do seu desenvolvimento pessoal?	(...) o Toolkit agora aborda um bocadinho que é a necessidade de fazer algumas relações com coisas da teoria com a prática, mais por aí. Não aprendi substancialmente com o Toolkit mas também não era suposto que me transformasse completamente uma vez que já sou ativista feminista há alguns anos e além disso também vou fazendo investigação na área da igualdade, por isso teria que ser algo completamente diferente. (...)	<u>Desenvolvimento Pessoal:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Relação teoria – prática • Larga experiência – pouca mudança
P12. Que tipo de linguagem e terminologia utilizaram no Toolkit?	Eu diria que só pelo facto de se chamar Toolkit de Ativismo Feminista, só lá vai quem está interessado e isto porque o feminismo em Portugal é ainda uma palavra que mete medo e foi intencional a utilização da palavra pois podíamos ter posto “Toolkit de ferramentas para a intervenção na igualdade” qualquer coisa mais neutra, mas que propositadamente não quisemos porque há uma necessidade óbvia de desmistificarmos o feminismo e porque ao fazê-lo desta forma a intenção desde a partida era que desde o momento em que estás a “abrir o livro” te veres confrontada com qualquer coisa que não aparece muito ainda cá em Portugal, ou quando aparece, aparece com uma conotação negativa. O que está lá dentro (...) não são conceitos, (...) não estão ferramentas teóricas.	<ul style="list-style-type: none"> • Nome “chocante” • Sem conceitos e ferramentas teóricas • Sem terminologia técnica <ul style="list-style-type: none"> ➢ Glossário simplista no site da PpDM

	Não tem terminologia técnica porque esta área tem um jargão técnico como todas as áreas que são de especialização que correntemente as pessoas não percebem. (...) o Toolkit está dentro do site da PpDM e o próprio site da PpDM por exemplo tem um <i>folder</i> de recursos e nesses recursos encontram-se por exemplo os conceitos, uma versão muito simplista dos conceitos mas encontra-se. (...)	
P13. De que forma pode o Toolkit ser um instrumento facilitador de atividades ou ações promovidas pela PpDM?	A ideia-base e objetivo era “se não concordas com uma determinada situação de discriminação ou desigualdade contra as mulheres e queres fazer qualquer coisa, aquilo dá-te ideias de coisas que possam ser feitas” mas implica caso a determinação seja “eu quero mesmo fazer” que a pessoa o faça. Tem lá alguns ingredientes mas a receita tem de ser feita por alguém. Não é algo que seja completamente passivo de replicar sem que eu faça nada. Implica que a pessoa ela própria também se mexa.	<ul style="list-style-type: none"> • Dá ideias • Implica ação individual
P13.1. E das outras ONGDM?	O objetivo é qualquer coisa que pusesse as pessoas a serem ativistas (...) seja através de organizações ou não, grupos formais ou informais, medidas individuais ou não (...) É muito numa lógica mais destas pequenas transformações (...)	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo ao ativismo <ul style="list-style-type: none"> ➢ Pequenas transformações
P14. Acha que as outras ONGDM irão utilizar o Toolkit?	Acho que houve fraca divulgação do mesmo e que pode haver um reforço da divulgação. Há uma necessidade óbvia também do mesmo ser atualizado e ir sendo atualizado, ou seja não pode ser uma ferramenta estática porque senão não cumpre qualquer objetivo. (...) O Toolkit não estava tanto feito para organizações, estava mais pensado para pessoas individualmente e depois com ou não repercussão ao nível das organizações mas estava mais orientado para uma ação individual que podia culminar numa ação coletiva (...) Apesar de nós querermos fazer aqui um trabalho com as nossas organizações, o que fazemos é para depois ser disseminado e divulgado para todas as pessoas, não é nada que fique entre 4 paredes somente para as nossas organizações, é também para quem quiser.	<ul style="list-style-type: none"> • Fraca divulgação • Atualização necessária • Direcionado para uma ação individual -> coletiva
P15. De acordo com a sua experiência pessoal, quanto importante é o papel das diferentes	A importância é muita porque se fosse uma preocupação primordial do Estado acabar com as discriminações e desigualdades em função do sexo e do género, as organizações de direitos da mulheres não eram necessário existirem, o que acontece é que nós vivemos num sistema que é ainda machista, que é discriminatório contra as mulheres e que tem um impacto muito grande mesmo em quem é atingido por essas	<p><u>Papel das ONGDM:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Papel muito importante <ul style="list-style-type: none"> ➢ Substituição do Estado <p><u>Razões:</u></p>

<p>ONGDM num contexto local, regional e nacional?</p>	<p>discriminações e desigualdade, ou seja, se vê com muita frequência que as próprias mulheres não reconhecem a desigualdade e discriminação por que passam ao longo da sua vida e são várias as situações desde a nascença até à morte e não as identificam, não as conseguem nomear. As organizações de mulheres têm esta consciência, a consciência de que estamos perante situações que pelo simples facto de se ser mulher se é discriminado e alvo de desigualdade e há este carácter de identificar as desigualdades e discriminações e de as nomear, de nomear responsáveis, quem é agente nesta construção de desigualdades e discriminações, procura apontar caminhos e soluções para que isto acabe e faz uma intervenção também ao nível do apoio às próprias mulheres. Portanto, eu diria que é essencial e primordial o papel das organizações não-governamentais de direitos das mulheres por todas estas razões: identificação, nomeação, responsabilização, encontrar soluções e apoiar quem está a passar pelas experiências. Isto numa linguagem mais técnica é monitorização da situação atual das mulheres, monitorização das políticas, monitorização das soluções que vão sendo encontradas a diferentes níveis seja internacional, regional, nacional, local, etc., e o apontar soluções passa por tomadas de posição, passa por apresentar ideias de como modificar, passa por análises, passa por avaliações de impacto e educação no género, passa por uma data de situações e é isto que as organizações fazem. Passa pelo apoio que é dado às pessoas em concreto seja por exemplo temos algumas organizações que têm serviços de atendimento a vítimas de violência doméstica, particularmente mais voltado para as mulheres. Substituem o Estado naquilo que é a sua intervenção no apoio a alguém que está a sofrer um crime e é essencial porque não existe transformação de uma situação de desigualdade se não houver quem aponte essa desigualdade e isto passa-se com os direitos das mulheres como se passa com outro tipo de discriminação (...) as pessoas não identificam logo a necessidade mas que ela existe, existe e é uma coisa que não é nacional, é internacional, global, estrutural, atravessa fronteiras. O que quer dizer se atravessa fronteiras e as realidades e as experiências são semelhantes é algo que é muito mais do que uma experiência com base local ou seja há uma desigualdade que as mulheres são alvo apenas porque são mulheres independentemente do país, da região, da</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação • Nomeação • Responsabilização • Encontrar soluções • Apoio
---	---	---

	<p>religião, o que quer que seja. (...) As organizações de mulheres em Portugal e no mundo inteiro procuram ter uma intervenção que seja transformadora das realidades das mulheres globalmente, localmente quando intervêm localmente, mas às quais não é reconhecido o papel que têm e é ma dificuldade muito grande que se tem e não é só cá em Portugal porque as pessoas não entendem que aquilo que nós fazemos é algo importante e as pessoas não entendem porque não percebem porque noutros casos percebem-no bem e ninguém põe em questão haver organizações pelos direitos das crianças porque percebem o quadro maior. O que acontece nesta área dos direitos das mulheres é que as pessoas geralmente não tendem a perceber o quadro maior ou então quando percebem não querem agir contra pois quem tem o poder também não o quer perder mas eu acho que é mais por ainda por terem uma dificuldade muito grande de perceber o quadro todo.</p> <p>(...) uma razão muito economicista das matérias que agora se aponta muito e é uma coisa que é fácil: Desigualdade salarial. Desigualdade salarial tem um peso muito grande sobre as mulheres que implica depois não só naquilo que é a participação das mulheres no mercado de trabalho como nas outras esferas da sua vida. Esta desigualdade salarial também tem consequências na saúde, tem consequências no acesso aos serviços, tem consequências nas questões da independência económica das mulheres, quer seja na situação atual enquanto ativa quer seja, e principalmente, quando está reformada numa situação de reforma ou de pensão portanto há aqui um encadeado das coisas e tem uma logica que é “se as mulheres ganhassem o mesmo se calhar gastariam o mesmo que os homens gastam” e isto contribuiria para um aumento da produção, para o enriquecimento e para o desenvolvimento económico. Mas enquanto não se entender que isto não é só uma questão de “elas tem menos disponibilidade” ou “elas são menos competentes”, porque já se provou que não é por aí. Enquanto não se mexer e se transformar, e estou a falar de uma migalha que tem a ver com as questões da desigualdade salarial, isto é como o efeito da borboleta que bate as asas aqui e tem efeitos noutro lado.</p>	
<p>P16. Na sua opinião, que componentes</p>	<p>Acho que pode ganhar se centrarmos em algumas temáticas porque ele está neutro em algumas temáticas. (...) Por exemplo nas questões da violência ou nas questões da</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Neutro em algumas temáticas

<p>deveriam ser alterados no Toolkit existente, com vista a melhorá-lo?</p>	<p>prostituição, ou (...) sobre a integração da população cigana no ensino se calhar tendo estes descritores a pessoa automaticamente podia lá ir mais diretamente, fazer aqui uma relação com alguma temática em concreto mas não sei se seria muito complexo ou não.</p>	
<p>P17. Que outras fontes podem ser incluídas na parte do conhecimento sobre o ativismo feminista?</p>	<p>-</p>	<p>-</p>
<p>P18. Que outras estratégias poderiam ser integradas no Toolkit?</p>	<p>-</p>	<p>-</p>
<p>P19. Seja em ações em ONGDM ou noutros contextos a que ferramentas (sejam informáticas ou não) recorre frequentemente?</p>	<p>-</p>	<p>-</p>
<p>P20. Lembra-se de exemplos de ações prévias que por algum motivo a marcaram e que poderiam ser dados como exemplos?</p>	<p>Há uma coisa que eu diria que o Toolkit não possibilita que é a minha construção enquanto pessoa e ativista feminista pelas minhas relações pessoais e isto faz-se por via do contacto direto e eu acho que isto se sente muito no movimento feminista, no empoderamento e crescimento das pessoas por via das relações de cooperação que se estabelecem entre elas (...) porque essas relações pessoais trazem outros recursos e outras reflexões que o Toolkit se calhar possibilita menos (...) mas se possibilitar que algumas pessoas venham cá ter através disto é um bom “cartão” de visita. Sou mais recatada, não sou tão dada a manifestações de rua mas acho que é importante também. Também é um movimento que se vai fazendo de acordo com as características individuais de cada uma.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de uma ativista através das pessoas e relações • Manifestações são importantes também. • O ativismo faz-se com as características de cada uma.

<p>P21. Na perspetiva de gestora de conteúdos do Toolkit qual o nível de abertura a sugestões e contributos de outras ONGDM para melhorar o Toolkit?</p>	<p>Abertura total. Obviamente que isto não deixa de estar dentro de uma página de uma organização e é o cartão-de-visita de uma instituição. Obviamente que não se aceitam sem qualquer reflexão crítica. Aquilo que possa vir de outras pessoas ou de outras organizações tem de passar por algum crivo. Mas é obviamente aberto a todo o tipo de contributos porque como digo o movimento feminista faz-se de relações, as relações crescem e as relações fazem-nos crescer.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Abertura total a contributos
---	--	--

C2. Membros de ONGDM

2.1. Entrevistada C2

Questões	Excerto da Resposta	Análise
<p>P1. Conhece o Toolkit de Ativismo Feminista da PpDM?</p>	<p>Sim.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sim
<p>P1.1. (Caso não tenha conhecimento dos conteúdos do Toolkit) o que deveria ter um Toolkit que promova o ativismo feminista?</p>	<p>-</p>	<p>-</p>
<p>P2: De uma forma geral o que acha do Toolkit de Ativismo Feminista?</p>	<p>Acho que é uma boa ferramenta porque podes encontrar muitas coisas que podes utilizar no teu trabalho e também pode ser útil para conhecer mais sobre o que é o feminismo e eu também quando conheci o Toolkit algumas coisas já vi que não conhecia tipo o programa “Canva” por exemplo, eu não conhecia antes de conhecer o Toolkit e agora que conheço vou utilizar esse programa ou também alguma coisa mais teórica sobre os direitos das mulheres ou o feminismo. É um bom instrumento.</p>	<p><u>Aspetos positivos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Bom instrumento • Útil <ul style="list-style-type: none"> ➤ Trabalho ➤ Conhecer o feminismo • Destaque ferramenta Canva

P3. Como tomou conhecimento deste instrumento?	Com a PpDM.	<ul style="list-style-type: none"> • PpDM
P4. Se uma oportunidade adequada ocorresse utilizaria este Toolkit?	Já utilizei.	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização prévia.
P5. Acha que outras ONGDM irão utilizar o Toolkit?	Não sei se alguma organização já utilizou mas é uma ferramenta muito útil para as organizações e que podes utilizar muito facilmente porque tem linguagem muito simples e é possível ter alguma ideia olhando para o Toolkit daquilo que podes fazer e então acho que é um bom Toolkit para outras organizações.	<ul style="list-style-type: none"> • Sim <u>Variantes para utilização:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Útil para organizações • Linguagem simples • Fonte de ideias
P6. Em que medida é o Toolkit um instrumento promotor dos valores da ONGDM a que pertence?	Uma parte do Toolkit diz que se tem de fazer alguma coisa, especialmente no vídeo que o Toolkit tem. Eu gosto muito disso porque ele diz que se não gostas de alguma coisa que podes fazer? Tens de fazer alguma coisa porque não podes estar à espera que as outras pessoas mudem a situação (...) e também dá diferentes opções do que podes fazer para mudar a situação que não gostas para ti e que achas que não é bom para as mulheres. (...) também podes encontrar no Toolkit muitas informações sobre os direitos das mulheres. (...)	<ul style="list-style-type: none"> • Incentiva a ação e a mudança • Dá opções • Informa sobre os direitos das mulheres
P6.1. Considera que há uma representação explícita dos valores feministas, da igualdade e do <i>mainstreaming</i> de género?	Eu acho que está.	<ul style="list-style-type: none"> • Representa os valores feministas
P7. De que forma pode o Toolkit ser um instrumento facilitador de atividades ou ações promovidas pela ONGDM de que faz parte?	-	-
P8. De que forma acha que o Toolkit pode ou não contribuir	(...) foi uma forma de conhecer mais e também de interrogar-me o que eu podia fazer mais na minha vida em geral (...) como uma reflexão pessoal e	<ul style="list-style-type: none"> • Mais conhecimento

<p>para o seu desenvolvimento pessoal e da ONGDM de que faz parte?</p>	<p>também depois por ter muitas ferramentas que não conhecia (...) ajudou-me no meu trabalho quotidiano (...).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reflexão pessoal
<p>P9. Numa perspetiva de <i>empowerment</i> psicológico, de que forma é que a disponibilização deste Toolkit incentiva ou não o ativismo quer a nível pessoal quer no contexto organizacional em que se insere?</p>	<p>Eu acho que este Toolkit pode ser uma ajuda para o <i>empowerment</i> psicológico porque o facto de estar na internet é muito fácil de conhecer, e ao mesmo tempo ter linguagem muito simples e isto pode permitir às pessoas pensarem “eu posso fazer!”. Não é uma coisa difícil de fazer porque (...) podes começar pelas coisas mais pequenas (...) o que pode dar força às pessoas (...)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fácil de conhecer • Fácil de entender • Incentivo <ul style="list-style-type: none"> ➢ Mudança através de pequenas coisas
<p>P10. De acordo com a sua experiência pessoal, quão importante é o papel das diferentes ONGDM num contexto local, regional e nacional?</p>	<p>O papel é importante porque hoje na sociedade muitas pessoas não reconhecem que ainda existem diferenças entre mulheres e homens, que não temos as mesmas oportunidades. (...) a mentalidade das pessoas não reconhece essa igualdade. É um papel muito importante este que as associações de direitos das mulheres fazem.</p>	<p><u>Papel das ONGDM:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Papel importante <ul style="list-style-type: none"> ➢ Falta de reconhecimento ➢ Diferentes oportunidades ➢ Diferentes mentalidades
<p>P10.1. Desta forma de que maneira pode este Toolkit ser útil para a sua organização e para o desempenho deste papel?</p>	<p>É útil, porque na minha experiência este Toolkit ajudou-me muito e também quando partilhei com alguns dos meus amigos eles disseram que tinha muitas coisas que não sabiam. É um Toolkit que pode ajudar as pessoas que reconhecem estas diferenças que existem porque acho que se uma pessoa não vê estas diferenças o Toolkit não é útil. Se uma pessoa já tem estas mentalidades, se percebe que há estas diferenças então o Toolkit é bom.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Partilha e “expansão” de conhecimento • Tem de existir reconhecimento prévio das diferenças
<p>P11. Quais os pontos fortes do Toolkit de Ativismo Feminista existente?</p>	<p>As ferramentas são muito boas no geral. Uma das partes que eu gostei muito é o vídeo porque é um exemplo muito prático de uma rapariga que não gosta de uma situação e o que pode-se fazer para mudar e ao mesmo tempo mostra a diferente tipologia de ação que podes fazer, uma ação singular, uma ação coletiva, ou não podes fazer nada e o que pode acontecer. Acho que outros pontos fortes são as ligações a outros websites que permitem conhecer outras coisas que ainda não conhecia.</p>	<p><u>Pontos fortes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Ferramentas • Vídeo <ul style="list-style-type: none"> ➢ Exemplo prático ➢ Tipo de ação ➢ Consequência da ação ou inércia • Ligações a outros websites

P12. Com que tipo de problemas se depara ou pensa que se pode deparar quando utiliza(r) o Toolkit de Ativismo Feminista?	(...) Não tens muitos exemplos práticos e se tiveres mais exemplos práticos é bom porque quando tu queres fazer uma ação talvez já foi feita e então podes ver como foi feita aquela ação e adaptá-la ao contexto e ver quais foram os pontos fortes e os pontos fracos e modificar.	<u>Pontos fracos:</u> • Poucos exemplos
P13. Acha o acesso e a utilização do Toolkit fácil ou difícil? Porquê?	Acho que é fácil. Acho que seria melhor se tivesse um próprio sitio web. É mais fácil porque se não conheceses a Plataforma talvez não conhecesses o Toolkit mas ao mesmo tempo o Toolkit é um projeto da PpDM. Eu não encontrei dificuldade mas se estivesse separado talvez fosse mais fácil.	• Utilização fácil • Melhor com site próprio
P13.1. Tem acesso fácil a computadores e/ou à Internet?	Sim.	• Sim
P13.2. Percebe facilmente todos os termos e conceitos utilizados no Toolkit?	Sim. Eu não sou portuguesa mas percebi todos por isso acho que é uma linguagem muito simples de perceber.	• Sim • Linguagem simples
P14. Na sua opinião, que componentes deveriam ser alterados no Toolkit existente, com vista a melhorá-lo?	Mais exemplos práticos.	<u>Alterações:</u> • Mais exemplos práticos
P15. Que outras fontes podem ser incluídas na parte do conhecimento sobre o ativismo feminista?	Não me recordo de nenhum.	-
P16. Que outras estratégias poderiam ser integradas no Toolkit?	Acho que não sei de nenhuma.	-
P17. Seja em ações em ONGDM ou noutros contextos a que ferramentas (sejam informáticas ou não) recorre frequentemente?	Recorro muito ao “Canva” que conheci no Toolkit mas não me lembro de outras ferramentas.	<u>Ferramentas utilizadas:</u> • Canva

<p>P18. Lembra-se de exemplos de ações prévias que por algum motivo a marcaram e que poderiam ser dados como exemplos?</p>	<p>Não sei, talvez por exemplo as diferentes campanhas da UNWOMEN pois embora sejam campanhas muito grandes talvez sejam uma boa inspiração para as pessoas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Campanhas UNWOMEN
---	--	---

2.2. Entrevistada C3

Questões	Excerto da Resposta	Análise
<p>P1. Conhece o Toolkit de Ativismo Feminista da PpDM?</p>	<p>Sim</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sim
<p>P1.1. (Caso não tenha conhecimento dos conteúdos do Toolkit) o que deveria ter um Toolkit que promova o ativismo feminista?</p>	<p>-</p>	<p>-</p>
<p>P2: De uma forma geral o que acha do Toolkit de Ativismo Feminista?</p>	<p>É muito informativo para todas as pessoas mas talvez é um pouco difícil de encontrar ou descobrir porque as pessoas têm de conhecer a PpDM e o seu site para depois “entrarem” no Toolkit. Seria talvez melhor se fosse o seu próprio website.</p>	<p><u>Aspetos positivos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Muito informativo <p><u>Aspetos negativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Difícil de encontrar
<p>P3. Como tomou conhecimento deste instrumento?</p>	<p>PpDM</p>	<ul style="list-style-type: none"> • PpDM
<p>P4. Se uma oportunidade adequada ocorresse utilizaria este Toolkit?</p>	<p>Eu já o consultei para mim própria depois de tomar conhecimento da sua existência mas ainda não o utilizei como ferramenta em si. Mas sim claro que o utilizaria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta prévia • Utilização futura

<p>P5. Acha que outras ONGDM irão utilizar o Toolkit?</p>	<p>Sim mas talvez não o encontrem facilmente ou nem saibam que ele existe e onde o podem consultar.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sim <p><u>Variantes para utilização:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Não saber da existência • Não saber onde está
<p>P6. Em que medida é o Toolkit um instrumento promotor dos valores da ONGDM a que pertence?</p>	<p>Não sei o que responder. Mas só pelo facto de se encontrar no próprio site da PpDM faz a ligação direta com as suas mensagens, os seus valores.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ligação direta com as mensagens e valores da PpDM
<p>P6.1. Considera que há uma representação explícita dos valores feministas, da igualdade e do <i>mainstreaming</i> de género?</p>	<p>Sim.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Representa os valores feministas
<p>P7. De que forma pode o Toolkit ser um instrumento facilitador de atividades ou ações promovidas pela ONGDM de que faz parte?</p>	<p>Está ligado ao vídeo do Youtube que lá está, um vídeo que mostra como o podemos utilizar.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Demonstração de utilização no vídeo
<p>P8. De que forma acha que o Toolkit pode ou não contribuir para o seu desenvolvimento pessoal e da ONGDM de que faz parte?</p>	<p>Se eu trabalhar mais tarde nesta área definitivamente posso utilizá-lo em qualquer momento. Também poderá ajudar muito se tiver algumas ideias posso sempre voltar e consultar.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho futuro na área • Regressar e consultar
<p>P9. Numa perspetiva de <i>empowerment</i> psicológico, de que forma é que a disponibilização deste Toolkit incentiva ou não o ativismo quer a nível pessoal quer no contexto organizacional em que se insere?</p>	<p>Sim incentiva mas quando visitam o Toolkit já têm o intuito por detrás. Ou pode acontecer serem incentivadas pelo site da PpDM e aí sim irão talvez ao Toolkit e quem sabe realizar ações ativistas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Incentiva <p><u>Condicionante:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Intuito prévio

<p>P10. De acordo com a sua experiência pessoal, quão importante é o papel das diferentes ONGDM num contexto local, regional e nacional?</p>	<p>É um papel muito importante. Antes de eu vir para cá eu não sabia muito sobre tudo isto mas agora eu vejo que é muito importante e realmente necessário. E uma pessoa pode realmente fazer a diferença e as pessoas podem sensibilizar e consciencializar para estas questões.</p>	<p><u>Papel das ONGDM:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Papel muito importante <ul style="list-style-type: none"> ➢ Aprendizagem pessoal ➢ Fazer a diferença ➢ Sensibilizar e consciencializar
<p>P10.1. Desta forma de que maneira pode este Toolkit ser útil para a sua organização e para o desempenho deste papel?</p>	<p>Se as pessoas tiverem ideias para fazerem campanhas ou algum projeto podem procurar e investigar e fazer um brainstorming por exemplo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade para procurar <ul style="list-style-type: none"> ➢ Brainstorming
<p>P11. Quais os pontos fortes do Toolkit de Ativismo Feminista existente?</p>	<p>É um projeto da PpDM e estando sob a alçada da PpDM está sob o efeito da experiência nacional e internacional da PpDM, que já tem 10 anos. A PpDM também é composta por inúmeras organizações por isso pode recolher o que de melhor se faz em cada uma delas.</p>	<p><u>Pontos fortes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Experiência nacional e internacional da PpDM • Recolha interna <ul style="list-style-type: none"> ➢ Diferentes orgs.
<p>P12. Com que tipo de problemas se depara ou pensa que se pode deparar quando utiliza(r) o Toolkit de Ativismo Feminista?</p>	<p>Está no site da PpDM, poderia ter mais exemplos e ninguém o pode comentar.</p>	<p><u>Pontos fracos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Localização • Poucos exemplos • Feedback inexistente
<p>P13. Acha o acesso e a utilização do Toolkit fácil ou difícil? Porquê?</p>	<p>Não é fácil, se fores ao site da PpDM e partires daí é fácil por si só, mas não ser o seu próprio website é um problema.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso difícil <ul style="list-style-type: none"> ➢ Fácil se existir conhecimento prévio da PpDM ➢ Melhor com site próprio
<p>P13.1. Tem acesso fácil a computadores e/ou à Internet?</p>	<p>Sim.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sim
<p>P13.2. Percebe facilmente todos os termos e conceitos</p>	<p>Não por causa da linguagem pois o português não é a minha língua materna. Também deveria ser em inglês porque a PpDM é internacional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Não (língua não materna)

utilizados no Toolkit?		<u>Sugestão:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Inglês
P14. Na sua opinião, que componentes deveriam ser alterados no Toolkit existente, com vista a melhorá-lo?	<p>Deveria estar também em inglês e/ou outras línguas se possível. Deveria ter o seu próprio website mas conectá-lo sempre ao site da PpDM. Deve ter mais exemplos. Deveria existir algum tipo de feedback: opinião de pessoas/comentários ou uma avaliação do Toolkit por parte dos utilizadores. Deveria ter mais vídeos (...) e deveria ter mais esquemas.”</p>	<u>Alterações:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Inglês e/ou outras línguas • Website próprio <ul style="list-style-type: none"> ➢ Sempre ligado ao site da PpDM • Mais exemplos • Feedback <ul style="list-style-type: none"> ➢ Comentários ➢ Avaliação • Mais vídeos • Mais esquemas
P15. Que outras fontes podem ser incluídas na parte do conhecimento sobre o ativismo feminista?	<p>Não sei.</p>	-
P16. Que outras estratégias poderiam ser integradas no Toolkit?	<p>O aperceber-se das suas ideias.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aperceber-se das ideias
P17. Seja em ações em ONGDM ou noutros contextos a que ferramentas (sejam informáticas ou não) recorre frequentemente?	<p>Gosto muito do canva e de powerpoint. Utilizo o Illustrator para fazer logotipos. Photoshop também.</p>	<u>Ferramentas utilizadas:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Canva • Powerpoint • Illustrator <ul style="list-style-type: none"> ➢ Logotipos • Photoshop

<p>P18. Lembra-se de exemplos de ações prévias que por algum motivo a marcaram e que poderiam ser dados como exemplos?</p>	<p>A quantidade de pessoas que se conseguem juntar em seminários ou marchas. A marcha sobre as alterações climáticas surpreendeu-me pela relação com as mulheres. (...)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Seminários e marchas <ul style="list-style-type: none"> ➢ Eventos numerosos • Marcha sobre alterações climáticas <ul style="list-style-type: none"> ➢ GED
---	---	--

2.3. Entrevistada C4

Questões	Excerto da Resposta	Análise
<p>P1. Conhece o Toolkit de Ativismo Feminista da PpDM?</p>	<p>Sim</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sim
<p>P1.1. (Caso não tenha conhecimento dos conteúdos do Toolkit) o que deveria ter um Toolkit que promova o ativismo feminista?</p>	<p>-</p>	<p>-</p>
<p>P2: De uma forma geral o que acha do Toolkit de Ativismo Feminista?</p>	<p>Acho que o Toolkit é uma ferramenta de natureza prática dirigida a um grupo específico de organizações com intervenção na área dos direitos humanos das mulheres, promoção da igualdade entre mulheres e homens e portanto visa facilitar a ação em termos de intervenção para a mudança.</p>	<p><u>Aspetos positivos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Natureza prática • Facilitar a ação <ul style="list-style-type: none"> ➢ Intervenção para a mudança
<p>P3. Como tomou conhecimento deste instrumento?</p>	<p>PpDM (interno)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • PpDM
<p>P4. Se uma oportunidade adequada ocorresse utilizaria este Toolkit?</p>	<p>Utilizo porque ele chama a atenção para uma série de ferramentas online open source que para as ONGs são muito úteis porque de facto não implicam os custos de ter software proprietário e portanto isso é uma mais valia por um lado. Por outro lado também porque de facto a natureza das</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização prévia <ul style="list-style-type: none"> ➢ Ferramentas livres e gratuitas ➢ Diferentes tipos de ações

	ferramentas permite diferentes tipos de ações para campanhas e para mim foi muito bom saber que algumas delas existiam porque as desconhecia.	e campanhas <ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento de certos conteúdos
P5. Acha que outras ONGDM irão utilizar o Toolkit?	Acho que sim se souberem que ele existe. (...) as pessoas depois no seu dia-a-dia nos diferentes projetos por vezes precisam de facto de desenvolver ferramentas, instrumentos e se souberem que isto existe pode ser bastante útil.	<ul style="list-style-type: none"> • Sim <ul style="list-style-type: none"> ➢ Desenvolver ferramentas e instrumentos <u>Variantes para utilização:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Não saber da existência
P6. Em que medida é o Toolkit um instrumento promotor dos valores da ONGDM a que pertence?	(...) procura facilitar a ação na área específica dos direitos humanos das mulheres. (...) o Toolkit vem facilitar o acesso a ferramentas sem custos e faz a ligação com exemplos de intervenções específicas nesta área portanto nesse sentido eu penso que ele está pensado para a intervenção nesta área não obstante outras organizações de outras áreas poderem utilizar a informação lá está mas eu penso que ele está de facto estruturado a pensar nas organizações desta área.	<ul style="list-style-type: none"> • Facilitação de ações no âmbito dos direitos das mulheres • Exemplos nesta área
P6.1. Considera que há uma representação explícita dos valores feministas, da igualdade e do <i>mainstreaming</i> de género?	(...) o acesso facilitado à informação e à capacidade de intervenção nomeadamente esta última dimensão portanto dar a voz às pessoas que querem intervir neste caso as mulheres e as raparigas faz parte dos valores feministas e o Toolkit é isso mesmo. Por outro lado acho também que o Toolkit pela natureza das ferramentas que apresenta muito web-based, ele está bastante apelativo para as ativistas mais jovens(...) penso que existe de recrudescimento do feminismo e que vem muito das pessoas mais jovens, das raparigas mais jovens portanto acho que sim.	<ul style="list-style-type: none"> • Representa os valores feministas <ul style="list-style-type: none"> ➢ Acesso à informação ➢ Capacidade de intervenção ➢ Apelo ao ativismo feminista (jovem)
P7. De que forma pode o Toolkit ser um instrumento facilitador de atividades ou ações promovidas pela ONGDM de que faz parte?	(...) não temos acesso fácil a instrumentos que impliquem custos para campanhas online e (...) como a Plataforma tem uma intervenção muito focada no que vai acontecendo de acompanhamento e monitorização e de ação (...) para podermos fazer algum tipo de pressão ou influência temos de dar resposta rápida, e o facto de saber que existem estes instrumentos ajuda-nos a poder intervir.	<ul style="list-style-type: none"> • Instrumentos gratuitos <ul style="list-style-type: none"> ➢ Limitações das ONGDM • Disponibilidade imediata

<p>P8. De que forma acha que o Toolkit pode ou não contribuir para o seu desenvolvimento pessoal e da ONGDM de que faz parte?</p>	<p>Em termos de desenvolvimento pessoal (...) se as pessoas vão começar a usar aqueles instrumentos e até nem os conheciam há aqui um processo de aprendizagem e é uma aprendizagem “fazendo” o que (...) não é algo formal que se aprende, é algo que se utiliza e portanto aprende-se fazendo. E na minha perspetiva isso é interessante em termos de experimentação, de aquisição de novas competências, de novos conhecimentos. (...)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aprendizagem (prática) <ul style="list-style-type: none"> ➢ Experimentação ➢ Novas competências ➢ Novos conhecimentos
<p>P9. Numa perspetiva de <i>empowerment</i> psicológico, de que forma é que a disponibilização deste Toolkit incentiva ou não o ativismo quer a nível pessoal quer no contexto organizacional em que se insere?</p>	<p>(...) saber que há aqui algo que podemos utilizar é uma forma de empoderamento. (...) muitas vezes as ideias vêm por via das reflexões que vamos tendo e diferentes pessoas trazem diferentes ideias até porque podem desenvolvê-las assim mais facilmente. (...) É a capacidade de poder utilizar algumas daquelas ferramentas online sem custos, que são open-source naturalmente que isso empodera uma organização</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pronto a recorrer • Reflexão individual -> reflexão conjunta • Ferramentas livres e gratuitas <ul style="list-style-type: none"> ➢ Capacitação pessoal e organizacional
<p>P10. De acordo com a sua experiência pessoal, quão importante é o papel das diferentes ONGDM num contexto local, regional e nacional?</p>	<p>As organizações de direitos das mulheres trazem a perspetiva específica daquilo que são as preocupações, os interesses, as capacidades das raparigas e das mulheres, de todas as idades, para a sociedade (...) a nível local, regional, nacional, internacional, etc., porque (...) todos os indicadores mostram de facto uma desigualdade estrutural entre mulheres e homens. (...) e portanto estas organizações o que fazem é dizer “Atenção!” (...) e trazem este olhar específico de género sobre a sociedade, contribuindo assim para uma chamada de atenção, para tentar influenciar a mudança. (...)</p> <p>Ao fim ao cabo fazem aquilo que deveria ser feito por quem tem responsabilidades públicas e políticas, que é o mainstreaming da igualdade de género, mas que sabemos que não é feito na grande maioria dos casos, seja a que nível for, e portanto estas organizações chamam a atenção, alertam, dão evidências, sugerem diferenças e tentam influenciar a vários níveis (...)</p>	<p><u>Papel das ONGDM:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Perspetiva específica de género <ul style="list-style-type: none"> ➢ Chamar a atenção ➢ Alertar ➢ Demonstrar a realidade ➢ Sugerir alterações ➢ Influenciar a mudança
<p>P10.1. Desta forma de que maneira pode este Toolkit</p>	<p>Desenvolvendo campanhas específicas. Nós partimos muito da análise do que está a acontecer, depois definimos mensagens-chave e depois</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver campanhas <ul style="list-style-type: none"> ➢ Vídeos

<p>ser útil para a sua organização e para o desempenho deste papel?</p>	<p>desenvolvemos os instrumentos para transmitir essas mensagens-chave. Este Toolkit ajuda-nos no desenvolvimento dos instrumentos, sejam vídeos, seja via <i>online</i>, seja fazendo redes, inclusive, de pressão online.</p> <p>(...) a lei em França mudou agora em abril e adotaram o chamado modelo nórdico e que antes da mudança da lei nós fizemos várias campanhas de pressão, várias ativistas em vários países da União Europeia em simultâneo fizeram várias campanhas e pusemo-las online e portanto era via Twitter, via Facebook, nos diferentes sites das diferentes organizações, etc. (...)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Online ➤ Redes de pressão <p>[exemplo de campanha]</p>
<p>P11. Quais os pontos fortes do Toolkit de Ativismo Feminista existente?</p>	<p>Pessoalmente para mim os pontos fortes são de facto as ferramentas porque acho muito interessante todas estas ferramentas online open-source que permitem a autonomia e o empoderamento para a ação. As estratégias também são úteis, mas a estratégia é uma fase prévia que tem a ver com a definição do objetivo que se pretende alcançar, como, com quem e de que modo e isto também me parece interessante, (...) mas os exemplos também são muito úteis principalmente para quem não esteja envolvido regularmente nestes meios mas que queira de facto fazer algo. (...)</p>	<p><u>Pontos fortes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Ferramentas open-source <ul style="list-style-type: none"> ➤ Autonomia e empoderamento • Estratégias <ul style="list-style-type: none"> ➤ Bom para definir objetivos • Exemplos <ul style="list-style-type: none"> ➤ Bons para quem não tem experiência
<p>P12. Com que tipo de problemas se depara ou pensa que se pode deparar quando utiliza(r) o Toolkit de Ativismo Feminista?</p>	<p>(...) tento sempre retirar aquilo que é positivo (...)</p> <p>(...) eu gostaria de ver um exemplo específico de uma ação de lobbying de A a Z, ou seja, partindo de exemplos concretos, de coisas que nós fizemos cá em Portugal, o diagnóstico do problema, depois a estratégia, com o quê, com quem, como, quando, etc., as ferramentas que utilizámos e os resultados. Gostava de ver assim um ciclo da campanha toda, partindo de algo concreto, porque (...) envolve sempre muitas pessoas, muitas organizações e isso aproxima ainda mais a questão dos afetos na aprendizagem (...) e isto aproxima ainda mais na utilização de um instrumento como o Toolkit de Ativismo Feminista. Gostava de ver as</p>	<p><u>Sugestão:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Ação do principio ao fim <ul style="list-style-type: none"> ➤ diagnóstico do problema ➤ estratégia ➤ com o quê ➤ com quem ➤ como ➤ quando • Ver e ouvir as mulheres no Toolkit (relatos)

	vozes das mulheres, mulheres a falar.	
P13. Acha o acesso e a utilização do Toolkit fácil ou difícil? Porquê?	Acho muito fácil. Alias quando se entra no site da plataforma vê-se logo. Acho que está evidente, esta muito claro em termos de site e a navegação é muito simples porque em baixo temos sempre o “seguinte” e se formos clicando sempre no “seguinte” vemos o Toolkit todo. Claro que também há esta opção lateral, mas depende como as pessoas leem a informação. Eu como leio assim prefiro o seguinte, seguinte, seguinte...	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso fácil • Navegação simples <ul style="list-style-type: none"> ➤ Opção “seguinte, seguinte, seguinte...” ➤ Barra lateral
P13.1. Tem acesso fácil a computadores e/ou à Internet?	Sim	<ul style="list-style-type: none"> • Sim
P13.2. Percebe facilmente todos os termos e conceitos utilizados no Toolkit?	Sim	<ul style="list-style-type: none"> • Sim
P14. Na sua opinião, que componentes deveriam ser alterados no Toolkit existente, com vista a melhorá-lo?	(...) no futuro, não muito longínquo, terá que ter algumas ligações mais diretas ao Centro de Recursos Maria Alzira Lemos online que tem uma série de informação, que vai sendo acrescentada ao longo do tempo (...) e que tem coisas muito concretas relacionadas com as ONGs desta área, com projetos feitos, etc., e portanto acho depois que a ligação vai resultar bem e em termos de site lá está, as ligações entre varias áreas do site são importantes e o Toolkit a fim ao cabo vem alavancar tudo o que se faz na área, como ferramenta para ação não se parte do zero e portanto vem permitir nova ação também sabendo aquilo que foram outras ações e que podem inspirar, nalguns casos são transferíveis noutros não, depende das situações e dos interesses das pessoas	<u>Alterações:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Ligações ao CRC Maria Alzira Lemos
P15. Que outras fontes podem ser incluídas na parte do conhecimento sobre o ativismo feminista?	(...) neste momento se calhar a Fundação das Mulheres para o Euro-Mediterrâneo faria sentido aqui nas referências pelo contexto geopolítico, pelo contexto dos problemas que estão a acontecer neste momento com a chamada crise das pessoas refugiadas, mas para nós particularmente mulheres e raparigas, com as questões das migrações, etc. (...) Até porque depois ela própria é uma plataforma de acesso a organizações, a entidades públicas, a centros de investigação, etc., todas a trabalharem na área dos	<ul style="list-style-type: none"> • Fundação das Mulheres para o Euro-Mediterrâneo <ul style="list-style-type: none"> ➤ Contexto geopolítico

	direitos humanos das mulheres.	
P16. Que outras estratégias poderiam ser integradas no Toolkit?	As estratégias estão muito focadas na ação, ou melhor está muito focado na operacionalização da ação, falta a parte a montante, que é a identificação do problema e a identificação do problema numa perspetiva feminista, o diagnóstico, isso falta. (...)	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação do problema numa perspetiva feminista <ul style="list-style-type: none"> ➤ Diagnóstico
P17. Seja em ações em ONGDM ou noutros contextos a que ferramentas (sejam informáticas ou não) recorre frequentemente?	(...) ao nível das ferramentas de segurança não sei se há referências a Creative Commons, (...) mas é algo importante para as próprias ONGs saberem que ao dizerem que têm isto no site estão a passar uma mensagem e é uma mensagem colaborativa, quando é Creative	<u>Ferramentas mencionadas:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Creative Commons <ul style="list-style-type: none"> ➤ Mensagem colaborativa
P18. Lembra-se de exemplos de ações prévias que por algum motivo a marcaram e que poderiam ser dados como exemplos?	(...) a March in March, ou seja marcha em março que foi no ano passado, no ano do Pequim +20, foi nas Nações Unidas em Nova Iorque em que estavam centenas... milhares de pessoas nas ruas de Nova Iorque a marchar pelos direitos das mulheres. Marcou-me porque éramos de todo o mundo, as mais diferentes mulheres que tu possas imaginar, de diferentes culturas, de diferentes idades, todas em unísono por algo que é maior do que fronteiras, do que tudo o resto, que é a nossa condição enquanto mulher.	<ul style="list-style-type: none"> • March in March <ul style="list-style-type: none"> ➤ Milhares de pessoas ➤ Diferentes culturas ➤ Diferentes idades

2.4. Entrevistada C5

Questões	Excerto da Resposta	Análise
P1. Conhece o Toolkit de Ativismo Feminista da PpDM?	Sim.	<ul style="list-style-type: none"> • Sim
P1.1. (Caso não tenha	-	-

conhecimento dos conteúdos do Toolkit) o que deveria ter um Toolkit que promova o ativismo feminista?		
P2: De uma forma geral o que acha do Toolkit de Ativismo Feminista?	É um site muito interessante com boas ideias porque ainda não há nada deste género, pelo menos que eu tenha encontrado.	<u>Aspetos positivos:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Site interessante • Boas ideias • Diferente do habitual
P3. Como tomou conhecimento deste instrumento?	Através de uma amiga ligada à PpDM.	<ul style="list-style-type: none"> • Conexões diretas
P4. Se uma oportunidade adequada ocorresse utilizaria este Toolkit?	Acho que sim, depende muito do que estiver à procura ou a tentar fazer. Se bem que por exemplo, no caso das ferramentas há coisas que me parecem muito úteis para diferentes aspetos da minha vida.	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização dentro e fora das ONGDMs
P5. Acha que outras ONGDM irão utilizar o Toolkit?	Talvez. Vai depender muito se souberem que ele está disponível e as coisas que tem para oferecer. E claro também depende daquilo as organizações procurarem.	<ul style="list-style-type: none"> • Talvez <u>Variantes para utilização:</u> <ul style="list-style-type: none"> • É necessário saber da sua existência • O que contem • O que as orgs. procurarem
P6. Em que medida é o Toolkit um instrumento promotor dos valores da ONGDM a que pertence?	Mais que tudo promove a igualdade entre mulheres e homens e é como que um incentivo para as pessoas agirem contra as discriminações no dia-a-dia.	<ul style="list-style-type: none"> • Promove igualdade entre mulheres e homens • Incentivo à ação contra as discriminações
P6.1. Considera que há uma representação explícita dos valores feministas, da igualdade e do <i>mainstreaming</i> de género?	Eu acho que sim. Não sei se podemos dizer que é algo explícito no sentido de dizer todos os conceitos ligados aos direitos das mulheres mas o Toolkit não tem que o fazer, pelo menos acho que não era o objetivo dele. Os valores feministas estão imperativamente ligados ao Toolkit.	<ul style="list-style-type: none"> • Há representação dos valores feministas

<p>P7. De que forma pode o Toolkit ser um instrumento facilitador de atividades ou ações promovidas pela ONGDM de que faz parte?</p>	<p>Eu acho que o Toolkit foi feito mesmo com esse objetivo de ajudar, seja através de ideias ou de ferramentas que podemos utilizar quando tivermos algum evento para divulgar, ou como podemos atrair mais pessoas para a organização, ou chamar a atenção para a nossa causa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar eventos: <ul style="list-style-type: none"> ➢ Ideias ➢ Ferramentas • Atrair mais pessoas • Chamar atenção para a causa
<p>P8. De que forma acha que o Toolkit pode ou não contribuir para o seu desenvolvimento pessoal e da ONGDM de que faz parte?</p>	<p>Qualquer instrumento, manual ou tipo de informação ou conhecimento que se transmita leva ao desenvolvimento de alguém. Neste caso o Toolkit ao dar-me a conhecer ferramentas que nunca tinha utilizado, ou exemplos de ações de outras organizações que pode dar ideias para novas ações de ativismo.</p>	<p><u>Desenvolvimento Pessoal:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partilha de conhecimento <ul style="list-style-type: none"> ➢ Novas ferramentas ➢ Exemplos de ações • Novas ações ativistas
<p>P9. Numa perspetiva de <i>empowerment</i> psicológico, de que forma é que a disponibilização deste Toolkit incentiva ou não o ativismo quer a nível pessoal quer no contexto organizacional em que se insere?</p>	<p>Simplesmente por existir algo assim qualquer pessoa pode abrir o Toolkit e pensar que não é assim tão difícil de fazer algo que crie mudanças (...) O próprio Toolkit incentiva várias vezes a ação e se alguém se sentir capacitado através das coisas que o Toolkit fornece significa que há um empoderamento individual pois a existência do Toolkit permitiu que essa mulher ou homem pensasse numa situação que quisesse que fosse diferente, pensou no que poderia fazer para a alterar, inspirou-se nos exemplos que encontrou no Toolkit, e com a ajuda de algumas ferramentas realizou alguma ação ativista. (...) num contexto organizacional esta ação multiplica-se pois a capacitação individual conjugada com o trabalho em rede consegue alcançar maiores feitos e melhores resultados.</p>	<p><u>Nível pessoal:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Incentiva a mudança • Fácil de utilizar <p><u>Nível organizacional:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação individual + trabalho em rede = Maior <i>Empowerment</i>
<p>P10. De acordo com a sua experiência pessoal, quão importante é o papel das diferentes ONGDM num contexto local, regional e nacional?</p>	<p>O papel das ONGDM em qualquer que seja a dimensão espacial onde atuem num determinado momento é fundamental porque se o fazem é para colmatar uma falha ou para denunciarem situações de desigualdade que ocorram. Por vezes as decisões tomadas em órgãos de decisão mais elevados têm consequências muito profundas por exemplo a nível local, e muitas destas vezes, estas foram tomadas sem um conhecimento profundo dos problemas que podem vir a causar. Outras vezes é o trabalho desenvolvido pelas ONGDM que permitem dar conhecimento aos próprios</p>	<p><u>Papel das ONGDM:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Fundamental <ul style="list-style-type: none"> ➢ Colmatar falhas ➢ Denunciar ➢ Dar conhecimento ➢ Chamar a atenção

	decisores do que são realmente as necessidades bem como o chamar a atenção para importância de políticas que visem a igualdade de género.	
P10.1. Desta forma de que maneira pode este Toolkit ser útil para a sua organização e para o desempenho deste papel?	Tal como já tinha dito o Toolkit pode ajudar as organizações a criarem materiais informativos através de algumas das ferramentas ou através de algumas das fontes de informação que estão disponíveis. Pode também incentivar organizações a utilizarem, por exemplo, as redes sociais como força de pressão e divulgação da sua mensagem.	<u>Utilidade organizacional:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Materiais informativos • Incentivar as redes sociais <ul style="list-style-type: none"> ➤ Força de pressão ➤ Divulgar mensagem
P11. Quais os pontos fortes do Toolkit de Ativismo Feminista existente?	O Toolkit dá um tipo de conhecimento diferente do que vemos normalmente nos sites das organizações. (...) Pessoalmente, como passo uma grande parte do dia ligada a tecnologias, gosto particularmente das ferramentas apresentadas porque são gratuitas e têm uma boa diversidade.	<u>Pontos fortes:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento diferente do habitual • Ferramentas <ul style="list-style-type: none"> ➤ Gratuitas ➤ Diversas
P12. Com que tipo de problemas se depara ou pensa que se pode deparar quando utiliza(r) o Toolkit de Ativismo Feminista?	Não sei se o utilizarei de uma ponta a outra como se fosse um percurso a percorrer, acho que isso não é possível (...) e os exemplos parecem-me muito poucos.	<u>Pontos fracos:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Sem linha contínua • Poucos exemplos
P13. Acha o acesso e a utilização do Toolkit fácil ou difícil? Porquê?	Acho que é fácil. Não é muito difícil de perceber.	<ul style="list-style-type: none"> • Sim
P13.1. Tem acesso fácil a computadores e/ou à Internet?	Sim	<ul style="list-style-type: none"> • Sim
P13.2. Percebe facilmente todos os termos e conceitos utilizados no Toolkit?	Sim	<ul style="list-style-type: none"> • Sim

<p>P14. Na sua opinião, que componentes deveriam ser alterados no Toolkit existente, com vista a melhorá-lo?</p>	<p>Acrescentar mais exemplos e coisas mais interativas que permitam ver como certas ferramentas foram utilizadas ou como foram resolvidos problemas que algumas organizações encontraram. (...) Se calhar poderia haver uma search bar dentro do Toolkit para procurar por palavras específicas.</p>	<p><u>Alterações:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Mais exemplos • Mais interativo • Mais ligações entre “partes” • Search bar
<p>P15. Que outras fontes podem ser incluídas na parte do conhecimento sobre o ativismo feminista?</p>	<p>Não sei se existe algum sítio, mas se calhar algo que tivesse por exemplo trabalhos académicos ou “grandes obras” sobre questões ligadas ao feminismo.</p>	<p><u>Fontes sugeridas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalhos académicos • Livros sobre as questões
<p>P16. Que outras estratégias poderiam ser integradas no Toolkit?</p>	<p>Não me ocorre nada agora.</p>	<p>-</p>
<p>P17. Seja em ações em ONGDM ou noutros contextos a que ferramentas (sejam informáticas ou não) recorre frequentemente?</p>	<p>Não sei bem o que responder. No dia-a-dia utilizo muito o outlook e o gmail, as redes sociais e o youtube.</p>	<p><u>Ferramentas utilizadas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Outlook • Gmail • Redes sociais • Youtube
<p>P18. Lembra-se de exemplos de ações prévias que por algum motivo a marcaram e que poderiam ser dados como exemplos?</p>	<p>Não sei, talvez marchas mas nenhuma em particular.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Marchas

ANEXO D. Análise Horizontal das Entrevistas

D1. Membros de ONGDM (C2,C3,C4,C5) e Criadora Toolkit (C1)

GUIÃO B2	Entrevistada C2	Entrevistada C3	Entrevistada C4	Entrevistada C5	Entrevistada C1	GUIÃO B1
					[Perguntas e/ou indicadores comuns]	
P1. Conhece o Toolkit de Ativismo Feminista da PpDM?	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	-	
P2: De uma forma geral o que acha do Toolkit de Ativismo Feminista?	<u>Aspetos positivos:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Bom instrumento • Útil <ul style="list-style-type: none"> ➢ Trabalho ➢ Conhecer o feminismo • Destaque ferramenta Canva 	<u>Aspetos positivos:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Muito informativo <u>Aspetos negativos:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Difícil de encontrar 	<u>Aspetos positivos:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Natureza prática • Facilitar a ação <ul style="list-style-type: none"> ➢ Intervenção para a mudança 	<u>Aspetos positivos:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Site interessante • Boas ideias • Diferente do habitual 	-	
P3. Como tomou conhecimento deste instrumento?	<ul style="list-style-type: none"> • PpDM 	<ul style="list-style-type: none"> • PpDM 	<ul style="list-style-type: none"> • PpDM 	<ul style="list-style-type: none"> • Conexões diretas 	-	
P4. Se uma oportunidade adequada ocorresse	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização prévia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta prévia • Utilização futura 	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização prévia <ul style="list-style-type: none"> ➢ Ferramentas livres e gratuitas ➢ Diferentes tipos 	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização dentro e fora das ONGDMs 	-	

utilizaria este Toolkit?			de ações e campanhas • Desconhecimento de certos conteúdos			
P5. Acha que outras ONGDM irão utilizar o Toolkit?	<ul style="list-style-type: none"> • Sim <u>Variantes para utilização:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Útil para organizações • Linguagem simples • Fonte de ideias 	<ul style="list-style-type: none"> • Sim <u>Variantes para utilização:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Não saber da existência • Não saber onde está 	<ul style="list-style-type: none"> • Sim <ul style="list-style-type: none"> ➢ Desenvolver ferramentas e instrumentos <u>Variantes para utilização:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Não saber da existência 	<ul style="list-style-type: none"> • Talvez <u>Variantes para utilização:</u> <ul style="list-style-type: none"> • É necessário saber da sua existência • O que contem • O que as orgs. procurarem 	<u>Variantes para utilização:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Fraca divulgação • Atualização necessária • Direcionado para uma ação individual -> coletiva 	P14.
P6. Em que medida é o Toolkit um instrumento promotor dos valores da ONGDM a que pertence?	<ul style="list-style-type: none"> • Incentiva a ação e a mudança • Dá opções • Informa sobre os direitos das mulheres 	<ul style="list-style-type: none"> • Ligação direta com as mensagens e valores da PpDM 	<ul style="list-style-type: none"> • Facilitação de ações no âmbito dos direitos das mulheres • Exemplos nesta área 	<ul style="list-style-type: none"> • Promove igualdade entre mulheres e homens • Incentivo à ação contra as discriminações 	<ul style="list-style-type: none"> • Informação acessível e perceptível • Promoção dos direitos humanos das mulheres a uma maior escala 	P7.
P6.1. Considera que há uma representação explícita dos valores feministas, da igualdade e do <i>mainstreaming</i> de género?	<ul style="list-style-type: none"> • Representa os valores feministas 	<ul style="list-style-type: none"> • Representa os valores feministas 	<ul style="list-style-type: none"> • Representa os valores feministas <ul style="list-style-type: none"> ➢ Acesso à informação ➢ Capacidade de intervenção ➢ Apelo ao ativismo feminista (jovem) 	<ul style="list-style-type: none"> • Há representação dos valores feministas 	<ul style="list-style-type: none"> • Ferramenta para que jovens se envolvam nos feminismos • Afastamento conceptual • Mainstreaming como técnica, não objetivo 	P7.1.

<p>P7. De que forma pode o Toolkit ser um instrumento facilitador de atividades ou ações promovidas pela ONGDM de que faz parte?</p>	<p>-</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Demonstração de utilização no vídeo 	<ul style="list-style-type: none"> • Instrumentos gratuitos <ul style="list-style-type: none"> ➢ Limitações das ONGDM • Disponibilidade imediata 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar eventos: <ul style="list-style-type: none"> ➢ Ideias ➢ Ferramentas • Atrair mais pessoas • Chamar atenção para a causa 	<ul style="list-style-type: none"> • Dá ideias • Implica ação individual 	<p>P13.</p>
<p>P8. De que forma acha que o Toolkit pode ou não contribuir para o seu desenvolvimento pessoal e da ONGDM de que faz parte?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Mais conhecimento • Reflexão pessoal 	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho futuro na área • Regressar e consultar 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprendizagem (prática) <ul style="list-style-type: none"> ➢ Experimentação ➢ Novas competências ➢ Novos conhecimentos 	<p><u>Desenvolvimento Pessoal:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partilha de conhecimento <ul style="list-style-type: none"> ➢ Novas ferramentas ➢ Exemplos de ações • Novas ações ativistas 	<p><u>Desenvolvimento Organizacional:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização = cooperação • Transformação contínua e não isolada 	<p>P10.</p>
<p>P9. Numa perspetiva de <i>empowerment</i> psicológico, de que forma é que a disponibilização deste Toolkit incentiva ou não o ativismo quer</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fácil de conhecer • Fácil de entender • Incentivo <ul style="list-style-type: none"> ➢ Mudança através de pequenas coisas 	<ul style="list-style-type: none"> • Incentiva <p><u>Condicionante:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Intuito prévio 	<ul style="list-style-type: none"> • Pronto a recorrer • Reflexão individual -> reflexão conjunta • Ferramentas livres e gratuitas <ul style="list-style-type: none"> ➢ Capacitação pessoal e organizacional 	<p><u>Nível pessoal:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Incentiva a mudança • Fácil de utilizar <p><u>Nível organizacional:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação individual + trabalho em rede = Maior 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação <ul style="list-style-type: none"> ➢ Novas organizações ➢ Ação diferente • Ferramenta de empowerment individual (construção do Toolkit) 	<p>P9.</p>

a nível pessoal quer no contexto organizacional em que se insere?				<i>Empowerment</i>		
P10. De acordo com a sua experiência pessoal, quão importante é o papel das ONGDM num contexto local, regional e nacional?	<u>Papel das ONGDM:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Papel importante <ul style="list-style-type: none"> ➢ Falta de reconhecimento ➢ Diferentes oportunidades ➢ Diferentes mentalidades 	<u>Papel das ONGDM:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Papel muito importante <ul style="list-style-type: none"> ➢ Aprendizagem pessoal ➢ Fazer a diferença ➢ Sensibilizar e consciencializar 	<u>Papel das ONGDM:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Perspetiva específica de género <ul style="list-style-type: none"> ➢ Chamar a atenção ➢ Alertar ➢ Demonstrar a realidade ➢ Sugerir alterações ➢ Influenciar a mudança 	<u>Papel das ONGDM:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Fundamental <ul style="list-style-type: none"> ➢ Colmatar falhas ➢ Denunciar ➢ Dar conhecimento ➢ Chamar a atenção 	<u>Papel das ONGDM:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Papel muito importante <ul style="list-style-type: none"> ➢ Substituição do Estado 	P15.
P10.1. Desta forma de que maneira pode este Toolkit ser útil para a sua organização e para o desempenho deste papel?	<ul style="list-style-type: none"> • Partilha e “expansão” de conhecimento • Tem de existir reconhecimento prévio das diferenças 	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade para procurar <ul style="list-style-type: none"> ➢ Brainstorming 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver campanhas <ul style="list-style-type: none"> ➢ Vídeos ➢ Online ➢ Redes de pressão <p>[exemplo de campanha]</p>	<u>Utilidade organizacional:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Materiais informativos • Incentivar as redes sociais <ul style="list-style-type: none"> ➢ Força de pressão ➢ Divulgar mensagem 		
P11. Quais os pontos fortes do Toolkit de Ativismo Feminista	<u>Pontos fortes:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Ferramentas • Vídeo <ul style="list-style-type: none"> ➢ Exemplo prático ➢ Tipo de ação 	<u>Pontos fortes:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Experiência nacional e internacional da PpDM 	<u>Pontos fortes:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Ferramentas open-source <ul style="list-style-type: none"> ➢ Autonomia e empoderamento 	<u>Pontos fortes:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento diferente do habitual • Ferramentas <ul style="list-style-type: none"> ➢ Gratuitas 		

existente?	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Consequência da ação ou inércia • Ligações a outros websites 	<ul style="list-style-type: none"> • Recolha interna ➢ Diferentes orgs. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégias ➢ Bom para definir objetivos • Exemplos ➢ Bons para quem não tem experiência 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Diversas 		
P12. Com que tipo de problemas se depara ou pensa que se pode deparar quando utiliza(r) o Toolkit de Ativismo Feminista?	<u>Pontos fracos:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Poucos exemplos 	<u>Pontos fracos:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Localização • Poucos exemplos • Feedback inexistente 	<u>Sugestão:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Ação do principio ao fim <ul style="list-style-type: none"> ➢ diagnóstico do problema ➢ estratégia ➢ com o quê ➢ com quem ➢ como ➢ quando • Ver e ouvir as mulheres no Toolkit (relatos) 	<u>Pontos fracos:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Sem linha contínua • Poucos exemplos 		
P13. Acha o acesso e a utilização do Toolkit fácil ou difícil? Porquê?	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização fácil • Melhor com site próprio 	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso difícil ➢ Fácil se existir conhecimento prévio da PpDM ➢ Melhor com site próprio 	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso fácil • Navegação simples <ul style="list-style-type: none"> ➢ Opção “seguinte, seguinte, seguinte...” ➢ Barra lateral 	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 		
P13.1. Tem acesso fácil a computadores e/ou à Internet?	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 		

<p>P13.2. Percebe facilmente todos os termos e conceitos utilizados no Toolkit?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sim • Linguagem simples 	<ul style="list-style-type: none"> • Não (língua não materna) <p><u>Sugestão:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Inglês 	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Nome “chocante” • Sem conceitos e ferramentas teóricas • Sem terminologia técnica <ul style="list-style-type: none"> ➢ Glossário simplista no site da PpDM 	<p>P12.</p>
<p>P14. Na sua opinião, que componentes deveriam ser alterados no Toolkit existente, com vista a melhorá-lo?</p>	<p><u>Alterações:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Mais exemplos práticos 	<p><u>Alterações:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Inglês e/ou outras línguas • Website próprio <ul style="list-style-type: none"> ➢ Sempre ligado ao site da PpDM • Mais exemplos • Feedback <ul style="list-style-type: none"> ➢ Comentários ➢ Avaliação • Mais vídeos • Mais esquemas 	<p><u>Alterações:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Ligações ao CRC Maria Alzira Lemos 	<p><u>Alterações:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Mais exemplos • Mais interativo • Mais ligações entre “partes” • Search bar 	<p><u>Alterações:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Neutro em algumas temáticas 	<p>P16.</p>
<p>P15. Que outras fontes podem ser incluídas na parte do conhecimento sobre o ativismo feminista?</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fundação das Mulheres para o Euro-Mediterrâneo <ul style="list-style-type: none"> ➢ Contexto geopolítico 	<p><u>Fontes sugeridas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalhos académicos • Livros sobre as questões 	<p>-</p>	<p>P17.</p>
<p>P16. Que outras estratégias poderiam ser integradas no</p>	<p>-</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aperceber-se das ideias 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação do problema numa perspetiva feminista <ul style="list-style-type: none"> ➢ Diagnóstico 	<p>-</p>	<p>-</p>	<p>P18.</p>

Toolkit?				
P17. Seja em ações em ONGDM ou noutros contextos a que ferramentas (sejam informáticas ou não) recorre frequentemente?	<u>Ferramentas utilizadas:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Canva 	<u>Ferramentas utilizadas:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Canva • Powerpoint • Illustrator <ul style="list-style-type: none"> ➢ Logotipos • Photoshop 	<u>Ferramentas mencionadas:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Creative Commons <ul style="list-style-type: none"> ➢ Mensagem colaborativa 	<u>Ferramentas utilizadas:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Outlook • Gmail • Redes sociais • Youtube
P18. Lembra-se de exemplos de ações prévias que por algum motivo a marcaram e que poderiam ser dados como exemplos?	<ul style="list-style-type: none"> • Campanhas UNWOMEN 	<ul style="list-style-type: none"> • Seminários e marchas <ul style="list-style-type: none"> ➢ Eventos numerosos • Marcha sobre alterações climáticas <ul style="list-style-type: none"> ➢ GED 	<ul style="list-style-type: none"> • March in March <ul style="list-style-type: none"> ➢ Milhares de pessoas ➢ Diferentes culturas ➢ Diferentes idades 	<ul style="list-style-type: none"> • Marchas

-	P19.
<ul style="list-style-type: none"> • Construção de uma ativista através das pessoas e relações • Manifestações são importantes também. • O ativismo faz-se com as características de cada uma. 	P20.
Perguntas Adicionais P1. P2. P3. P4. P5. P6. P8. P21.	